

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANA CAROLINA GONÇALVES NOGUEIRA

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM
VITÓRIA:
UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO**

VITÓRIA
2018

ANA CAROLINA GONÇALVES NOGUEIRA

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM
VITÓRIA:
UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração em Cidade e Impactos no Território.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clara Luiza Miranda.

VITÓRIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Artes da Universidade Federal do
Espírito Santo, ES, Brasil)

N778c Nogueira, Ana Carolina Gonçalves, 1987-
O circuito inferior representado pelos ambulantes em Vitória :
um espaço opaco na Jerônimo Monteiro. / Ana Carolina
Gonçalves Nogueira. – 2018.
139 f. : il.

Orientador: Clara Luiza Miranda.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Economia urbana. 2. Espaço urbano. 3. Comércio
varejista. 4. Vitória (ES). I. Miranda, Clara Luiza. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

Elaborado por Cynthia de Andrade Bachir – CRB-6 ES-485/O

ANA CAROLINA GONÇALVES NOGUEIRA

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM
VITÓRIA:**

UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração em Cidade e Impactos no Território.

Aprovada _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Clara Luiza Miranda
Universidade Federal do Espírito
Santo
Orientadora

Prof. Dr. Claudio Luiz Zanotelli
Universidade Federal do Espírito
Santo

Prof^a. Dr^a. Marina Regitz Montenegro
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sempre, primeiramente, à Deus que abre as portas que eu necessito nesta vida.

Agradeço aos meus pais que nunca mediram esforços para que meus estudos se completassem muito além da graduação.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra Clara Luiza Miranda, que me acompanhou nesses últimos anos sempre com reflexões importantes e orientações valiosas para que a pesquisa se desenvolvesse. Agradeço pela oportunidade de acompanhá-la em sala de aula e pelo empréstimo de inúmeros livros da sua biblioteca pessoal.

Agradeço ao Prof. Dr. Claudio Luiz Zanotelli que foi um elo de ligação entre a arquitetura e a geografia abrindo as portas do Laburp para que eu participasse das reuniões. A atualidade dos temas tratados, a profundidade e seriedade nas abordagens e a interação com os colegas que fizeram parte desse grupo foram verdadeiramente importantes para o meu crescimento acadêmico.

Agradeço aos amigos da arquitetura por compartilhar tantas dúvidas e angústias mas, também, crescimento e alegrias.

Agradeço à Profa. Dra. Lilian Fessler Vaz e à Profa. Dra. Marina Regitz Montenegro pela disponibilidade em participar dos meus exames.

Agradeço àqueles que contribuíram para a pesquisa fornecendo dados e informações sobre o comércio ambulante na cidade e, especialmente, aos próprios ambulantes que me permitiram conhecer um pouco mais sobre o circuito inferior.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CAPES/CNPq) pela bolsa de mestrado concedida.

RESUMO

Na década de 1970 Milton Santos (2008, [1971, 1975, 1979]) apresentou pela primeira vez a teoria dos *Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Ainda atual, a proposta do autor é que os países Subdesenvolvidos, denominados dessa maneira à época, sejam alvo de uma teoria particular que contemple dois circuitos da economia urbana: um superior e outro inferior. Ambos se caracterizam pelo conjunto de atividades realizadas em certo contexto e pelo setor da população que se liga ao circuito pela atividade que pratica e pelo consumo. Em continuidade aos estudos de Milton Santos, María Laura Silveira e Marina Regitz Montenegro propõem análises que contemplam o papel do meio construído contribuindo, especialmente, quando se busca interlocução entre a geografia e a arquitetura por meio do espaço habitado. O objetivo geral, portanto, é analisar a ocupação do espaço urbano em Vitória através da teoria dos *Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos* considerando as atividades desenvolvidas por determinado nicho do circuito inferior, os ambulantes, as características da população que as desenvolve, assim como o papel do meio construído com o recorte espacial limitando-se ao largo em frente à Praça Oito de Setembro na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro da cidade de Vitória. Trata-se de setor da população composto, principalmente, por homens acima de 50 anos, chefes de família e únicos provedores de renda no lar. Quanto às características da atividade praticada, falta acesso à tecnologia básica, principalmente da informação, necessária para que um negócio possa se desenvolver. O trabalho precisa ser intensivo. Falta capital inicial e de giro que permitiriam reinvestimentos e acesso, inclusive, à tecnologia, assim como falta organização para o acúmulo de capital. Quanto ao papel do meio construído, trata-se de um espaço com características específicas de ocupação que podem engendrar a expulsão do circuito inferior atualmente instalado.

Palavras-chave: Economia Urbana. Espaço urbano. Comércio varejista. Circuito inferior. Ambulantes.

RESUMÉ

Dans les années 1970 Milton Santos (2008, [1971, 1975, 1979]) présent pour la première fois la théorie des *Le Double Circuit de l'Économie Urbaine des Pays Sous-développés*. Actuellement encore pertinent, la proposition de l'auteur est que les pays sous-développés, dénommés ainsi à l'époque, acquièrent une théorie particulière que inclure deux circuits de l'économie urbaine des ces pays: un supérieur et un inférieur qui se caractérisés par les activités menées dans un certain contexte et par le secteur de la population lié au circuit par l'activité qu'elle pratique et par la consommation. Sûrre l'abordage de Milton Santos, Maria Laura Silveira e Marina Regitz Montenegro proposent des analyses sur le rôle de l'environnement bâti, notamment, quand on cherche la connexion l'entre la géographie et l'architecture à travers de l'espace habité. L'objectif de ce travail est analyser l'occupation de l'espace urbain du centre de la ville de Vitória à travers la théorie des *Le Double Circuit de l'Économie Urbaine des Pays Sous-développés* en considérant les activités développées par une certaine niche du circuit inférieur, les vendeurs de rue, les caractéristiques de cette population est le rôle de l'environnement bâti proche à la Place Oito de Setembro située sur l'Avenue Jerônimo Monteiro au Centre de la ville de Vitória. C'est un secteur de la population composé principalement d'hommes de plus de 50 ans, chefs de famille et fournisseur exclusifs de leurs maison. Comme caractéristique de l'activité pratiquée manquent d'accès à la technologie, en particulier à l'information est le travail est intensif; Il y a absence de capital initial et de fonds de roulement, ce qui permettrait des réinvestissements et même l'accès à la technologie ; Il y a absence aussi d'organisation pour l'accumulation de capital. Quant au rôle de l'environnement bâti, c'est un espace avec des caractéristiques spécifiques d'occupation qui permettrait l'expulsion du circuit inférieur.

Mots-clés: Économie Urbaine. Espace urbaine. Commerce de détail. Circuit inférieur. Vendeurs de rue.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Referenciais teóricos. Conceitos em Milton Santos	28
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População total e população na força de trabalho em Vitória-ES do 4º trimestre de 2012 ao mesmo período de 2017 (mil pessoas)	62
Gráfico 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação (mil pessoas) em Vitória-ES	63
Gráfico 3 - Taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%).	63
Gráfico 4 – Visitar Centro Histórico. Dados 2017.	73

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Movimento de pedestres e ocupação do recorte empírico.....	75
Fotografia 2 - Praça dos Namorados. Setor de alimentos.....	80
Fotografia 3 - Praça dos Namorados. Setor de artesanato	80
Fotografia 4 - Praça dos Namorados. Setor de brinquedos com brinquedos de grande porte no fundo esquerdo da imagem	81
Fotografia 5 - Praça dos Namorados. Exemplos de "industrianatos"	82
Fotografia 6 - Praça dos Namorados. Exemplos de "industrianatos"	83
Fotografia 7 - Praça Costa Pereira. Expositores	85
Fotografia 8 - Praça Costa Pereira. Expositores	85
Fotografia 9 - Praça Costa Pereira. Expositores	86
Fotografia 10 - Centro. Rua Deputado Nelson Monteiro. Comércio de cd's e dvd's. Ponto 02 no Mapa 3	89
Fotografia 11 - Centro. Um dos pontos do comércio ambulante na Avenida Jerônimo Monteiro. Ponto 01 no Mapa 3	89
Fotografia 12 - Centro. Rua Quintino Bocaiúva. Ponto 05 no Mapa 3	90
Fotografia 13 - Centro. Ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro com a Rua da Alfândega em frente à Praça Oito. Ponto 06 no Mapa 3.....	90
Fotografia 14 - Centro. Ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro em frente à Praça Oito. Ponto 08 no Mapa 3	91
Fotografia 15 - Centro. Ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro em frente à Praça Oito. Ponto 08 no Mapa 3	91
Fotografia 16 - Ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro com a Rua João Aguirre em frente à Praça Oito. Ponto 09 no Mapa 3	92
Fotografia 17 - Centro. Ambulantes na Rua da Escadaria da Misericórdia. Ponto 11 no Mapa 3.....	92
Fotografia 18 - Centro. Ambulantes em frente ao Palácio Anchieta. Ponto 01 no Mapa 3.....	93
Fotografia 19 - Centro. Rua Sete de Setembro. Comércio de alimentos. Ponto 04 no Mapa 3.....	93
Fotografia 20 - Centro. Rua Sete de Setembro. Comércio de alimentos. Ponto 04 no Mapa 3.....	93
Fotografia 21 - Centro. Parque Moscoso. Comércio de alimentos. Ponto 14 no Mapa 3.....	94
Fotografia 22 - Centro. Parque Moscoso. Comércio de alimentos. Ponto 14 no Mapa 3.....	94
Fotografia 23 - Edificações na Rua Duque de Caxias utilizadas como depósito	98
Fotografia 24 - Retirada do carrinho de acondicionamento das mercadorias do depósito	98

Fotografia 25 - Ambulantes estabelecidos à frente e ponto de ônibus no fundo da imagem.....	100
Fotografia 26 – Comercialização de novas mercadorias e espaço mais adensado no mês de janeiro de 2018.....	103
Fotografia 27 - Comércio de materiais escolares com a proximidade do retorno às aulas.....	103
Fotografia 28 - Conjunto edificado de interesse de preservação com fachada frontal para Avenida Jerônimo Monteiro.....	107
Fotografia 29 - Edifício Pan-Americano. Fachada lateral para a Rua João Aguirre	108
Fotografia 30 - Edifício Pan-Americano. Fachada lateral para a Rua João Aguirre	108
Fotografia 31 - Crefisa, Express Empréstimos e Banestes nas imediações do Praça Oito de Setembro	111
Fotografia 32 - Edifício da Embratel ao lado da antiga Caixa Econômica.....	112
Fotografia 33 - Antigo Hotel Pouso Real e Edifício Tabajara em azul e laranja, respectivamente, no canto direito da fotografia. Fachadas fechadas ao longo do percurso.....	112
Fotografia 34 - Rua Nestor Gomes. Algumas edificações fechadas à direita da fotografia.....	113
Fotografia 35 - Rua Nestor Gomes. Instituto Goia à esquerda da fotografia	113
Fotografia 36 - Rua Duque de Caxias ou Beco das Pulgas. Espaço utilizado tanto pela economia criativa quanto pelos ambulantes, todavia, em horários, dias e de maneiras distintas, geralmente, descontraídas.....	114
Fotografia 37 - Evento promovido pela economia criativa na Rua Duque de Caxias	114

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Regiões Administrativas de Vitória com destaque para Centro e Praia do Canto.....	59
Mapa 2 - Recorte empírico no bairro Centro, na Avenida Jerônimo Monteiro, no largo em frente à Praça Oito de Setembro.....	60
Mapa 3 - Marcação das principais ruas, avenidas e espaços utilizados pelos ambulantes no Centro de Vitória.....	88
Mapa 4 - Recorte empírico ampliado.....	106
Mapa 5 - Flânerie para identificação do papel do meio construído contíguo ao recorte proposto	110
Mapa 6 - Visitar Centro Histórico Vitória ES.....	115
Mapa 7 - Pontos de ônibus, taxi e wifi livre	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos	42
Tabela 2 - Atividade econômica por setor da economia nos principais bairros e regionais por volume de atividades em Vitória.....	71
Tabela 3 - Relação Funcional do setor Jerônimo Monteiro	74
Tabela 4 - Diferenciação dos cadastramentos de ambulantes e/ou expositores por Secretaria	78
Tabela 5 - Circuito Inferior na Jerônimo Monteiro	101
Tabela 6 - Características principais dos Dois Circuitos	104

LISTA DE SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CETURB-ES – Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

MEI – Microempreendedor Individual

ONU – Organização das Nações Unidas

PEE – Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória

PDU – Plano Diretor Urbano de Vitória

PDTU – Plano Diretor de Transporte Urbano

PDZP – Plano de Desenvolvimento da Zona Portuária

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento da Cidade

SEMFA – Secretaria da Fazenda

SEMTTRE – Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda

SEMMAN – Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos

SEMUS – Secretaria de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
METODOLOGIAS	23
1. REFERENCIAL TEÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS	27
1.1. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E A GLOBALIZAÇÃO	30
1.2. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	33
1.3. AS CIDADES DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	37
2. OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	40
2.1. OS DOIS CIRCUITOS SEGUNDO MILTON SANTOS	40
2.2. OS DOIS CIRCUITOS À PARTIR DA COLABORAÇÃO DE OUTROS AUTORES 45	
2.3. AS CONTRARRACIONALIDADES DO CIRCUITO INFERIOR E OS ESPAÇOS OPACOS	50
3. O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES NO CENTRO DE VITÓRIA. UM ESPAÇO OPACO NA AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO	55
3.1. O RECORTE EMPÍRICO	55
3.2. DADOS DA ECONOMIA CAPIXABA E O CRESCIMENTO DO CIRCUITO INFERIOR NA CIDADE DE VITÓRIA	61
3.3. O DESLOCAMENTO DO EIXO ECONÔMICO E A CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO E DA AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO COMO ESPAÇOS OPACOS	67
3.4. A GESTÃO PÚBLICA E AS DIVERSAS POSSIBILIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE	76
3.5. NA PRAIA DO CANTO O PROGRAMA ARTES NA PRAÇA. EXPOSITORES NA PRAÇA DOS NAMORADOS	79
3.6. NO CENTRO O PROGRAMA ARTES NA PRAÇA. EXPOSITORES NA PRAÇA COSTA PEREIRA	84
3.7. NO CENTRO OS AMBULANTES	86
3.7.1. Na Avenida Jerônimo Monteiro, o largo em frente à Praça Oito como espaço opaco e os ambulantes	94
3.7.1.1. O setor da população	95
3.7.1.2. A atividade e as características do circuito inferior	95
3.7.1.3. O espaço	105
CONCLUSÃO	122

REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

Em 1992 Santos escreve que

Vivemos plenamente a época dos signos, após haveremos vivido o tempo dos deuses, o tempo do corpo e o tempo das máquinas. [...]

A aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias mas, também, acrescentou novos itens à história. Junto com uma nova evolução das potências e dos rendimentos, com o uso de novos materiais e de novas formas de energia, o domínio mais completo do espectro eletromagnético, a expansão demográfica (a população mundial triplica entre 1650 e 1900, e triplica de novo entre 1900 e 1984), a expansão urbana e a explosão do consumo, o crescimento exponencial do número de objetos e do arsenal de palavras.

Mas, sobretudo, causa próxima ou remota de tudo isso, a evolução do conhecimento, maravilha do nosso tempo que ilumina ou ensombrece todas as facetas do acontecer. (SANTOS, 1992, p.15-16)

Analisando de forma dialética o espaço habitado¹, a evolução das técnicas e da ciência e considerando, ainda, a importância crescente da informação, Santos (1992) caracteriza o período atual – no caso as duas últimas décadas do século XX, estendendo-se aos dias de hoje – como o meio técnico-científico-informacional da globalização² que está presente tanto em uma psico-esfera como em uma técnico-esfera propriamente dita, ou seja, é tanto um constructo social quanto a realidade em si.

Apesar de já identificar nos anos 1990 o *Zeitgeist*³ de uma época que se estende até a atualidade, Santos não poderia prever com exatidão como e em que medida a aceleração continuaria modificando as relações entre os homens, desses com o meio e a percepção do tempo e do espaço. Avanços científicos atuais permitem o conhecimento de um tempo que, se anteriormente era considerado absoluto, torna-se relativo e comprime-se à instantaneidade. Já o espaço, que por sua vez era considerado tridimensional, adquire mais dimensões e torna-se, também, digital.⁴

Novas tecnologias surgem nos campos da robótica, da genética, dos experimentos nucleares – pacíficos ou não – assim como desenvolvem-se os meios de informação, comunicação e novas relações de produção e consumo.

Segundo Hardt e Negri (2006) o homem, que antes agia como uma máquina, passa a pensar como uma. Vivencia-se, entretanto, com o desenvolvimento e o

¹ Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos.

² Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos e Capítulo 1.1. *O Meio Técnico-Científico-Informacional e a Globalização*.

³ Termo alemão cuja tradução significa espírito da época.

⁴ Sobre o assunto ver Szamosi (1988) e Wherteim (2011)

crescimento acelerado dos experimentos em Inteligência Artificial que as máquinas humanoides passam a “pensar” como humanos, processando dados a uma velocidade incomparavelmente maior e adquirindo autonomia crescente. Discute-se, atualmente, se tornar-se-ão autônomas a ponto de caracterizarem uma ameaça aos seres humanos.

Os satélites e a difusão dos aparelhos portáteis de telefonia tornaram a comunicação instantânea entre os pontos do globo. Para a informação e a comunicação as distâncias não são mais consideradas. O meio técnico informacional promoveu a produção de imagens regulares do planeta e permite ao homem a ampliação das previsões e da abrangência de fenômenos naturais e artificiais. Conforme Santos (2015) amplia-se a cognoscibilidade do planeta. “O período histórico atual vai permitir o que nenhum outro período ofereceu ao homem isto é, a possibilidade de conhecer o planeta extensiva e aprofundadamente.” (SANTOS, 2015, p. 31). Trata-se da unicidade⁵ da técnica e da convergência dos momentos⁶. Avanços que implicam e conduzem mudanças profundas na organização do capital e nas estruturas de produção, emprego de mão-de-obra e consumo.

No período atual, o regime de acumulação flexível pós fordista se desenvolve à partir da financeirização da economia e da fluidez do capital no meio global. A produção se liberta dos “entraves” característicos do regime fordista e passa a ocorrer a qualquer hora e em todo lugar com externalização dos sistemas de produção e flexibilidade organizacional. A modernidade pesada e sólida das grandes estruturas físicas industriais descritas por Bauman (2009)⁷ perdem primazia para fusões em monopólios da modernidade leve e, apesar de tornarem-se economicamente maiores, tendem a apresentar dimensões físicas industriais cada vez menores, considerando-se a mesma produtividade. Os cortes, e a “retirada de gordura” são a ordem que permite remover os entraves para a boa mobilidade dos funcionários e da própria empresa. Entretanto, essa mobilidade de mão-de-obra, a

⁵ Quando Santos usa o termo unicidade é no sentido de tornar único, singular, hegemônico.

⁶ Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos.

⁷ Contraposição entre a **modernidade sólida**, pesada e do hardware e a **modernidade líquida**, leve e do software. A modernidade sólida representa a lógica do poder e do controle, com espaços físicos amplos, rotinização do tempo que prende o trabalho ao solo e por consequência o capital também, e a lógica homogênea da disciplina e igualdade. A modernidade líquida é a dissolução desses padrões. Tende-se para a irrelevância do espaço em função da instantaneidade do tempo e para a “descorporificação do trabalho”. Hoje, as duas modernidades coexistem. Ver Bauman (2009).

irrelevância do espaço e a instantaneidade do tempo podem traduzir-se em captura do ócio, do tempo que antes era denominado “livre” e que se torna cooptado para a produção e/ou o consumo constantes. A liquidez produziria, assim, rigidez ⁸.

As principais mudanças referentes ao emprego de mão de obra dizem respeito a diferenciação de funções promovendo a valorização dos postos, cada vez mais escassos, de “superexecutivos” com “supersalários”, termos utilizados por Piketty (2014), em detrimento de massas trabalhadoras informais com salários de subsistência. Torna-se insustentavelmente oneroso manter grandes equipes respaldadas por legislação trabalhista de modo que a terceirização dos postos de trabalho chega ao nível legal de atividade fim das empresas permitindo, inicialmente, duas consequências: maior legalização dos postos de trabalho, antes, informais – assim como maior controle sobre uma população que antes estava à margem da lei – e a precarização dos salários e da jornada de trabalho de grande parcela da população. Standing (2014) os denomina “precariado” e Sennett (2011) analisa os males que o “flexitempo” e as corroídas relações no meio de trabalho causam ao caráter do trabalhador moderno.

A diferenciação da renda – com desigualdade e pobreza crescente e mudanças da base familiar: famílias numericamente menores – propiciaram a diferenciação, o encurtamento do ciclo de vida dos produtos e a aceleração das inovações, segundo Benko (1999).

A sociedade se caracteriza pelo espetáculo ao modo de Guy Debord (1997) e o marketing torna-se fundamental a ponto de inverter a lógica da produção. Produzem-se, antes, consumidores para, depois, oferecer a eles os produtos que pensam

⁸ Pode-se afirmar que Bauman (2009) e Santos (2014) convergem em muitos pontos na análise do capitalismo contemporâneo mas, este apresenta um contraponto ou, talvez, um complemento àquele quando propõe uma liquidez aparente que na realidade leva a uma maior rigidez do quadro econômico atual. “Na medida em que a produção supõe necessidades específicas, o aprofundamento do capital, a sua maior densidade e a sua mais alta composição orgânica criam condições materiais sempre mais rígidas para o exercício do trabalho vivo.” (SANTOS, 2014, p.252).

“Fala-se muito em flexibilidade e flexibilização como aspectos maiores da produção e do trabalho atuais, mas o que se dá, na verdade, é a ampliação da demanda de rigidez. Pode-se, mesmo, dizer, sem risco de produzir um paradoxo, que a fluidez somente se alcança por meio da produção de mais capital fixo, isto é, de mais rigidez.” (SANTOS, 2014, p.252).

Sennett (2011) apresenta visão semelhante à Santos (2014) quando afirma que “na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado” (SENNETT, 2011, p.10). O autor analisa os males engendrados pelo modo de produção contemporânea flexível que se refletem nas relações trabalhistas, assim como a corrosão do caráter dos indivíduos quando buscam se adequar às novas exigências do mercado de trabalho.

necessitar. Hardt e Negri (2006) colocam que na passagem do fordismo para o toyotismo ocorre a inversão no modo de comunicação entre consumo e produção. No fordismo havia pouca necessidade de ouvir o mercado, no toyotismo o que o mercado diz determina a produção. Atualmente, na produção pós-fordista flexível a propaganda feita pelo mercado, considerando as pesquisas sobre os gostos, preferências e estilo de vida das pessoas, determina o consumo. É um trabalho conjunto em prol, não das pessoas mas, do consumo desmedido, aparentemente personalizado.

O Estado assistencialista dá sinais de desmonte, os cortes em serviços sociais superam qualquer investimento que, quando se dá, geralmente é em favor do setor privado ou mesmo das privatizações.

Hardt (2000) afirma que essa sociedade tem como características a corrupção segundo a etimologia latina da palavra *com-rumpere*, no sentido de esfacelamento; O capitalismo imanente que seria a soberania do capitalismo até mesmo sobre o Estado e qualquer outra instituição social; E, por fim, o mercado mundial que “[.] é uma forma que não tem fora, fronteiras, ou então possui limites fluidos e móveis.” (HARDT, 2000, p. 372) Tudo é cooptado e submetido.

Esse regime de acumulação flexível caracteriza um período histórico determinado e um conjunto de instituições sociais como resultado macroeconômico do funcionamento do um modo de regulação. Segundo Benko (1999),

Um modo de regulação revela as formas concretas de expressão das relações sociais fundamentais nas quais as estratégias e as ações dos indivíduos e dos grupos se deploram. As relações sociais dividem os indivíduos e os grupos sociais, engendrando rivalidades, conflitos e contradições sociais. Um modo de regulação é um conjunto de instituições sociais ou de formas estruturais que codificam essas relações sociais fundamentais e dão uma expressão material contingente aos conflitos sociais. Essas formas estruturais tornam possível um comportamento estratégico que exprime as contradições sociais subjacentes. (BENKO, 1999, p.112)

Dito de outro modo, esse regime global – complexo e que possui muitos outros aspectos além dos mencionados anteriormente – pode ser vislumbrado em diferentes matizes locais, em diferentes formas de apropriação e usos dos territórios e diferentes formas de relação entre os homens. Essa é, de forma ampla e geral, a **temática** deste trabalho.

Milton Santos, ao longo de sua carreira, tem como preocupação essas relações e os diferentes arranjos assumidos nos diferentes territórios do globo.

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vem as diferenças entre espaços. (SANTOS, 2008, p.20)

O autor justifica seus estudos considerando que “A situação dos países subdesenvolvidos não é em nada comparável à dos países hoje ‘avançados’ antes de sua industrialização.” (SANTOS, 2008, p.19) propondo, desse modo, a recusa de métodos importados e a formulação dos nossos próprios problemas. Essa **justificativa** aplica-se, também, à este trabalho e à sua base epistemológica nesse autor. Além disso, a leitura do espaço sob a ótica da teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos, em Santos (2008 [1971, 1975, 1979]), ao mesmo tempo que delimita um recorte na temática mencionada acima delineando o tema a ser analisado, apresenta o método pelo qual isso se dará.

Para Santos (2008) existem nas cidades dos países subdesenvolvidos dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços definidos pelo conjunto de atividades realizadas em certo contexto e pela população que se liga a esses circuitos essencialmente pela atividade e pelo consumo com diferenças fundamentais entre os usos e acessos à tecnologia, organização e capital.

Em suma trata-se de uma teoria sobre desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial que, por isso mesmo, converge com os objetos da Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, Santos e Silveira (2003), Silveira (2004, 2011, 2014, 2015, 2015b, 2016) e Montenegro (2006, 2011) contribuem com análises atuais.

Logo, o **tema** que consiste na análise dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos restringe-se no **objeto** de análise empírica do circuito inferior representado pelos ambulantes que praticam seu comércio no largo em frente à Praça Oito na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro da cidade de Vitória-ES.

A situação **problemática** envolve o alerta de Santos (2008) sobre o crescimento – inclusive no número de vidas que abarca – do circuito inferior em oposição ao circuito superior cada vez mais minguado mas, com crescente concentração de renda e poder de rearranjo das cidades. Os **problemas**, especifica e empiricamente, estão em analisar se esse inchaço do circuito inferior é sentido, também, em Vitória de forma geral e a partir do recorte dos ambulantes; Se o Centro da cidade, área fundacional, estaria crescentemente se tornando uma área opaca conforme conceito

de Santos (2014), perdendo investimentos para as áreas luminosas da Regional da Praia da Canto e porção continental da cidade; Como se dá a atividade dos ambulantes na cidade e, principalmente, no bairro Centro; Quais as características da população – dos ambulantes – que pratica a atividade, quais as características da própria atividade e do meio construído nas imediações do recorte espacial definido.

Portanto, à partir dos problemas levantados propõe-se como **hipótese** que o circuito inferior representado pelos ambulantes que ocupam o largo em frente a Praça Oito na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro da cidade de Vitória inserem-se, atualmente, numa área de diversidade conforme conceito de Silveira (2014), entretanto, apesar disso, a ocorrência de mudanças na dinâmica econômica local com o arrefecimento do setor terciário abrem a possibilidade de que essa área de diversidade venha crescentemente a se tornar um espaço opaco, simultaneamente, tendendo à especialização à partir do crescimento de setores e segmentos muito específicos representantes, principalmente, do circuito superior. Minimante, então, dois cenários ou possibilidades de ocupação do espaço podem ser vislumbrados:

1. Durante o período que o espaço permanecer opaco sua ocupação pelo circuito inferior é dada sem grandes conflitos com os demais agentes.
2. Caso haja, no espaço, a predominância de segmentos específicos do circuito superior pode ocorrer, pela força de rearranjo que o mesmo engendra, a expulsão do circuito inferior hoje instalado.

O **objetivo geral**, portanto, é analisar a ocupação do espaço urbano em Vitória com base na teoria dos dois circuitos considerando as atividades desenvolvidas por determinado nicho do circuito inferior – os ambulantes –, assim como as características da população que as desenvolve e o meio construído que ocupam.

Os **objetivos específicos** partem da compreensão de estudos e conceitos propostos por Milton Santos como o meio técnico-científico-informacional da globalização, desenvolvimento e subdesenvolvimento e cidades dos países subdesenvolvidos que se conectam e são levantados à partir do desmembramento do próprio título dado a teoria dos **Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**, buscando, posteriormente, analisar e compreender a teoria em si, considerando a época da sua publicação – década de 70 –, e examinando

leituras mais atuais à partir do próprio autor da teoria e, também, da colaborações de outros autores.

Pretende-se examinar o crescimento do circuito inferior na cidade como um todo mas, de forma mais aproximada, analisar e examinar esse circuito representado pelos ambulantes que praticam seu comércio e serviços no largo em frente a Praça Oito na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro da cidade de Vitória.

Pretende-se, também, ao destacar o conceito de Santos (2014) de espaços opacos conectado ao circuito inferior, analisar e examinar o recorte empírico espacial proposto, buscando o conhecimento e a compreensão das dinâmicas que se desenrolam ali.

Para tanto, nesta *Introdução*, apresenta-se a temática, o tema, a justificativa, a principal referencia teórica adotada e as hipóteses levantadas, assim como o objeto e a delimitação dos objetivos geral e específicos.

Na *Metodologia* apresentam-se os métodos que possibilitarão o desenvolvimento de cada etapa da pesquisa.

No Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos*, apresenta-se os principais estudos empreendidos por Milton Santos e que se ligam e complementam a teoria dos Dois Circuitos. Divide-se a teoria em partes e termos importantes que recebem atenção: Os Dois Circuitos; A economia Urbana; Os Países Subdesenvolvidos. Esta ultima parte é estudada no Capítulo 1.2. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, a segunda no Capítulo 1.3. *As Cidades dos Países Subdesenvolvidos* com foco no urbano e nas cidades. Antes, porém, no Capítulo 1.1. *O Meio Técnico-Científico-Informacional e a Globalização* procura-se apresentar as ideias de Santos sobre o sistema capitalista globalizado.

No Capítulo 2. *Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos* o objetivo principal é apresentar a teoria homônima inclusive à partir da contribuição de outros autores alcançando, desse modo, o estado da arte das pesquisas atuais com os Capítulos 2.1. *Os dois Circuitos conforme Milton Santos* e 2.2. *Os Dois Circuitos à Partir da Colaboração de Outros Autores*. No Capítulo 2.3. *As Contrarracionalidades do Circuito Inferior e os Espaços Opacos* se faz um levantamento dos conceitos que se inserem mais intimamente no recorte empírico.

No Capítulo 3. *O Circuito Inferior representado pelos ambulantes no Centro de Vitória. Um Espaço Opaco na Avenida Jerônimo Monteiro* pretende-se analisar empiricamente as propostas de Santos e dos demais colaboradores para os Dois Circuitos. Em 3.1. *O Recorte Empírico* define-se e apresenta-se o recorte empírico; Em 3.2. *Dados da Economia Capixaba e o Crescimento do Circuito Inferior* verifica-se o crescimento da população capixaba ligada a esse circuito para em 3.3. *O Deslocamento do Eixo Econômico e a Caracterização do Centro e da Avenida Jerônimo Monteiro como Espaços Opacos* apresentar o processo atual de esvaziamento e opacização desses espaços em benefício das áreas luminosas da Praia do Canto, Enseada do Suá e da porção continental da Ilha de Vitória. Pretende-se, ainda, em 3.4. *A Gestão Pública e as Diversas Possibilidades de Comércio Ambulante na Cidade* analisar as medidas de apoio e controle da administração pública referentes à população que pratica o comércio ambulante no espaço referido. Analisar em 3.5. *Na Praia do Canto o Programa Artes na Praça. Expositores na Praça dos Namorados; 3.6. No Centro o Programa Artes na Praça. Expositores na Praça Costa Pereira; 3.7. No Centro os Ambulantes* as diferentes propostas e programas da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) para os ambulantes na cidade e, por fim, em 3.7.1. *Na Jerônimo Monteiro o Largo em Frente à Praça Oito como Espaço Opaco e os Ambulantes* o recorte empírico em si, o conjunto das atividades realizadas, o setor da população que as realiza e a forma de ocupação do espaço.

A *Conclusão* é dedicada às observações e considerações finais a respeito do tema estudado assim como a um balanço do conhecimento adquirido durante o período de dedicação ao mestrado.

METODOLOGIAS

O método heurístico percorre todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa. Entretanto, torna-se fato consciente apenas ao final dela quando se pôde ver como um todo o caminho percorrido. Iniciou-se pela pesquisa bibliográfica, foi-se à campo, retornou-se à bibliografia, foi-se à campo novamente permitindo que a pesquisa se delineasse à partir das informações coletadas em cada fase direcionando os passos

para as fases seguintes com a confirmação de dados, variáveis, observações e o aprofundamento de determinados pontos.

O trabalho divide-se dessa forma, basicamente, em duas partes sendo os primeiros dois capítulos desenvolvidos a partir de revisão bibliográfica que se deu, principalmente, no ano de 2016, todavia, prolongando-se até 2018 quando são realizadas as últimas revisões no texto.

Muitas questões levantadas partem do título da teoria: *Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos* analisado parte a parte de forma que *Os Dois Circuitos* gera um capítulo onde se propõe compreender o estado da arte da pesquisa, como o autor desenvolve o tema e como contribuições de outros autores complementam os estudos e dão o tom das pesquisas atuais; a *Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos* gera outros dois capítulos sobre o subdesenvolvimento e as características das cidades – o urbano – nesses países.

Conceitos secundários mas, não menos importantes, surgem ao longo do desenvolvimento da pesquisa e são fundamentais para a compreensão da proposta empírica. Além de outros, podem ser citados o *meio técnico-científico-informacional* e a *globalização*, os *espaços opacos* e os *homens contrarracionais*, apresentados ao longo do trabalho e elencados no Quadro 1 - Referenciais teóricos. Conceitos em Milton Santos.

A pesquisa empírica apresentada no Capítulo 3 se desenvolve, principalmente, no ano de 2017 com base metodológica em Santos (2008, 2014), principalmente. Considerou-se a definição e o quadro de características dos circuitos para a elaboração de um questionário de pesquisa quantitativa e qualitativa composto de 39 perguntas abertas e fechadas apresentado no Anexo A. Corrêa (2005), Silva (2011), Zanotelli (2008), Coelho (2011), Oliveira (2009), Ribeiro (2012), Roma (2016), Silveira (2004, 2011, 2014, 2015, 2015b, 2016) e, principalmente, Montenegro (2006, 2011), na maneira como analisaram e aplicaram a teoria de Santos (2008), também contribuíram para a elaboração da pesquisa empírica como um todo e, especificamente, para o aperfeiçoamento dos questionários aplicados aos ambulantes.

Cronologicamente, as visitas à campo foram iniciadas primeiro, em maio de 2017, antes do levantamento de dados junto aos órgãos públicos, prolongando-se por todo

o ano e foram as últimas a serem finalizadas com término em janeiro de 2018. Foram realizadas utilizando-se das flâneries propostas por Baudelaire (1996) e Benjamin (1995) e geraram como produtos descrições do meio, fotografias e mapas que auxiliaram no aprofundamento das análises e na constatação de cenários não descritos pelas fontes secundárias acessadas como páginas da web, institutos de pesquisa, bibliotecas e órgãos públicos. Ambos, flâneries e pesquisas em fontes secundárias, conjuntamente, permitiram a ampliação do conhecimento sobre o objeto empírico, o direcionamento das próprias flâneries e a, posterior, delimitação do recorte espacial da Praça Oito de Setembro na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro da cidade para aplicação dos questionários já previamente direcionados ao circuito inferior e aos ambulantes.

Tratando-se das fontes secundárias de informação, duas secretarias, em especial, foram contatadas, primeiramente, por e-mail ou telefone e, posteriormente, através de visitas *in loco*. As Secretarias de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) e Turismo, Trabalho e Renda (SEMTTRE).

No mês de julho de 2017 foram levantados e acessados, junto à SEDEC, 35 cadastros de ambulantes que atuam no Centro da cidade. Segundo a Secretária, o levantamento do número total de ambulantes na cidade de Vitória no ano de 2017 ainda não estava fechado à época. Durante os levantamentos constatou-se a diferenciação de tratamento dado aos ambulantes pela SEDEC e SEMTTRE afirmando a necessidade de contato com esta última.

Nos meses de agosto a setembro de 2017 buscou-se contato com a SEMTTRE onde foram levantados e acessados aproximadamente 200 cadastros de expositores que atuavam no Programa Artes na Praça, elaborado para a Praça dos Namorados na Praia do Canto e estendido à Praça Costa Pereira no Centro da cidade, fato que motivou o interesse pelo Programa. As informações mencionadas no corpo deste trabalho a respeito desse Programa referem-se aos cadastros acessados e as flâneries realizadas no Centro e na Praça dos Namorados.

Na semana que se estendeu dos dias 18 a 22 de setembro de 2017, foi-se a campo para aplicação do questionário de pesquisa apresentado no Anexo A e composto de 39 perguntas abertas e fechadas aplicadas aos ambulantes atuantes no largo em frente à Praça Oito de Setembro na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro da cidade com identificação do local de trabalho e dos trabalhadores. Do universo de

aproximadamente 13 a 15 ambulantes identificados atuando no recorte empírico na semana da aplicação dos questionários 10 se propuseram a responde-lo.

É fato que durante a aplicação dos questionários ou mesmo nas visitas realizadas aos órgãos públicos muitas informações que extrapolavam o escopo do questionário ou de uma simples enumeração prévia de questões importantes a serem colocadas – no caso dos órgãos públicos – foram levantadas e contribuíram enormemente para as análises do objeto empírico.

Com os levantamentos realizados, os questionários aplicados e tabulados e os registros fotográficos em mãos a etapa seguinte tratou da organização das ideias e do texto da pesquisa constantemente revisado e reescrito de forma a apresentar-se com a lógica mais coerente possível. Como mencionado, anteriormente, as visitas a campo continuaram até o início do ano de 2018 contribuindo no fechamento de algumas questões.

Conclui-se, portanto, dos métodos utilizados, que ocorreram heurísticamente, como mencionado anteriormente e, desse modo, parcialmente de forma indutiva. Pesquisas, análises, descobertas e informações em conversas informais ou com auxílio de questionário previamente elaborado apontaram a direção a ser seguida. De todo modo, ampla gama de questões ainda merecem aprofundamento em estudos posteriores pois, mesmo considerando que o objeto empírico tenha recebido grande atenção e cuidados nas análises, é intrínseco a pesquisa a característica de processo de modo que todo ponto previamente levantado pode ser continuamente examinado e aprofundado.

1. REFERENCIAL TEÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS

A base epistemológica deste trabalho está em Milton Santos, principalmente na teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana esboçada em Santos (1965) e proposta em Santos (2008, [1971]). Apesar do foco em uma obra, a evolução dos estudos empreendidos por esse autor, desde a década de 1960 até a sua última publicação nos anos 2000, guiam todo o desenvolvimento do presente trabalho. Conceitos anteriores aos Dois Circuitos e novas propostas posteriores são analisadas e consideradas aqui uma vez que traduzem a sequência e a evolução do pensamento crítico do autor.

Com base em Santos é possível elencar outros autores que trabalham ou trabalharam temas correlatos e enriquecer o discurso e a análise aqui proposta cuidando sempre para encaixá-los adequadamente naquilo que se propõe demonstrar. Um exemplo desse cuidado foi tratar de assuntos locais utilizando-se do conhecimento e das propostas de autores nacionais. Dessa forma, acreditou-se ser coerente com a ideia de Santos sobre a necessidade de empreender estudos locais a partir da visão de agentes locais uma vez que o autor mesmo afirma ter sido favorecido em seus estudos pelo fato de pertencer ao Terceiro Mundo (SANTOS, 2008).

Os principais conceitos dos quais depende a compreensão deste trabalho e nos quais o mesmo se baseia seguem elencados no Quadro 1, apresentado adiante. À medida que os capítulos se desenvolvem os conceitos tomam seu lugar aparecendo ora no corpo do texto, ora complementados com notas de rodapé, não necessariamente em ordem cronológica de publicação mas, na ordem que se mostrou mais lógica para a compreensão deste trabalho.

Cronologicamente, entretanto, ao longo da produção de Milton Santos nota-se o desenvolvimento, aperfeiçoamento a complementação e a reelaboração de muitos conceitos. Em Santos (1965), *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*, são lançadas as bases para, quase uma década depois, em Santos (2008, [1971, 1975, 1979]), *O Espaço Dividido*, nascer a proposta teórica dos Dois Circuitos. Em Santos (2014, [1996]), *A Natureza do Espaço*, muitos conceitos são aprofundados e reelaborados. Santos (2015 [2000]), *Por uma outra globalização*, apresenta seu mais atual olhar sobre a globalização. Certamente essas são apenas algumas obras do referido autor

que possui inúmeras outras publicações. Não é pretensão cobrir ou compreender todo o trabalho intelectual de Santos mas, buscar trabalhar alguns conceitos ligados ao recorte empírico de maneira coerente com as propostas do autor e com base empírica local.

Antes ainda de expor os principais conceitos utilizados neste trabalho é importante colocar que Santos considera como ponto de partida que o espaço “seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.” (SANTOS, 2014, p. 21) Em outros termos, o espaço em si não tem os poderes de regulação ou transformação da realidade mas, os sistemas de objetos combinados aos sistemas de ações é que engendram transformações.

Quadro 1 - Referenciais teóricos. Conceitos em Milton Santos

(continua)

Obra	Conceito-chave
<p>As cidades nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965.</p>	<p>Formação histórica como determinante das características e dinâmicas do território.</p> <p>As Metrópoles completas e incompletas: “A metrópole pode ser brevemente definida como o organismo urbano onde existe uma complexidade de funções, capazes de atender a todas as formas de necessidade da população urbana e nacional ou regional. Esta seria, realmente, a metrópole completa.</p> <p>A realidade do mundo subdesenvolvido pode permitir falar também de metrópoles incompletas. São os grandes organismos em que a maioria dos serviços essenciais está presente, mas onde o nível de vida da população local e regional, ou fatores econômicos outros, não deixam que se fabriquem bens ou se instalem certos serviços, reclamados por uma parcela da população, parcela que está em crescimento. A ausência de indústrias é uma dessas carências.” (SANTOS, 1965, p.44).</p>
<p>A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1996].</p>	<p>“O Meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização.</p> <p>A diferença, ante as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo. [...] Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização.” (SANTOS, 2014, p.239-240).</p> <p>A história do homem evolui de um Meio Natural, onde o homem era dependente e submisso à natureza utilizando de suas dádivas sem grandes interferências, para um Meio Técnico característico ao período de emergência do espaço mecanizado e, finalmente, para o Meio Técnico-Científico-Informacional de profunda interação entre ciência e técnica. Cada período se caracteriza por dinâmicas que além da técnica, perpassam pela organização da sociedade, do espaço e do tempo.</p>

(continuação)

Obra	Conceito-chave
<p>A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1996].</p>	<p>Verticalidades: espaços de fluxo, do tempo rápido, dos fatores externos, da regulação e organização por meio de atores hegemônicos;</p> <p>Horizontalidades: espaços de contiguidades ou espaços banais, dos tempos rápidos e vagarosos simultaneamente, dos fatores locais.</p> <p>“De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como a definição tradicional de região. São as <i>horizontalidades</i>. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as <i>verticalidades</i>.” (SANTOS, 2014, p.284)</p> <p>“As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.” (SANTOS, 2014, p.286)</p> <p>“As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.” (SANTOS, 1994, p.16)</p> <p>Racionalidades: “O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia. Esta depende da técnica contida nas coisas e nas ações. [...] Os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulado, em que cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado.” (SANTOS, 2014, p. 300-301). Daí a importância dos fluxos.</p> <p>Racionalidade, Irracionalidade, Contrarracionalidade. “Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contrarracionalidades. Essas contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tornadas irracionais para usos hegemônicos.” (SANTOS, 2014, p.309).</p> <p>Território Usado e Espaço Habitado “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. [...] “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” (SANTOS, 1994, p.15-16) (SANTOS, 2014)</p>

(conclusão)

Obra	Conceito-chave
<p>A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1996].</p>	<p>Espaços luminosos e opacos. “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos.” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p.264) “Enquanto as áreas luminosas são o teatro da ação dos vetores da modernidade globalizadora, as frações urbanas que envelhecem [as áreas opacas] podem ser operadas sem maior submissão a tais nexos, escapando à regulação direta dos atores econômicos e sociais hegemônicos.” (SANTOS, 2014, p.308).</p>
<p>Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 24.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015 [2000].</p>	<p>Convergência dos momentos: “[...] tornamo-nos capazes, seja onde for, de ter conhecimento do que é o acontecer do outro. Nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro. Essa é a grande novidade, o que estamos chamando de unicidade do tempo ou convergência dos momentos.” Ver Santos (2015, p.28)</p>

Os desdobramentos desses conceitos são analisados a seguir, assim como a problematização de outros pontos que surgiram no decorrer da pesquisa e que foram considerados importantes para a compreensão do todo proposto. Como a definição dos circuitos da economia recebe capítulo específico – Capítulo 2 – optou-se por não incluí-la no quadro acima.

1.1. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E A GLOBALIZAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial – 1945 e mais enfaticamente pós 1970 – com a chegada da era nuclear, a conquista do espaço, o desenvolvimento da robótica, da genética e das teorias físicas sobre espaço e tempo o homem alcança a Terceira Revolução Industrial. Denominando esse período de Técnico Científico Informacional, Santos (2014) o define como uma evolução do meio natural, sendo este caracterizado pela mínima interferência humana no espaço e de acordo com os limites que a própria natureza impunha; Seguido pelo meio técnico, onde ocorre a emergência do espaço mecanizado; E finalmente, atingindo o patamar atual⁹ de

⁹ Os primeiros escritos de Santos a respeito do período técnico-científico-informacional datam da década de 1980, na obra Espaço e Método, e permeiam suas obras até o último ano de vida em

meio técnico-científico-informacional, quando o homem passa de uma atitude de submissão à outra de dominação e subordinação da natureza atuando por meio da união entre técnica e ciência ¹⁰, utilizando a informação como um recurso de capital e promovendo relações globais.

Cada período da evolução do meio natural ao meio técnico-científico-informacional é identificado pela diferenciação na percepção do tempo e do espaço que, unidos pela técnica, tornam-se um fenômeno histórico.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis [...] Assim empirizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A *técnica* entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas dão-se como sistemas, diferentemente caracterizadas.

É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo. (SANTOS, 2014, p.54)

Cada lugar – espaço – tem, portanto, um tempo pois utiliza as técnicas de maneira única, à medida que as mesmas se tornam disponíveis, de acordo com os diversos arranjos entre técnicas pretéritas e presentes e de acordo com o que se passa nos lugares próximos e longínquos – ou seja, de acordo com o nível de interação com o todo e a disseminação de informação –. Desse modo, tem-se uma abordagem histórica e única dos lugares.

As novidades do período técnico-científico-informacional são a convergência dos momentos ¹¹, o conhecimento amplo do planeta e a unicidade da técnica que amplia o poder dos agentes hegemônicos que impõem seu tempo hegemônico e suas racionalidades ¹².

É a primeira vez na história do homem em que há apenas um sistema técnico regendo toda a atividade humana. É verdade, também, que em nenhum momento, nem mesmo agora, um sistema técnico se impôs completamente à totalidade dos lugares e dos homens. Um certo

2001. A obra em que dedica mais atenção ao assunto é publicada em 1996, *A Natureza do Espaço*. Trata-se de um conceito ontológico e ainda atual.

¹⁰ **Técnica:** Santos (2014) define técnica como a principal forma de interação entre o homem e o meio. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2014, p.29)

A **tecnologia** seria a união entre técnica e ciência.

Acrescentam-se a esses os conceitos de **invenção** como a “criação de algo novo a partir de um rearranjo de elementos já existentes.” (FRIEDMANN, apud SANTOS, 2011, p.47), e **inovação** como a “transformação de invenções em fatos históricos.” (FRIEDMANN, apud SANTOS, 2011, p.47)

Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos.

¹¹ Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos.

¹² Idem.

número de agentes hegemônicos utiliza os subsistemas técnicos mais novos, por isso mesmo hegemônicos, enquanto no mesmo lugar permanecem subsistemas técnicos hegemônicos, trabalhados por agentes não hegemônicos. Mas todos eles trabalham em conjunto. Ainda que as respectivas lógicas sejam diversas, há uma lógica comum a todos eles, presidida, exatamente, pelo subsistema hegemônico. (SANTOS, 2014, p.221)

Desse modo a globalização toma forma na força de atuação dos Estados, monopólios e oligopólios, cada qual atuando em sua devida escala, determinando divisões do trabalho, da produção e do consumo com a organização do espaço em verticalidades e horizontalidades ¹³.

O meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização. A diferença, ante as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo. O espaço 'no qual o homem sobrevive há mais de cinquenta mil anos [...] tende a **funcionar como uma unidade**' (J. Bosque Maurel, 1994, p.40). Pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização. (SANTOS, 2014, p.239-240, grifo nosso)

A respeito da globalização, Santos (2015 [2000]) apresenta três possibilidades:

A globalização como fábula contada no intuito de convencer, confundir e desmobilizar as resistências:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (SANTOS, 2015, p.19)

Como perversidade. Desfeita a ilusão da fábula a realidade se revela cruel:

De fato, para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (SANTOS, 2015, p.19-20)

E finalmente, como possibilidade. Demonstrando o poder dos indivíduos reunidos em deliberação e produção política, social, econômica, cultural, etc.:

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a **unicidade da técnica**, a **convergência dos momentos** e o **conhecimento do planeta**. (SANTOS, 2015, p.20, grifo nosso.)

Na visão de Santos (2015), a compressão do tempo e do espaço possíveis pela unicidade da técnica e de um tempo que pode ser contado de forma única em todo o

¹³ Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos.

globo, além do conhecimento sem precedentes da totalidade do planeta, são ferramentas capazes de mudar as alienações. A globalização como fábula para uns e perversidade para outros tem predominado mas, a globalização como possibilidade seria uma perspectiva possível e um desejo de mudança.

1.2. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Segundo Esteva (2000), nos séculos XVIII e XIX, empregada como sinônimo de evolução, a palavra desenvolvimento serve ao colonialismo e à “inevitabilidade” da industrialização “roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social.” (ESTEVA, 2000, p.63) No início do século XX a palavra é associada ao crescimento das cidades na conjunção *desenvolvimento urbano* e ao tratar do neocolonialismo restringia-se mais aos aspectos produtivos do que sociais.

Da segunda metade do século XX em diante, desenvolvimento, oficialmente e conforme a Carta das Nações Unidas (ONU) de 1947, liga-se a crescimento econômico. Na década de 1960 a ONU reconhece a interdependência de fatores culturais, econômicos e sociais para alcançar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento com mudanças entretanto, o reconhecimento não se torna prática. A partir de 1970 toma-se consciência de que uma estratégia global é necessária visando a não exclusão de setores da população, mudanças estruturais, igualdade social, distribuição de renda e desenvolvimento humano. A contradição mais uma vez era um projeto de desenvolvimento único para um globo tão diferente em suas partes. A década de 1980 é marcada por grande pessimismo e a de 1990 pelos re-desenvolvimentos, ou seja, o Norte ¹⁴ “modernizando” e ocupando o Sul com suas indústrias obsoletas e a captura de sua mão de obra barata.

¹⁴ Segundo Magnoli (2013) com a descolonização e a emergência do sistema internacional de Estados no contexto da Guerra Fria surge, oficialmente com a Conferência de Bandung em 1955, o Terceiro Mundo composto por Estados independentes da Ásia e África que reclamavam maior influência na ONU, igualdade entre as nações, soberania e a resolução pacífica dos conflitos internacionais. O Primeiro Mundo referia-se aos Estados Unidos da América, o Segundo Mundo à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o Terceiro Mundo aos demais que deveriam se alinhar com um ou outro lado.

A partir de 1960 com a conferência do Movimento dos Países Não Alinhados o terceiro-mundismo ultrapassa a Carta de Bandung levantando questões relativas às desigualdades econômicas globais e

Em termos conceituais e políticos, o re-desenvolvimento adota hoje a forma de *desenvolvimento sustentado*, para 'nosso futuro comum' [...]. Mas, na interpretação oficial, o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o 'desenvolvimento', não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada. (ESTEVA, 2000, p.72)

Portanto, comparado semanticamente à indefinição de uma ameoba o termo desenvolvimento continua a adaptar-se aos contextos e intenções. Apreende-se que com o passar dos séculos não faz mais que se adaptar às necessidades de crescimento do capital.

Já o termo subdesenvolvimento, segundo Esteva (2000), surge aproximadamente em 1942 com Wilfred Benson e ganha difusão e aceitação em 1949 no discurso de posse do Presidente Truman. "O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas [aproximadamente 80% da população mundial] passaram a ser subdesenvolvidas." (ESTEVA, 2000, p.60). O termo surge como uma contradição considerando que para atingir o desenvolvimento era necessário, antes, se ver como subdesenvolvido e como uma homogeneização, uma vez que o padrão de desenvolvimento fora estabelecido de cima para baixo. O padrão a ser alcançado, à época, era norte americano.

Houve resistência e

Para esses, como para muitos outros, Truman tinha meramente utilizado uma nova palavra para designar aquilo que tinha sempre existido: atraso ou pobreza. Segundo eles, os países 'atrasados' ou 'pobres' estavam naquela situação graças às pilhagens passadas do processo de colonização e ao estupro contínuo da exploração capitalista, em nível nacional e internacional a que esses países estavam submetidos: o subdesenvolvimento era a criação do desenvolvimento. (ESTEVA, 2000, p.66)

No pós guerra, mais especificamente entre as décadas de 1960 e 1970, enquanto Santos (1965) trata dos países subdesenvolvidos da parte Sul do globo, segundo Benko (1999), no contexto da produção nortista, são propostas duas teorias rivais para abordar o desenvolvimento desigual de regiões e nações:

A primeira teoria trata do desenvolvimento como efeito dos acasos da história considerando que certos países alcançam o desenvolvimento antes de outros devido a suas estruturas internas. Portanto, reformas internas proporcionariam os avanços almejados possibilitando que, em certo momento, os patamares de desenvolvimento sejam nivelados. Trata-se do esquema Clark-Rostow-Vernon onde:

ao subdesenvolvimento. O eixo Leste-Oeste começa a se deslocar para Norte-Sul e para o tema da industrialização.

Cada área geográfica da história (região ou país) seria avaliada pelas mesmas etapas do esquema histórico de Colin Clark (1951), as eras: pré-industrial (primária), industrial (secundária), pós-industrial (terciária ou quaternária). Mas nem todos os países (ou regiões) 'decolariam' no mesmo momento, de onde o subdesenvolvimento relativo de uns em relação aos outros, a cada instante da história [...] (BENKO, 1999, p. 54).

A segunda teoria, que vem de encontro à primeira, defende que “[...] a própria causa do ‘subdesenvolvimento’ de uns seria o desenvolvimento de outros, e a riqueza desses últimos se alimentaria da miséria dos primeiros.” (BENKO, 1999, p.55). Essa teoria postula que a dominação política e a concorrência de mercado consolidam “duradouramente uma divisão internacional do trabalho entre um *centro* dominante, manufatureiro e terciário, e uma *periferia* dominada, exportadora de bens primários, agrícolas e minerais.” (BENKO, 1999, p.55). Trata-se da Teoria da Dependência.

No intuito de compreender essa dependência e olhando especificamente para o hemisfério Sul, na década de 1960, Santos (1965) já tratava das especificidades das cidades dos países subdesenvolvidos e dos arranjos sócio-econômicos em suas manifestações territoriais que seriam particulares desses países. Grimm (2011) afirma que, assim como Santos, diversos pensadores dedicaram-se ao estudo do tema do subdesenvolvimento e apresenta alguns diálogos:

[...] no que diz respeito ao papel do Estado nos países subdesenvolvidos e suas relações com os monopólios e as grandes empresas, Milton Santos concordava com Celso Furtado (1965) quanto à importância crescente que as grandes empresas assumiam nas decisões nacionais e com Aníbal Quijano (1970) quando este afirmava que o ‘Estado seria menos Estado’. Ainda sobre o peso do monopólio na vida e na economia nacional dos países pobres, Milton Santos compartilhou a ideia de Gunder Frank (1968) de que as grandes firmas ao conservarem os lucros do progresso tecnológico aprofundavam o subdesenvolvimento nos ‘países satélites’; e discordou de Prebisch (1949) que afirmava que o desemprego e os excedentes de mão-de-obra na América Latina eram resultado de um crescimento insuficiente. Quanto ao geógrafo Yves Lacoste, trata-se de um interlocutor entre os mundos desenvolvido e subdesenvolvido. (GRIMM, 2011, p.98)

Atualmente, para Hardt e Negri (2006) as relações globais não são vistas como um processo de atraso mas, como uma relação de subordinação, ratificando a visão colocada por Benko (1999), Santos (1965, 2008 [1971], 2014 [1996]) e muitos outros e descrita pela Teoria da Dependência.

Dizer que as economias subordinadas não se desenvolvem não significa que elas não mudam e crescem; significa, antes que *elas continuam subordinadas no sistema global* e, portanto, não atingem nunca a prometida forma de economia dominante e desenvolvida. (HARDT; NEGRI, 2006, p.304).

Subdesenvolvimento e Dependência são, então, relações de subordinação à um sistema maior, hegemônico. Não se trata de patamares ainda não alcançados mas,

de diferenças políticas, sociais e econômicas engendradas pela exploração e competitividade.

Nesse contexto, duas publicações apresentam-se fundamentais para este trabalho: *A Cidade nos países subdesenvolvidos* (1965), na qual o autor apresenta as características das cidades dos países subdesenvolvidos e *O Espaço Dividido* (2008, [1971]) na qual propõe que “Não se trata de um mundo *em desenvolvimento*, mas de um mundo *subdesenvolvido* com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais que será necessário demonstrar.” (SANTOS, 2008, p.19). Santos propõe e incentiva os estudos desses organismos que devem se dar por meio da observação e compreensão das especificidades da sua formação, evolução e conexão com a unidade do globo.

Ao expor o desenvolvimento e o subdesenvolvimento Esteva (2000) coloca a construção de um homem com necessidades infinitas gerando homens marginalizados que não são capazes – por diversos motivos – de suprir suas carências. Apesar disso apresenta, como produto dessa marginalização, um homem criativo na utilização dos poucos recursos que possui, um homem que precisa se desligar da lógica econômica do mercado buscando espaços livres e apoio, mesmo que limitado, para sobreviver. Esteva (2000) acrescenta:

Uma das facetas mais interessantes desse processo recente de regeneração nas comunidades criadas por homens e mulheres comuns é justamente a restauração de sua própria definição de necessidades.

Se seus recursos são limitados, como o são, suas necessidades não podem ser ilimitadas. (ESTEVA. 2000, p.78)

Esse homem faz parte do precariado de Guy Standing (2014) e se assemelha ou torna-se sinônimo do homem contrarracional de Santos (2014). Em meio a pobreza desenvolvem-se mobilidades caracterizadas pela capacidade de adaptação da força de trabalho e dos meios de produção com incentivo das relações de proximidade. O homem lento e contrarracional, aquele que não comunga com a alta velocidade da cidade, que está à margem ocupando os espaços opacos, é o que se torna capaz de escapar do totalitarismo da racionalidade hegemônica ¹⁵.

¹⁵ Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos.

1.3. AS CIDADES DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Santos (1965) estabelece as principais características das cidades dos países subdesenvolvidos quando comparadas às cidades dos países desenvolvidos e, também, quando comparadas entre si, uma vez que afirma que a abordagem histórica, circunscrita à um mesmo território usado ¹⁶, é de fundamental importância para a compreensão das diferenciações. Sendo assim, a colonização de um país, a época dessa colonização e as atividades praticadas alhures, em épocas precedentes e, atualmente, tem peso determinante nas diferenciações do território e nas dinâmicas que se processam no mesmo.

Todo espaço conhece assim uma evolução própria, resultado de uma conjunção de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro se encontra nos países-pólos e de forças já existentes nesse espaço. Resulta daí a diversidade das condições de subdesenvolvimento e a originalidade das situações para cada lugar (SANTOS, 2008, p.32).

Com o intuito de dividir o tempo em períodos propícios às análises histórica e econômica é possível, simplificada e resumidamente, falar de três períodos – ou modernizações – caracterizados e definidos como “a generalização de uma *inovação* vinda de período anterior ou da fase imediatamente precedente.” (SANTOS, 2008, p.31): “Assim, teríamos uma modernização *comercial*, uma modernização *industrial* e uma modernização *tecnológica*, correspondendo a outros tantos períodos da história do subdesenvolvimento.” (SANTOS, 2008, p.34). A *modernização comercial* seria marcada pela revolução dos transportes marítimos e vai até a revolução industrial; a *modernização industrial* corresponde ao período que vai da revolução industrial até a Segunda Guerra Mundial; a *modernização tecnológica* corresponde ao período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Grimm (2011) apresenta uma tabela com as principais características das cidades dos países subdesenvolvidos encontradas em Santos (1965), sendo: O sítio, com exceção das cidades planejadas, escolhido em função de problemáticas anteriores à era dos transportes mecânicos e à revolução industrial. Muitas cidades surgem como entreposto comercial, local de passagem de tropas, ou mesmo desenvolvem-se a partir de vilas jesuítas; O êxodo rural como característica fundamental mudando permanentemente em urbanos os rurais; Estrutura fundiária em latifúndios; Organização política com Estados independentes antes da era da evolução nos

¹⁶ Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos.

transportes e, portanto, frágeis no que tange a organização do espaço na era rodoviarista; Estruturas herdadas, de relações coloniais por exemplo, que possuem um peso histórico determinante na formação atual; Existência de uma burguesia anterior à era dos transportes e à industrialização; Mestiçagem populacional; Metrôpoles interiores surgidas da mineração, por exemplo, em países de dimensões continentais; Ritmos diferentes de evolução da economia; E a presença de zonas de degradação contíguas aos centros modernos das grandes cidades ocupando os prédios de períodos históricos precedentes.

Grimm (2011) acrescenta que três termos são fundamentais para compreender a formação e evolução dessas cidades: modernização, urbanização e industrialização.

Quanto à industrialização, trata-se de indução industrial. Nos países subdesenvolvidos a cidade nasce como local de comércio, desenvolve uma burguesia detentora de capital proveniente da exploração da mão-de-obra e, a partir dessa burguesia, desenvolve a indústria de forma incompleta com ausência de quadros técnicos, baixa competitividade e mercado interno insuficiente. Por isso não se fala de indústria, mas de indução industrial.

Assim, a abertura de estradas, a disseminação dos meios de comunicação, os fatores psicológicos ligados a ambos, a alfabetização e os progressos sanitários, sem falar em outros fatores de abertura – fuga à economia fechada – diretamente ligados ao progresso econômico como a expansão da economia agrícola comercial. Todos esses fatores, ligados, indiscutivelmente, àquela ‘indução industrial’ e condicionados, também, pela estrutura da propriedade, levam à libertação de mão-de-obra no campo e à sua acumulação nas cidades, onde não encontram emprego: exatamente porque se trata, aqui, mais de indução industrial que de industrialização propriamente dita (SANTOS, 1965, p.48 e 49).

Quanto à urbanização, trata-se de metrôpoles incompletas¹⁷ com grande excedente populacional migrante do campo e quanto à modernização, trata-se de períodos de evolução histórica e econômica onde predominam determinadas técnicas ou o conjunto delas. Nesse contexto “as metrôpoles são fruto da modernização recente dos países subdesenvolvidos por influência da industrialização mundial e/ou nacional. Esse tipo de cidades anteriormente [aqui, antes da década de 1970] não existia nos países do Terceiro Mundo.” (SANTOS, 2008, p.282).

No caso brasileiro pode-se admitir, de forma geral, três períodos da história territorial.

¹⁷ Ver em Capítulo 1. *Referencial Teórico e Principais Conceitos* o Quadro de referenciais teóricos.

O primeiro, que dura até a Segunda Guerra Mundial, é anterior à unificação do território e do mercado. O segundo, com o Brasil unificado, teria como fator dinâmico a indústria e como objetivo a construção nacional. O terceiro coincide com o processo de globalização e vige até nossos dias [aqui, os anos 2001]. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 265).

No terceiro e atual período o fator motor da produção econômica deixa de ser a indústria e passa a ser a informação com decisões cada vez menos centradas em São Paulo e Brasília e mais internacionalizadas ou globalizadas. Com a globalização, a aceleração e unificação do tempo – que adquire um caráter hegemônico –, novas configurações técnicas, organizacionais e de capitais se apresentam disponíveis.

A união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e sobretudo, da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional [...] (SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L., 2003, p. 52 e 53).

Portanto, atualmente, nos países subdesenvolvidos tem-se, principalmente, metrópoles incompletas, recentemente formadas e ainda em processo de formação se comparadas àquelas dos países desenvolvidos, envolvidas em relações locais e inseridas em trocas globais, simultaneamente.

Metrópoles que cresceram quantitativamente – em número e população – mas, que não deixaram de crescer qualitativamente também – em infraestrutura –, algumas industrializadas que se organizam e reorganizam o meio em função do externo, das verticalidades da globalização. As cidades locais e regionais, por sua vez, não apresentam o mesmo poder de organização do espaço e sustentam relações mais fortes no interior da nação. Entretanto, com a velocidade dos avanços no meio técnico-científico-informacional, com a importância da logística e dos correios que permitem conexões entre os lugares mais remotos, com a mudança na organização do trabalho com a explosão do chão da fábrica, entre outros fatores, é difícil mensurar a influência que uma cidade, sendo ela uma metrópole, uma cidade regional ou apenas local, pode exercer nos dias atuais.

2. OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Na década de 1960 Santos (1965) considerava certas especificidades dos países subdesenvolvidos e no início da década de 1970, aprofundando progressivamente seu trabalho, propõe a teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos (2008, [1971, 1975, 1979]). Os temas que gravitam essa teoria continuam fazendo parte do pensamento e das propostas do autor até os anos 2000, período de suas últimas publicações.

Desde de 1970 até a atualidade são quase 5 décadas de mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais em âmbito global e local. Dessa maneira, acredita-se necessário apresentar, primeiramente, a teoria assim como colocada pelo autor à época de sua proposição e, posteriormente, a colaboração de outros estudiosos que se propuseram a pensar os circuitos no contexto atual.

2.1. OS DOIS CIRCUITOS SEGUNDO MILTON SANTOS

Para Santos (2008) as modernizações atuais, “[...] isto é, a generalização de uma *inovação* vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente” (Santos, 2008, p.31), são comandadas pela grande indústria com suas formas multinacionais e seus suportes sendo que, “[...] duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo.” (SANTOS, 2008, p.35-36). As diferenças de renda geradoras de diferenças qualitativas e quantitativas de consumo “[...] são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.” (SANTOS, 2008, p.37).

A tese de desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial que Milton Santos apresenta na obra *O Espaço Dividido* (2008) contempla dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos: superior e inferior, onde “Cada circuito se define por: 1) o conjunto das atividades realizadas em certo contexto; 2) o setor da

população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo". (SANTOS, 2008, p.42)

As diferenças fundamentais entre os dois circuitos são referentes à tecnologia e à organização, mas o fator capital também se mostra determinante para a análise do sistema. A renda, que define uma hierarquização das atividades e conseqüentemente da sociedade em classes, determina, também, a seletividade dos espaços.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2008, p.37).

As características, assim como colocadas por Santos (2008), e separadas de acordo com o conjunto de atividades realizadas e setor da população predominantemente abrangido, estão melhor descritas abaixo:

1) Conjunto de atividades realizadas

De maneira mais específica, o circuito superior é caracterizado por demandar tecnologia de capital intensivo com crédito bancário e subsídios governamentais; Relações de trabalho assalariadas e com emprego reduzido; Produtos de alta qualidade, produzidos em grande quantidade e com preços fixos; Relações impessoais com a clientela intermediada por intensa publicidade capaz de moldar o mercado e alta dependência do mercado exterior à região. O comércio voltado para o exterior, apesar de também representar crescimento, impede, muitas vezes, um maior desenvolvimento local pois reduz a demanda por artigos produzidos internamente, não gera empregos e concentra a renda.

O circuito inferior caracteriza-se por trabalho intensivo em detrimento da tecnologia com crédito pessoal e nenhum, ou quase nenhum, incentivo governamental; Relações informais de trabalho com grande volume de emprego; Produção de mercadorias em pequenas quantidades e com preços variáveis dependendo da negociação propiciada por relações pessoais com a clientela restrita ao âmbito local. Muitas vezes, o setor público não oferece suporte a esse setor. Ao contrário, dificulta

o desenvolvimento das atividades quando restringe ou impede o trabalho de ambulantes, camelos e outros.

Na Tabela 1, abaixo, são elencadas as características de cada circuito com destaque para as três principais: tecnologia, organização e capital.

Tabela 1 - Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos

	Circuito superior	Circuito inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevado por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papeis	Diretas/ personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos, 2008, p.44.

Apesar das diferenças fundamentais há interseção de características. Para certas categorias de atividades há uma mescla de tecnologia, organização, capitais, emprego de mão de obra, uso do crédito, enfim, de diversas categorias em intensidade ora menor, ora maior. Trata-se, no geral, de características predominantes.

2) Setor da população

O acesso aos circuitos é dado diferentemente em cada classe social, entretanto, há aqui, também, intersecção entre as classes por meio do trabalho e do consumo. Nesse sentido fala-se, também, de características predominantes pois,

No que concerne à população ligada a cada um dos circuitos, é necessário notar vários desvios. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito. O consumo das classes médias se dirige frequentemente tanto à categoria das classes abastadas quanto à das classes menos favorecidas. Por outro lado, os indivíduos mais diretamente ligados ao circuito inferior não são uma força de trabalho exclusiva desse circuito. Eles vendem temporariamente ou ocasionalmente sua força de trabalho no circuito superior (SANTOS, 2008, p.42).

Santos (2008) faz distinção da sociedade em pelo menos três classes sociais definidas pela posse dos meios de produção e pelo perfil do consumo. As classes ricas ou dominantes possuem controle da economia urbana, regional e nacional como proprietários das grandes firmas ou como seus agentes de confiança. Consomem, predominantemente, em âmbito internacional e em mercados especializados. Já as classes pobres são representadas por aqueles que não desfrutam do acesso regular aos bens de consumo corrente considerados indispensáveis em certa sociedade. São parcela essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais. Em geral, são não-empregados, subempregados ou assalariados com baixa remuneração. As classes médias são representadas pela parcela que está entre as classes acima citadas, recebendo salários maiores que os pobres, mas não detendo controle dos meios de produção.

Apesar da distinção em três classes não é possível falar de três circuitos, pois as classes médias não gerariam essa terceira via uma vez que seu consumo acontece ora no circuito superior, ora no inferior e ainda porque não criam um aparelho de produção ou de distribuição próprios. Todavia, Santos (2008) afirma que é possível falar da existência de um circuito superior “marginal” uma vez que se trata, quando se fala das atividades praticadas, não da exclusividade de características encontradas em apenas um dos circuitos mas, do predomínio dessas características. A mescla de tecnologias diferentes e diversamente organizadas é mais frequente no circuito superior caracterizando o que Santos (2008) chama de circuito superior “marginal” ao lado de um circuito superior propriamente dito.

Além da definição e das características, Santos (2008) apresenta os elementos estruturais dos circuitos considerando atividades puras, impuras e mistas. Os bancos, o comércio e a indústria de importação e exportação são atividades impuras

do circuito superior uma vez que se instalam na cidade para se beneficiar de suas vantagens, mas seus interesses são externos. O comércio moderno e a indústria moderna seriam atividades puras do circuito superior. Os atacadistas, transportadores e o setor de serviços representam atividades mistas uma vez que se ligam a ambos os circuitos. A fabricação não-capitalista e o comércio não-moderno seriam atividades puras do circuito inferior. As relações estabelecidas permitem o funcionamento do circuito ou sistema como um todo. Esse funcionamento determina a organização do espaço de maneira que as atividades características do circuito superior são privilegiadas em detrimento daquelas características do circuito inferior.

A organização do espaço pelos dois circuitos compreende: 1) as atividades capazes de uma macroorganização do espaço; 2) as atividades incapazes de uma macroorganização do espaço.

O Estado e as atividades do circuito moderno, em particular os monopólios e as firmas multinacionais, constituem os dados essenciais da macroorganização do espaço. As atividades do circuito inferior tem seu alcance limitado a espaços mais restritos. (SANTOS, 2008, p.277).

O circuito superior predominaria ou caracterizaria, dessa forma, os espaços luminosos e o circuito inferior, os espaços opacos da cidade, salientando, que há predomínio e não exclusividade de ocupação.

Enquanto as áreas luminosas são o teatro da ação dos vetores da modernidade globalizadora, as frações urbanas que envelhecem [as áreas opacas] podem ser operadas sem maior submissão a tais nexos, escapando à regulação direta dos atores econômicos e sociais hegemônicos. (SANTOS, 2014, p.308).

Como se trata de uma teoria do espaço urbano, é necessário colocar que existem relações entre os limites físicos dos diversos escalões urbanos – cidade local, cidades intermediárias e metrópoles – e os limiões de influência dos circuitos. Para tanto, Santos (2008) faz referência à Teoria dos Lugares Centrais proposta por Christaller em 1933, afirmando que, tal como foi proposta, à época, essa teoria não se aplicaria aos países subdesenvolvidos de modo que é necessário agregar a ela dois limiões de influência que contemplem a existência dos dois circuitos. A influência do circuito superior ultrapassa os limites das metrópoles e, de forma contrária, a influência do circuito inferior está circunscrita aos limites das metrópoles. Com as cidades locais ocorre de forma inversa, o circuito inferior estende sua influência além dos limites físicos da aglomeração e o circuito superior hipoteticamente – pois geralmente é inexistente nesse escalão urbano – estaria circunscrito à cidade.

Portanto, o circuito superior representa a dominação econômica, política, cultural e espacial e a espoliação com concentração de renda, envolvendo as classes dominantes da sociedade e os modos de produção detidos por essas classes e subvencionados pelo Estado. O circuito superior ganha força e estende sua área de influência proporcionalmente ao crescimento da função metropolitana das cidades. Já o circuito inferior apresenta-se como sinônimo de pobreza crescendo junto com as cidades em volume, complexidade e número de habitantes mas, simultaneamente, aumentando sua área de influência quanto menor for a aglomeração urbana. Os papéis são inversos e complementares com relações de solidariedades funcionais e antagonismos estruturais.

O que se apreende é que os circuitos e suas manifestações territoriais representam relações de dominação global e de organização local que se manifestam determinando os modos de uso dos espaços da cidade. Santos (2008) fecha sua teoria propondo a necessidade de mudanças políticas e econômicas defendendo um Estado a serviço da população – em detrimento das empresas multinacionais e dos monopólios privados – e que promova a produtividade social em detrimento da econômica. O autor reconhece as dificuldades em atingir tais objetivos, no entanto, o otimismo e a crença na capacidade de escolha do homem em mudar sua condição não deixa de ser uma das características de suas obras.

2.2. OS DOIS CIRCUITOS A PARTIR DA COLABORAÇÃO DE OUTROS AUTORES

Em face às mudanças ocorridas desde a década de 1970 até o período técnico-científico-informacional da globalização é necessário examinar a produção daqueles que continuaram o legado de Santos, principalmente por considerar, assim como Roma (2016) e Oliveira (2009), que ainda hoje a teoria dos Dois Circuitos é relevante para a compreensão do território usado da cidade. Nesse sentido, validam-se as leituras mais atuais a medida que acrescentam novas variáveis e olhares à referida teoria.

Dentre esses, Corrêa (2005) analisa o alcance dos circuitos segundo a hierarquia das cidades e afirma que “sem excluir a teoria das localidades centrais, a

contribuição de Santos, na realidade, ultrapassa-a, enriquecendo-a.” (CORRÊA, 2005, p. 77). Silva (2011) usa dos circuitos para estudar os círculos de cooperação da produção de confecções nos bairros centrais da Região Metropolitana de São Paulo. Zanotelli (2008) estuda os circuitos analisando as redes elétricas em bairros de Vitória-ES. Montenegro (2006, 2011) estuda o circuito inferior em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém.

Além de Coelho (2011), Oliveira (2009), Grimm (2011), Roma (2016), Ribeiro (2012), muitos outros ainda podem ser citados mas, em especial, Silveira (2004, 2011, 2014, 2015, 2015b, 2016) que, inclusive com parte de sua trajetória acadêmica ao lado de Santos (2003), empreende estudo sobre o tema e sua pertinência atual considerando que é inerente aos circuitos o movimento constante, ou seja, a adaptação às sucessivas modernizações que surgem com o tempo e se instalam no território (SANTOS, 2008; SILVEIRA, 2015), conformando mudanças não apenas nas variáveis de análise, entre elas principalmente tecnologia, capital e organização mas, na relação e nos limites dos circuitos.

Constitutivamente definidos pelo capital, tecnologia e organização, os circuitos são também movimento, graças às sucessivas modernizações que acompanham a implantação de uma nova divisão territorial do trabalho hegemônica. Para não perder o passo, os diversos agentes são impingidos a readaptar-se e a incorporar as novas variáveis. Entretanto, face aos novos dados técnicos e às novas equações de lucro, sua capacidade de adaptação e de criação de novas combinações produtivas acaba por reformular os limites que os separam (SILVEIRA, 2015, p.99).

Segundo Silveira (2016) os acontecimentos recentes – ou as variáveis chaves do período contemporâneo –, de origem planetária, com impactos nacionais e locais que tem força para mudar os processos de produção e consumo nas cidades são estes enumerados abaixo:

1) A tecnologia e as técnicas. As características do período atual são a maior densidade da base técnica; O aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho; E a diversificação da circulação. Como causa e resultado desses processos se implantam microssistemas técnicos no território que provocam a reorganização das redes urbanas e das cidades, sendo a de força maior a tecnologia da informação (SILVEIRA, 2016).

É atual o surgimento e a difusão em grande escala de sistemas informatizados e da elaboração de bancos de dados com as mais variadas finalidades ou seja, a sofisticação das técnicas que se unem à informação considerando, todavia, que toda

informação pode ser produzida e manipulada para benefício do sistema produtivo e daqueles que o controlam. “[...] as técnicas da informação, responsáveis pelo verdadeiro sistemismo técnico contemporâneo, transformam a capacidade de ação de quem as usa mas, fundamentalmente, de quem as governa.” (SILVEIRA, 2015b, p. 248).

O sistema técnico contemporâneo impõe diferenças constitutivas entre os circuitos da economia urbana. Por um lado, a rigidez da técnica atual é causa e consequência do aumento de poder dos agentes hegemônicos. [...] Mas, por outro lado, a banalização da técnica abre um leque de possibilidades de vida e trabalho (SILVEIRA, 2015, p.101).

A banalização e a simultânea rigidez da técnica dizem respeito a necessidade que ela se estenda o máximo possível pelo território todavia com utilização ou apropriação limitadas conforme o usuário. Ocorre, portanto, sua adaptação aos diversos modos de utilização e com sua difusão, o surgimento de novas profissões e atividades e a reorganização dos circuitos. Nesse sentido Silveira (2015b) coloca que “não seria um exagero dizer que a telefonia celular tornou-se uma necessidade da vida social contemporânea e, em decorrência, que a escassez de tal semovente pareceria ser hoje uma manifestação de pobreza.” (SILVEIRA, 2015b, p. 250-251).

Com o acesso crescente aos aparelhos telefônicos, muitas vezes a escassez é referente ao acesso a certos modelos “mais modernos”, a planos de dados e aplicativos não gratuitos.

2) O crescimento da relevância do sistema financeiro.

Em função da profusão de instituições financeiras, redes comerciais que oferecem serviços bancários, firmas de seguros, entre outras, a expansão do sistema financeiro para além do sistema bancário transforma a estrutura do consumo e da produção, a oferta de crédito, a quantidade e a velocidade do dinheiro em circulação e fortalece os oligopólios, a partir do aumento da concentração dos lucros e a integração da economia em escalas mais amplas. (SILVEIRA, 2016, p.86, tradução nossa.)

A economia financeira apresenta-se de modo que o peso da renda torna-se essencial e sua concentração aumenta nos extratos dominantes da sociedade. De todo modo, apesar da concentração de renda nesses extratos, o consumo de todas as classes atinge novos patamares incentivado ora por agentes privados, ora pelo Estado. O avanço do crédito e das novas formas de moeda virtual representam a invasão das operações comerciais cotidianas pelo circuito superior (SILVEIRA, 2015).

3) A organização, segundo Silveira (2015), estaria relacionada com o grau de capitalização dos agentes permitindo seletivamente o acesso à tecnologia da informação e à infraestruturas no território.

Silveira (2015b, 2014) coloca como de primordial importância o meio construído na organização dos circuitos. O circuito superior ao mesmo tempo que organiza a cidade e escolhe para si áreas dotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos deixa para o circuito inferior as áreas já degradadas ou em processo de degradação.

Silveira (2014) menciona a importância dos fluxos na produção que se reorganiza conferindo importância crescente a um novo leque de profissões ligadas às tecnologias da informação, ao comércio eletrônico, à logística e aos correios, a propaganda e ao marketing como expoentes de uma organização pós-fordista do trabalho. Entretanto, apesar do surgimento de novas profissões, o aumento da complexidade das instituições, das normas e das fiscalizações restringem as oportunidades de trabalho para importante parte da população (SILVEIRA, 2016).

4) O consumo com união entre publicidade, marketing e neurociência. Estudos comportamentais e avanços nas áreas da neurociência aliam-se na promoção do consumo.

5) As fusões em oligopólios com modificação de relações inclusive com o poder público. Se trata da inteligência do capital unificando os processos, em geral com significativo aumento da organização, capitalização crescente e diminuição de empregos.

6) As políticas de Estado que, se utilizando do discurso de modernização e crescimento, permanecem associadas às grandes empresas com políticas de crédito ao consumo.

7) Os fluxos migratórios com migração de mão de obra qualificada para o circuito superior reforçando a expansão do sistema técnico contemporâneo e com a migração de mão de obra não qualificada para o circuito inferior.

8) A inflação com um efeito que parece duplo e contraditório sobre o circuito inferior. Se, por um lado aumenta a liquidez permitindo maior elasticidade desse circuito e a ampliação das ocupações, por outro diminui o valor do trabalho exercido nas pequenas atividades.

9) As áreas centrais (historicamente na América Latina) como lugares de refugio para o exercício da economia da pobreza apontando a nocividade de determinados projetos de revitalização como meio de expulsão do circuito inferior.

10) E, por fim, a economia criativa subvencionada pelo Estado contribuindo, também, a partir da criação de áreas de especialização, para a expulsão do circuito inferior, de uma porção residual do circuito superior “marginal” e desvalorização da produção banal.

Dessa maneira, e considerando a natureza relacional dos circuitos, Silveira (2016) afirma que se amplia a distância entre os níveis de tecnologia, capital e organização. Também se ampliam os nexos mesclando economia e cultura e a dependência vista, principalmente, na necessidade do circuito inferior de acesso ao crédito. Ocorre, então, a reformulação dos limites que separam os circuitos com a diversificação, segmentação e interpenetração dos modos da produção, trabalho e consumo.

A organização do espaço passa pela interdependência dos eventos e pelo acontecer solidário que se divide em acontecer hierárquico, complementar e homólogo. O acontecer hierárquico ocorre, por exemplo, nos casos das revitalizações e projetos de recuperação de áreas antes não visadas ou abandonadas pelo mercado imobiliário, pelo crescimento das franquias e das áreas de especialização de outlets¹⁸ de grandes marcas que têm como lógica de funcionamento a difusão de marcas globais e a captura de mais capital para um circuito superior capilarizado pelo território. Esse acontecer como o nome indica é hierárquico e expulsa do território os não adaptados.

Todavia, se o circuito inferior não é motor de tais acontecimentos, ele não falta ali onde esses eventos criam novas formas e áreas e mudam o uso do território. O circuito inferior agrega-se em torno das complementaridades e das áreas homólogas, realizando seu trabalho com outras formas técnicas e organizacionais e com pequenos capitais. (SILVEIRA, 2015b, p. 253)

O acontecer complementar e homólogo aparece nos casos de comércio de rua variado e com foco em públicos distintos mas que dividem espaços contíguos. A complementariedade seria não apenas menos danosa ao circuito inferior mas, também, necessária à sua sobrevivência visto que a disputa pelo território é geralmente vencida pela força de rearranjo que pertence ao circuito superior.

¹⁸ “[ing] s.m. 1. COM. Centro comercial não luxuoso, cujas mercadorias são comercializadas a preços mais baixos, em geral diretamente do produtor ao consumidor”. (HOUAISS, 2009, p.1405)

Em síntese, a cidade surge como um espaço dividido e compartilhado por agentes de todos os níveis de capital, tecnologia e organização. Ao longo do tempo aumentam as interdependências e subordinações, pois o crescimento do consumo e seus nexos financeiros nas grandes empresas significa a diminuição das oportunidades de produzir e vender no circuito inferior e, como corolário, advém o endividamento. Uma vez mais o circuito superior reforça sua capacidade de organizar o território e o circuito inferior revela, sobretudo pelo comércio, a sobrevivência da maior parte da população. (SILVEIRA, 2014, p.90, tradução nossa).

Silveira (2016) afirma ainda que em cidades que experimentam a chegada de um circuito superior externo há a desterritorialização das decisões e o aumento das dependências e que, apesar de não possuir presença intensa e extensa em todas as cidades, os atores desse circuito influenciam o território transformando a estrutura do consumo, a estrutura produtiva, a oferta de crédito, o volume e a velocidade da circulação monetária. “Sabemos que, em um movimento desigual e combinado, a valorização de uma porção da cidade e de uma atividade econômica não se realiza sem a desvalorização das demais.” (SILVEIRA, 2016, p.98. tradução nossa).

As características da globalização sentidas no local, a importância dos acontecimentos solidários e a força de rearranjo urbano pertencente ao circuito superior estão entre as muitas inquietações que dirigiram o estudo empírico proposto no Capítulo 3 *O Circuito Inferior representado pelos ambulantes no Centro de Vitória. Um espaço opaco na Avenida Jerônimo Monteiro*. Para tanto, os conceitos de espaços opacos ocupados pelos homens contrarracionais são melhor apresentados a seguir.

2.3. AS CONTRARRACIONALIDADES DO CIRCUITO INFERIOR E OS ESPAÇOS OPACOS

No contexto da ideia de território usado (SANTOS, 2014) os espaços banais seriam aqueles das contiguidades, das horizontalidades, que não respondem de forma pronta às demandas e ordens impostas pelas verticalidades mesmo dando conta das mesmas, ou seja, são espaços da contrafinalidade onde as ordens globais não deixam de se manifestar mas, em contrapartida, onde a ordem local apresenta-se como possibilidade de resistência.

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.” (SANTOS, 2014, p.286)

Essas contrafinalidades são, em definição, muito próximas das ideias de irracionalidades e contrarracionalidades.

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de **irracionalidade**, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente **contrarracionalidades**.

Essas contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência de escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.

O que muitos consideram, adjetivamente, como 'irracionalidade' e, dialeticamente, como 'contrarracionalidade', constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo. (SANTOS, 2014, p.309. grifo nosso).

As irracionalidades seriam a produção deliberada de situações não ideais, geradas pela organização do circuito superior e que afetam diretamente o inferior e o sistema como um todo. O circuito superior, então, produziria seus próprios limites no uso do capital enquanto o circuito inferior, não utilizando-o da forma mais rentável, produziria seu próprio crescimento.

Entende-se, também, que as contrarracionalidades seriam as diversas formas de resposta, principalmente do circuito inferior na busca de inserir-se no sistema apesar da escassez de meios. Dessa forma, o circuito inferior é impingido a produzir uma racionalidade própria, diversa da lógica dominante.

O fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites. (SANTOS, 2014, p.310)

Essas contrarracionalidades aparecem na necessidade e no desejo de contrariar a ordem estabelecida, entretanto, o acesso limitado às técnicas e a ampla escassez são fatores que comprometem mudanças no sistema, inclusive para melhorias nas condições de vida da grande parcela da população que representa o circuito inferior.

Santos (2014) questiona aqui o que se compreende por racionalidade do sistema capitalista hegemônico. Ir de encontro a essa racionalidade, mesmo que por falta de meios de se manter nela, é o que o autor chama de irracionalidade ou contrarracionalidade. Ambos os termos não trazem uma conotação negativa, mas um sentido subversivo a um sistema que é, por essência, excludente e competitivo.

Visto de um certo ponto como irracionalidade e de outro como contrarracionalidade a forma de se inserir na produção e de participar do consumo é própria em cada circuito e difere ainda grandemente considerando-se o recorte conforme o território usado e a época analisada.

Tratando-se do território agregam-se, ainda, os conceitos de espaços luminosos e opacos:

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p.264)

Os investimentos realizados na cidade, seja por meio público, privado ou parcerias público-privada, criam áreas luminosas de racionalidade onde o capital circula e se multiplica com mais dinamismo. As áreas opacas, em detrimento, recebem menos investimentos a ponto de tornarem-se relegadas no contexto urbano. Trata-se de espaços abandonados, subutilizados ou pouco visados pelo mercado, tornando-se por isso mesmo, mais livres para a ocupação pelo circuito inferior conforme Silveira (2016) e Montenegro (2006).

Aqui, da mesma forma quando trata de racionalidade, irracionalidade e contrarracionalidade, Santos (2014) usa o ponto de vista do sistema capitalista hegemônico e subverte a lógica desse sistema. Caracterizar os espaços como luminosos seria uma forma de conferir a eles densidade técnica remetendo, até mesmo, aos pontos mais iluminados do nosso globo quando vistos do espaço e que correspondem às áreas mais “desenvolvidas” do mesmo. Conferir opacidade aos espaços seria, por outro lado, atribuir segunda posição aos mesmos dentro da lógica racional hegemônica. Ao mesmo tempo, é por sua opacidade que esses espaços são acessíveis ao circuito inferior.

Aqueles que usam os espaços opacos são considerados excluídos e contrarracionais dentro da lógica da produção verticalizada das cidades – ou seja, da lógica racional do sistema capitalista globalizado.

A globalização, pois, tem um papel determinante na produção de irracionalidade e no uso irracional da máquina urbana. A cidade já vinha criando os seus excluídos e os seus irracionais. O processo de globalização acelera essa tendência. (SANTOS, 2014, p.306-307).

O que se apreende é que o homem lento – aquele que não comunga da aceleração da globalização –, contrarracional, toma conhecimento da racionalidade hegemônica

vivenciando sua exclusão. Santos (2014) acredita que à partir dessa consciência há possibilidade de produzir novas formas de urbano.

Para a análise do papel do meio construído contribuem, especialmente, Silveira (2004, 2015b, 2014) e Montenegro (2006, 2011).

[...] a cidade não é somente uma soma de partes, nem somente um sistema de objetos, mas o conjunto da base material e da vida que a anima. Em outras palavras, a cidade será vista como um meio construído (uma determinada materialidade, ou seja, pontos, linhas e manchas, contíguas ou não) e como um grande mercado (um conjunto de atividades realizadas em certo contexto e pelo setor da população associado pela atividade e pelo consumo). (SILVEIRA, 2004, p.2, tradução nossa.)

Silveira (2014) considera ainda:

[...] a metrópole como um grande meio construído e como um grande mercado, com a mediação fundamental dos diversos níveis do Estado. Segundo a capacidade de pagar pela localização e de adaptação às normas vigentes, os agentes ocupam certas porções do meio construído. [...] Daí as migrações das firmas menos capitalizadas e a **reorganização incessante das centralidades urbanas**". (SILVEIRA, 2015b, p.79-80, tradução nossa, grifo nosso.)

Montenegro (2006) analisa o meio construído do centro da cidade de São Paulo e cataloga, por tipo, as atividades realizadas, utilizando-se ora de imagens, ora de mapas, além de relacionar o acesso permitido pelos fluxos das linhas metroviárias, de ônibus e pedestre com a importância de determinados edifícios. Identifica a desvalorização do meio construído apontando os altos custos de reconversão dos prédios antigos a novos usos.

Montenegro (2006) afirma que a deterioração dos espaços convida à realização de trabalhos não hegemônicos e que a concentração de modernizações em certos pontos selecionados do espaço urbano engendra a obsolescência prematura de outros. Trata-se do processo dialético que torna alguns espaços opacos enquanto outros se tornam iluminados. Nos espaços opacos o circuito inferior encontra possibilidades de resistir e se expandir ao mesmo tempo que se beneficia da infraestrutura já existente.

A presença de um meio construído desvalorizado em certos subespaços do centro – como no Bom Retiro e no norte do distrito de Santa Cecília, onde o padrão de ocupação se manteve mais horizontal – assim como região do Largo Treze de Maio permite a resistência e a expansão de um circuito inferior no período atual. (MONTENEGRO, 2006, p.113)

Em Montenegro (2011) há análises similares para, além de São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém nas quais a autora capta as particularidades de cada local.

Considerando ainda as características do meio construído Silveira (2014) faz distinção entre áreas de diversidade e de especialização. Enquanto estas representam um leque limitado de atividades ocorrendo em apenas um dos circuitos espaciais de produção, aquelas representam diversas atividades que se dão em mais de um circuito.

Nas áreas de diversidade, o trabalho se especializa e se divide em múltiplos circuitos espaciais de produção, cuja área de mercado é o bairro ou a cidade em virtude de sua condição não hegemônica. A circulação é determinante e, por isso, os circuitos diferentes se entrecruzam e criam um mercado, segmentado, que se nutre da divisão do trabalho, onde coexistem técnicas de diferentes momentos históricos. Os edifícios são, talvez, as manifestações mais claras das rugosidades que vem do passado, por sua idade e por suas condições. É o reino do circuito inferior e, também, de um variado circuito superior marginal em áreas de grande circulação [...]. As áreas de especialização urbana, ao contrário, tendem a ser um dado do fenômeno metropolitano. Ali o trabalho se especializa e se divide dentro de um mesmo circuito espacial de produção, involucrando diversas etapas e atores de diferente poder em complexos processos de cooperação e competência. (SILVEIRA, 2014, p.81, tradução nossa.)

O recorte empírico proposto e analisado a seguir considera, como dito anteriormente, as características da globalização sentidas no local focando no circuito inferior e nos homens contrarracionais que ocupam os espaços opacos ou que vem se tornando opacos na cidade. A análise empírica é proposta para uma área de diversidade quando se considera os circuitos espaciais de produção e compreende a utilização e as características do meio construído.

3. O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES NO CENTRO DE VITÓRIA. UM ESPAÇO OPACO NA AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO

3.1. O RECORTE EMPÍRICO

Entre os dois circuitos da economia urbana optou-se, como apresentado anteriormente, por analisar o circuito inferior que, analisado sob a ótica de Santos (2008), abrange um leque grande de trabalhadores e modelos de negócios que podem ser identificados em todos os setores da economia.

A proposta empírica aqui apresentada, entretanto, abrange apenas o setor terciário¹⁹ da economia e, especificamente, o comércio/serviço ambulante que inclui, principalmente, os autônomos - formalizados ou não - que trabalham em casa produzindo alimentos, artesanato, vendendo roupas e artigos diversos; Os churrasquinhos das esquinas; Aqueles que vendem suas mercadorias nas praias e ruas em mochilas, bolsas e carrinhos; Aqueles que trabalham em semáforos de trânsito e muitos outros.

Segundo Pamplona,

A expressão 'ambulante' designa trabalhador normalmente autoempregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial. (PAMPLONA, 2013, p.230)

Dantas (2005) utiliza-se de Braudel para defini-los:

os ambulantes ou bufarinheiros são mercadores, geralmente miseráveis, que 'transportam ao pescoço' ou simplesmente às costas, mercadorias modestíssimas. No entanto não deixam de constituir relativamente às trocas uma massa de manobra apreciável. Preenchem nas próprias cidades, e mais ainda nas vilas e nas aldeias, os vazios das redes vulgares de abastecimento. (BRAUDEL, apud DANTAS, 2005, p.2)

¹⁹ Corresponde basicamente a atividade de comércio de bens e prestação de serviços. "Uma das classificações mais correntes das atividades produtivas em economia foi proposta por C. Clark. Segundo este autor, a economia de cada país é composta por três setores básicos: setor primário, setor secundário e setor terciário. Cada um desses setores engloba certas atividades que, por sua vez, também são compreendidas respectivamente como setores: atividades agropecuárias e extrativas; produção fabril, construção civil e geração de energia; e serviços em geral como comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, energia elétrica, saneamento básico e administração pública." (MONTENEGRO, apud SANDRONI, 2006, p.89-90)

Utilizando-se de Santos (2013 [1978], 1979), Dantas (2005) faz paralelo com os circuitos da economia urbana. Afirma que o comércio ambulante tem, além do papel de inserir parcela da população no consumo dado o baixo valor das mercadorias comercializadas, a característica, nos países “em vias de desenvolvimento”, de prover trabalho quando o mesmo falta em outras atividades, inclusive na industrial poupadora de mão-de-obra.

Antes mesmo de alcançar oportunidades é o não ter oportunidades em outras atividades que leva parcela da população economicamente ativa, a se inserir em atividades como a do comércio ambulante, indústria de fundo de quintal e serviços ‘não modernos’ (DANTAS, 2005, p.3)

Outra questão levantada e presente na definição utilizada por Pamplona (2013) diz respeito à característica do comércio realizado “sem a permissão oficial”. Nesse sentido, Ribeiro (2010) levanta um complexo debate considerando os termos lícito/ilícito, legal/ilegal e propõe uma “globalização popular”²⁰ realizada por “gente do povo” que pratica atividades legalmente banidas – ou ilegais – mas socialmente lícitas – ou aceitas pela sociedade. O autor une os termos ilegal-lícito dando um novo significado ao termo i(lícito).

Diante das dificuldades de encontrar soluções universais para as contradições existentes entre o par legal/ilegal e o par lícito/ilícito, especialmente no âmbito transnacional que atravessa as leis emolduradas pelos Estados-nação, Abraham e Van Schendel constroem uma noção que, em última instância, tem sua definição determinada pelos cruzamentos entre o lícito e o ilegal e entre o ilícito e o legal: o **(i)lícito**. Interessam-se especialmente pelo cruzamento entre o lícito e o ilegal que cria um espaço onde o (i)lícito significa atividades “legalmente banidas mas socialmente sancionadas e protegidas” (idem, p.22), como, acrescento, aquelas que animam a globalização popular, isto é as atividades dos “sacoleiros” e dos mercados populares de superlogomarcas e *gadgets* globais. Em muitos contextos, o “socialmente lícito” domina o “formalmente ilegal”. (ABRAHAM, Itty; SCHENDEL, Willem Van, apud RIBEIRO, 2010, p.26. grifo nosso.)

²⁰ Ribeiro (2010) coloca que: “Parte da definição de globalização popular refere-se à participação de agentes sociais que, em geral, não são considerados nas análises sobre globalização ou, quando são, figuram apenas como migrantes, ou ‘transmigrantes’. Na maioria das vezes, não se leva em consideração a existência de um sistema mais amplo, de escala global, cujas amplitudes e interconexões várias podem ser estudadas. Os agentes sociais que me interessam são, para dizer de maneira simples e direta, gente do povo. Existe uma globalização econômica não hegemônica formada por mercados populares e fluxos de comércio que são, em grande medida, animados por gente do povo e não por representantes das elites. Uso o adjetivo popular de forma análoga a Néstor Garcia Canclini, em seu clássico *As culturas populares no capitalismo* (1982). Parafraseando a Garcia Canclini, posso dizer que as globalizações populares, mais do que a globalização popular, ‘se configuram por meio de um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais’ do mundo globalizado por parte dos ‘setores subalternos’ (1982, p.62). Tais processos ‘são realizados pelo povo, que compartilha as condições gerais de produção, circulação e consumo de sistema em que vive [...] ao mesmo tempo em que provê suas próprias estruturas’ (idem, *ibidem*). Há tanto uma interpenetração como uma interação conflitiva entre o popular e o hegemônico (idem, p.63). Os mercados, os fluxos e as redes de comércio da globalização popular fazem parte do sistema não hegemônico. Em geral, suas atividades são consideradas ilegais, ‘contrabando’.” (RIBEIRO, 2010, p. 22-23).

Dessa forma, trata-se de atividade com certo caráter de ilegalidade apesar dos esforços dos órgãos públicos no recenseamento e mesmo na legalização desses trabalhadores, embora socialmente aceita.

Quando se observa o espaço de trabalho o que há em comum entre esse grupo é a ausência de um ponto fixo exclusivamente comercial. Muitos usam a própria residência para a produção e estoque enquanto o comércio ocorre nas ruas em barracas desmontáveis, outros não dispõem nem mesmo de barracas e carregam no próprio corpo e como podem os produtos comercializados.

Considerando, todavia, a dinâmica já estabelecida na cidade de Vitória e a impossibilidade de abarcar o universo desse segmento do setor terciário, o recorte empírico proposto restringe-se ao comércio ambulante com ponto estabelecido – em barracas desmontáveis – no Centro da cidade de Vitória na Avenida Jerônimo Monteiro no largo em frente à Praça Oito de Setembro de acordo com Mapa 2, a seguir.

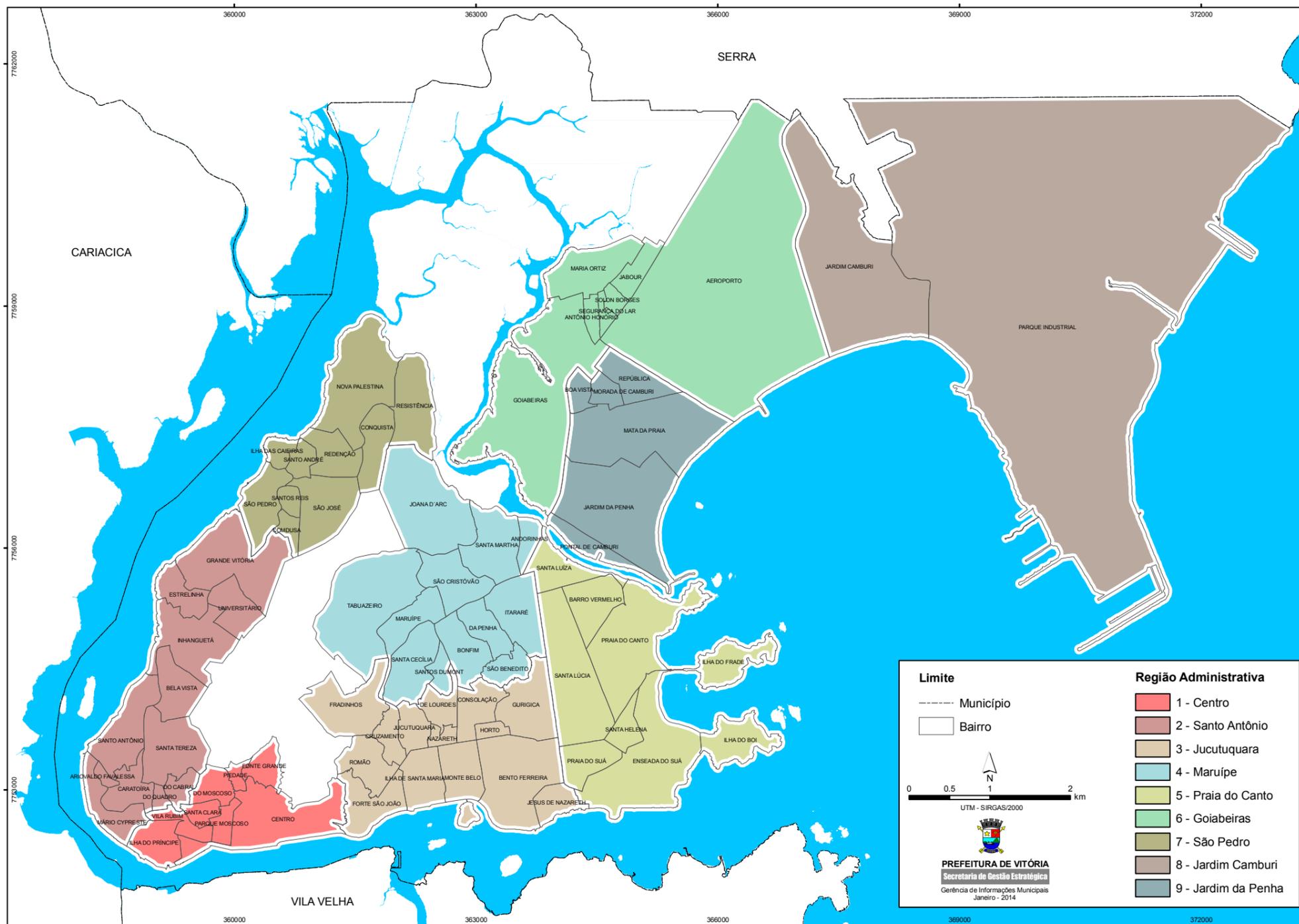
Antes de apresentar o recorte principal, entretanto, é necessário apresentar o caminho percorrido que conduziu a tal proposta verificando e analisando o perfil atual da economia capixaba com dados que indiquem o crescimento ou decréscimo do circuito inferior; Examinar se o Centro, área de diversidade segundo definição de Silveira (2014), vem predominando como um espaço opaco, perdendo investimentos para as áreas luminosas da porção continental e da Regional da Praia do Canto – Mapa 1 das regionais, a seguir –; Analisar, de forma geral e com foco nos bairros Centro e Praia do Canto, a dinâmica do comércio ambulante na cidade de Vitória através do Projeto Artes na Praça que ocorre no bairro Praia do Canto com extensão para o Centro e, em segundo lugar mas, como proposta principal dos estudos empíricos, o comércio ambulante que ocorre no largo em frente a Praça Oito na Avenida Jerônimo Monteiro no bairro Centro.

Identificam-se diferentes tratamentos dados ao comércio ambulante na cidade por parte do poder público, que se manifestam nos programas destinados aos bairros anteriormente mencionados e que indicam a relação dialética entre os espaços iluminados e opacos da cidade.

Para o recorte empírico principal desmembrou-se a análise conforme as características dos circuitos apresentadas em Santos (2008) abarcando a atividade

praticada pelo circuito inferior em questão e o setor da população que a pratica
acrescida dos exames que Silveira (2004, 2015b, 2014) e Montenegro (2006, 2011)
propõem para o papel do meio construído.

Mapa 1 – Regiões Administrativas de Vitória com destaque para Centro e Praia do Canto



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2018.

Mapa 2 - Recorte empírico no bairro Centro, na Avenida Jerônimo Monteiro, no largo em frente à Praça Oito de Setembro



Fonte: Geoweb Vitória. Disponível em: <www.geoweb.es.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2018.

3.2. DADOS DA ECONOMIA CAPIXABA E O CRESCIMENTO DO CIRCUITO INFERIOR NA CIDADE DE VITÓRIA

A análise temporal dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referentes ao 4º trimestre de 2012 até o 4º trimestre de 2017 indica crescimento populacional com pirâmide etária que se expande, principalmente, nos extratos de 25 a 59 anos com crescimento, inclusive, da população idosa com 60 anos ou mais. As mesmas características observadas para o Brasil se refletem na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e na Capital do Estado.

Em Vitória, observa-se o crescimento da força de trabalho²¹ com o crescimento populacional. No 4º trimestre de 2012 a população economicamente ativa representava aproximadamente 83% da população. Para o mesmo período de 2017 tem-se aproximadamente 84% conforme Gráfico 1, a seguir.

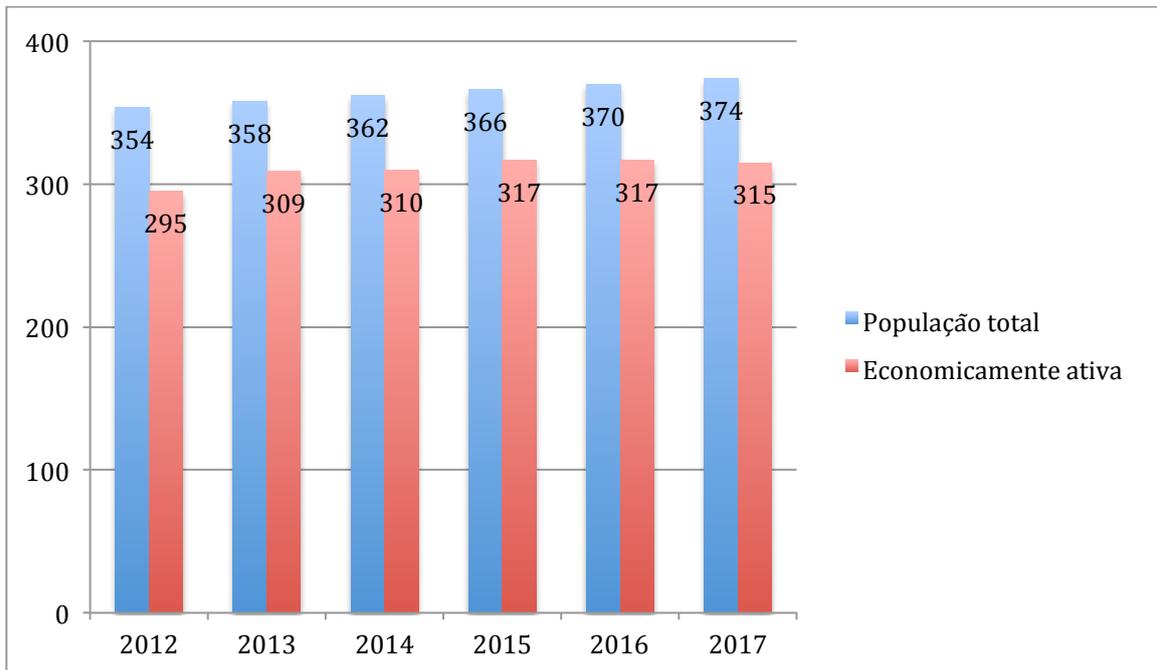
²¹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera como **População em Idade Ativa** todas as pessoas com 14 (quatorze) anos ou mais, residentes nos cerca de 3.500 (três mil e quinhentos) municípios avaliados. A parcela da População em Idade Ativa considerada com força para trabalho compõe a **População Economicamente Ativa** que, por sua vez, é classificada em dois grupos: **População Ocupada e População Desocupada**.

A **População Ocupada** é composta por todas as pessoas que trabalharam durante o mês de referência da pesquisa por pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio. Também fazem parte da População Ocupada aquelas pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas durante o período da pesquisa.

A **População Desocupada** é composta por todas as pessoas sem trabalho, mas que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo durante o mês de referência da pesquisa.

A **Taxa de Desocupação** é calculada pela proporção de pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

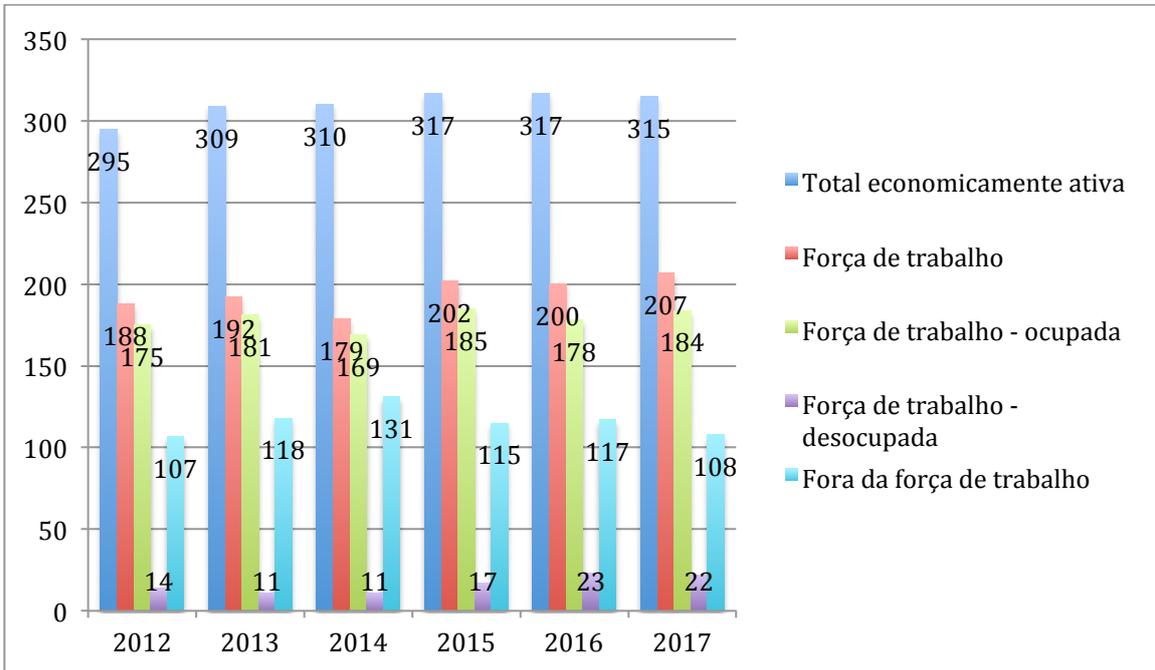
Gráfico 1 - População total e população na força de trabalho em Vitória-ES do 4º trimestre de 2012 ao mesmo período de 2017 (mil pessoas)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNADC (2018)

No período entre o 4º trimestre de 2012 ao mesmo trimestre de 2017 percebe-se que o número de pessoas na força de trabalho tem um ligeiro aumento, passando de aproximadamente 63% para 65% e acompanhando a conformação da pirâmide etária, que tem os extratos ativos da força de trabalho aumentados. Da mesma forma, o número de pessoas fora da força de trabalho se mantém estável para o período com pico em 2014 quando atinge aproximadamente 42% da população conforme indicado no Gráfico 2, a seguir.

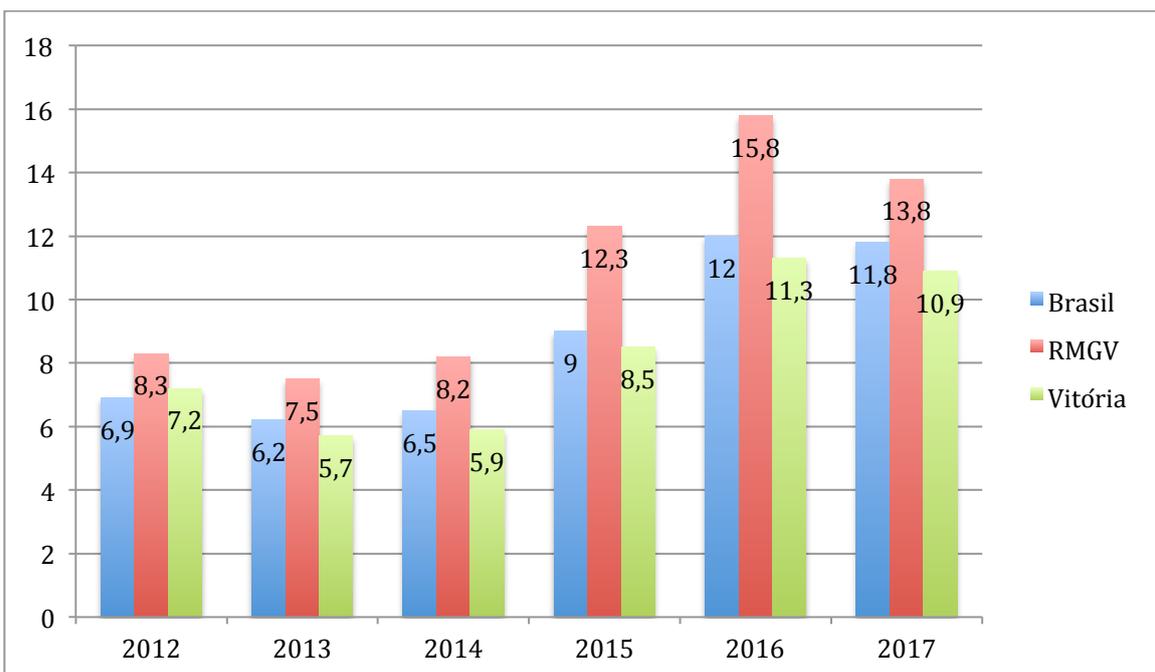
Gráfico 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação (mil pessoas) em Vitória-ES



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNADC (2018)

Todavia, as taxas de desocupação crescem desde 2012 atingindo porcentagens máximas em 2016. A situação de Vitória apresenta-se melhor que a do Brasil que, por sua vez, apresenta-se melhor que a da RMGV conforme Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 - Taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNADC (2018)

Em relação ao rendimento médio nominal em Vitória, há um aumento nos valores absolutos para o período avaliado, entretanto, o rendimento diminui em valores relativos de 4,34 salários mínimos no 4º trimestre de 2012 para 4,10 salários mínimos no mesmo período de 2017.

Desse modo, pode-se afirmar que desde os anos de 2012 até 2017 as médias da população economicamente ativa e na força de trabalho crescem acompanhando o crescimento natural populacional; O número de pessoas fora de força de trabalho se mantém estável, todavia, as taxas de desocupação atingem os maiores níveis nos últimos anos do período levantado conjugado à queda do rendimento médio nominal.

O Panorama Econômico do Espírito Santo para o 1º trimestre de 2017 produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) (2017) à partir de dados da PNADC e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, indica que a economia, que apresentava crescimento em 2014, a partir de 2015 passa a apresentar queda voltando a se recuperar apenas no 4º trimestre de 2016. Porém, ainda, com dados negativos em 2017.

Oliveira Junior e Mendonça (2017) corroboram esse panorama apresentado pelo IJSN quando retomam o período político e econômico instável vivenciado no País desde as manifestações ou mobilizações de junho de 2013, passando pelas eleições presidências de 2014, pelo impacto da crise econômica mundial sentida mais fortemente em 2015, pelo impeachment em 2016 e pelas propostas de austeridade com congelamento de gastos públicos, flexibilização das leis trabalhistas e endurecimento das regras previdenciárias propostas pelo novo governo então em exercício. Trata-se, dessa forma, de um período de instabilidade política e econômica que ainda está se refletindo nas pesquisas nacionais.

Os autores apresentam dados do Censo 2010 e da PNADC do 2º trimestre de 2016 buscando compreender a situação previdenciária dos ocupados por conta própria²² no município de Vitória.

²² Os autores elucidam que há pequenas diferenças entre as definições dos *ocupado por conta própria* utilizadas pelo Censo 2010 e pela PNADC 2016, entretanto, sem prejuízo para o que se desejou demonstrar. Apesar da classificação do trabalho por conta própria comungar sob a mesma variável profissões diversas como vendedores de rua e profissionais liberais como médicos e advogados o fato de computar apenas aqueles que não possuem quadro de funcionários nivela de alguma forma os levantamentos. Uma solução possível colocada seria o cruzamento de outros dados

Os dados indicam que

mesmo registrando um crescimento populacional total de 12%, aliado ao envelhecimento comum aos municípios brasileiros, percebemos que a taxa de ocupados por conta própria em Vitória decresceu ou se manteve estável no período analisado. (OLIVEIRA JUNIOR, MENDONÇA, 2017, p. 119)

Segundo os autores, a explicação para o crescimento no número de ocupados por conta própria não acompanhar minimamente o crescimento populacional em Vitória, capital com população em plena idade de trabalho, é dependente de arranjos particulares e microeconômicos relativos ao contexto vivido pelos indivíduos e não sumariamente apenas relativo a levantamentos numéricos. O fato do acesso à educação continuada ser maior na capital e da iniciativa do empreendedorismo demandar certo capital inicial são variáveis consideradas nesse panorama apresentado.

Apesar disso, se considerados os levantamentos da PNADC do 4º trimestre de 2016 ao mesmo período de 2017 há um crescimento de aproximadamente 4,8 pontos percentuais no número de ocupados por conta própria em Vitória quando as taxas passam de 18,5% para 23,3%.

Oliveira Junior e Mendonça (2017) apontam ainda que o número de ocupados por conta própria contribuintes da previdência privada teve crescimento de 12 pontos percentuais entre 2010 e 2016 e que mudanças na legislação, mais especificamente sobre micro e pequenas empresas – com desburocratização, facilitação de registros e baixas e a posterior criação da figura do Micro Empreendedor Individual (MEI)²³ – são algumas explicações para o crescimento das contribuições.

Enquanto no Brasil, segundo dados de 2016 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o número de registros de MEI cresceu mais de 20% comparado ao ano anterior e quase 2.000% comparado ao ano de 2010, dados do Sebrae-ES de 2016 indicam que, em média, 62 pessoas se registram por dia como MEI no Estado totalizando mais de 50 mil cadastrados no ano de referência.

como escolaridade e faixa de renda. Além disso, aqueles que contribuem para fundos privados de previdência estariam fora dos levantamentos uma vez que IBGE capta apenas respostas relativas aos órgãos públicos oficiais de previdência.

²³ Trata-se de trabalhadores autônomos com receita bruta de até 60 mil reais por ano inclusos em mais de 480 atividades permitidas com no máximo um empregado contratado. O processo de abertura da empresa é facilitado pelo acesso online e o alvará de licença e funcionamento provisório da microempresa é gratuito e posteriormente tornado definitivo junto à Prefeitura Municipal. A contribuição mensal em 2017 variou de R\$ 47,85 a R\$ 52,85 dependendo do tipo de negócio de acordo com dados do endereço eletrônico do Sebrae.

Em todo caso, os ocupados por conta própria e a informalidade²⁴ não podem ser diretamente relacionados ao circuito inferior ou mesmo ao comércio ambulante considerando-se que são características de ambos os circuitos e ocorrem em todos os setores produtivos porém, há certamente um número expressivo de informais junto aos ambulantes, cenário que, atualmente, vem se modificando com a possibilidade de formalização através do cadastro de MEI.

Trata-se da transição da informalidade para a formalidade que não necessariamente abarca melhorias nas condições de trabalho, o que se confirma, nos dias atuais e no contexto brasileiro, pelas últimas mudanças na legislação trabalhista que incluem o desmonte dos sindicatos, o salário por produção, o aumento da jornada de trabalho, o fracionamento das férias e o incentivo à terceirização das atividades – inclusive das atividades fim – dentro das empresas. Apesar do desmonte do Estado de bem-estar social, a instituição Estado e as empresas privadas ainda mantém o controle, a contagem e a captura de valor do capital humano²⁵ dos microempreendedores. Observam-se mudanças nas relações trabalhistas e no mercado de trabalho que propiciam o crescimento do precariado – conceito de Guy Standing (2013) – e o inchaço do circuito inferior.

Considerando o cenário na RMGV e na cidade de Vitória de taxas crescentes de desocupação a inserção ou reinserção no mercado de trabalho por parte da população economicamente ativa ocorre em atividades como o comércio ambulante, a produção de fundo de quintal e a prestação de serviços “não modernos”, de modo

²⁴ Para o IBGE considera-se pertencente ao setor informal todas as unidades econômicas que desenvolvem atividades não-agrícolas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados e de moradores de áreas urbanas. Sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. Essa definição extrapola a definição de informal como aquele trabalhador simplesmente não coberto pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Nesse sentido Lautier (1993) apresenta as relações trabalhistas compostas pelos eixos jurídico, econômico e social, sendo o trabalho assalariado a base para a análise da formalidade/informalidade, de modo que o informal não é simplesmente o oposto ou o lado inverso do formal. Afirma que o trabalho informal possui sim uma forma – no sentido hegeliano do termo – que seria produto da interação de três níveis de formulação de normas: as estatais; as das convenções trabalhistas e as das empresas. O autor afirma ainda que na América Latina a informalidade pode ser do tipo que não se adequa aos modelos impostos pela falta ou que os extrapola pelo excesso, principalmente, de criatividade e dinamismo.

²⁵ “Argumentaremos, portanto, que o ‘humano’, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista.” (LÓPES-RUIZ, 2007, p.18)

formalizado, muitas vezes a partir dos cadastros como MEI's, criando oportunidades onde há falta delas, conforme colocado por Dantas (2005).

Desse modo, o foco deste trabalho atenta-se, especialmente, para o comércio ambulante que tem apresentado crescimento numérico na cidade de Vitória desde 2016 segundo dados da PMV e do jornal Gazeta Online (em reportagem de 15 de setembro de 2016). À época, o maior número de solicitações era para os bairros Jardim da Penha, Jardim Camburi, principalmente na Praia de Camburi, e Centro. Até a finalização desta pesquisa, dados de 2017 ainda não haviam sido totalmente computados, segundo informações da PMV.

3.3. O DESLOCAMENTO DO EIXO ECONÔMICO E A CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO E DA AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO COMO ESPAÇOS OPACOS

Miranda e Albani (2011) levantam a discussão sobre a centralidade da RMGV no Estado analisando o papel ambíguo que se desenrola entre o local e o global e da RMGV como ponto circuito e corredor de passagem colocando o seguinte diagnóstico:

A RMGV cumpre um papel ambíguo de ser ao mesmo tempo um elo logístico desterritorializador, que serve principalmente a interesses de empresas transnacionais, e uma ligação de articulação entre a economia regional e o mercado global. Desse modo, essa ambiguidade estrutural entre instalação produtiva e urbe mostra que a RMGV constitui uma cidade de passagem, mais no sentido de "correlato de estrada" (na composição de linhas dos fluxos da globalização) do que no sentido de "ponto circuito" (polo das comutações e coordenação da produção localizada nas cidades). (MIRANDA; ALBANI, 2011, p.14-15)

A RMGV está, dessa maneira, inserida na globalização como elo de ligação entre as cidades locais e as metrópoles mundiais por meio do circuito superior. Nessa dinâmica há, também, o aspecto de centralidade da cidade de Vitória.

Solà-Morales (1994) define a cidade-capital da seguinte forma:

Com a expressão 'cidade-capital' me refiro a essas cidades que, com a industrialização, podem entender-se em duplo sentido da palavra capital. Capital, do latim *caput-itis*. A cabeça, o centro do poder e das decisões. O lugar onde se acumula a capacidade organizativa e onde se representa a nação. De outro modo, 'capital' procede também da palavra latina *capitalis-ae*, o mesmo que: fluxo, bens, riquezas, patrimônio e denota, portanto, o fenômeno de concentração de bens e recursos que constitui um imenso capital. Fruto da acumulação, o capital é o motor de uma nova forma social. O capitalismo não é só um sistema de relações econômicas baseado no livre mercado como também um sistema de relações públicas e privadas que tem sua sede privilegiada na cidade-capital [...]. (SOLÀ-MORALES, 1994, p.235, tradução nossa.)

Vitória seria, então, uma cidade-capital para a RMGV conforme atestam, também, Mendonça e Freitas (2012) com o uso do termo *capitabilidade*.

Em contrapartida, há a dissolução do aspecto de centralidade do próprio sítio fundacional da cidade. Em Mendonça e Freitas (2012) é possível relacionar o deslocamento das funções econômicas e institucionais do Centro às decisões políticas e à instalação de grandes empreendimentos. As fases podem ser separadas, grosso modo, pela produção econômica que, até a metade do século XX, era representada pelo café e, a partir da segunda metade do mesmo século, passa a ser representada pela siderurgia.

No primeiro momento as escolhas políticas são locais e intentam construir a centralidade da cidade de Vitória que se restringia, de maneira geral, ao bairro Centro e arredores. Três frentes são determinadas no governo de Muniz Freire (1892 a 1896): a instalação do porto no Centro de Vitória; A construção de linhas ferroviárias para escoamento da produção; A expansão da cidade para o novo arrabalde.

A partir da segunda metade do século XX, com a mudança da economia baseada no café para a siderurgia por determinação de políticas federais e demandas mundiais, a política local perde força mas, o Porto de Vitória continua exercendo atração confirmando a *capitabilidade* da cidade onde a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é instalada, todavia, fora do Centro.

Com o estabelecimento e o sucesso das operações da Vale, outros projetos foram atraídos para o Estado do Espírito Santo, em particular na área de influência da empresa. Zorzal (2004) indica que, entre 1970 e 1983, os seguintes empreendimentos foram implementados: a Companhia Siderúrgica de Tubarão; em área contígua a da Vale; a Samarco Mineração S.A no litoral a sul da capital; e a Aracruz Celulose S.A. no litoral norte de Vitória, além da expansão do complexo portuário do Estado. (MENDONÇA; FREITAS, 2012, p.11).

Dessa forma a cidade recebe novos empreendimentos por sua *capitalidade* ao mesmo tempo que tem seu eixo econômico deslocado do Centro para a parte continental pela presença de empreendimentos de grande porte.

Periodização mais específica para a segunda metade do século XX – década a década – é proposta por alguns autores.

Freitas; Almeida e Campos (2002) afirmam que até a década de 1970 o Centro teve seu papel de polo comercial e de serviços reforçado. A partir de 1970 tem início o deslocamento do interesse imobiliário e, na década de 1980, o Centro perde

investimentos públicos e privados já adquirindo sua característica de corredor de passagem e perdendo, inclusive, sua função institucional. Isso se confirma, segundo Botechia e Borges (2014), com as propostas, em 1973, do Plano de desenvolvimento integrado da micro-região de Vitória, que ampliou para além do Centro outros centros “de animação” na cidade; Em 1976, com o Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória (PEE) e o incentivo à política de transportes e eixos viários, zoneamentos de usos, instalação de indústrias entre outros, além da constatação de sinais de saturação funcional no Centro. Diagnóstico, esse, que se repetiu nas análises, em 1979, do Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU). Em 1984, o novo PDU menciona, pela primeira vez, a necessidade de revitalização do Centro da cidade e preservação do patrimônio artístico e histórico do município.

Miranda e Albani (2011) afirmam que os anos 1990 caracterizam-se pela consolidação da centralidade da capital, todavia, com a transformação do bairro Centro em eixo de passagem. Constata-se a subutilização do Centro e o descompasso entre sua capacidade de uso e de significação engendrando propostas de revitalização – que, à época, pouco se concretizaram – ligadas, principalmente, ao patrimônio histórico, cultural e natural como afirma Botelho (2005).

Segundo Miranda e Albani (2011), a partir dos anos 2000, o Centro segue na agenda política da gestão do prefeito Luiz Paulo Velloso Lucas (1997-2004) como objeto dos planos *Vitória do futuro: Agenda 21 da cidade de Vitória*; *Plano Diretor de Transporte Urbano* (PDTU); *Plano de Desenvolvimento da Zona Portuária* (PDZP) e na gestão do prefeito João Coser (2005-2012) quando integra parte das propostas da *Agenda Vitória 2008/2028* e do *Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória*. A *Agenda Vitória 2008/2028* trás em linhas gerais propostas de programas de requalificação dos territórios degradados com foco no circuito cultural do centro da cidade; Ocupação do centro da cidade com atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a produção e difusão do conhecimento; Promoção e requalificação do comércio e apoio em serviços ao pessoal com ocupação no antigo centro da cidade. Até esse momento o Centro figura na agenda pública de forma participativa com projetos de reformas e revitalizações e com a abertura do processo de tombamento do Centro como sítio histórico do Estado do Espírito Santo.

A gestão atual da prefeitura iniciada em 2013 produziu o *Planejamento Estratégico 2013-2016* com a continuidade de projetos já colocados para o Centro e para a logística dos portos da RMGV. Percebe-se, entretanto, a intensificação dos discursos sobre economia criativa²⁶, empreendedorismo e capital humano²⁷ e a turistificação²⁸ da cidade a exemplo dos projetos sobre *Economia Criativa e Inovação* apresentados na revista *Vitória Planejamento Estratégico 2013-2016* e da continuação dos projetos *Revitalização do Centro* e *Visitar Centro Histórico* apresentados no endereço eletrônico da PMV e direcionados especificamente ao bairro.

Desse modo, buscando compreender o volume e o perfil das atividades econômicas exercidas no Centro e examinar o deslocamento do eixo econômico para as porções norte da ilha de Vitória e continental, dados da Secretaria da Fazenda (SEMFA) são apresentados na Tabela 2, a seguir. Considerando o número de atividades por bairro, o Centro, em 2012, ainda era responsável por 15,54% das atividades na cidade. Quando se consideram as atividades por regional, a Praia do Canto fica em primeiro lugar com 31,55% das atividades seguida do Centro com 18,14%. A Regional Continental aparece em terceiro lugar mas, já bem próxima do Centro com 16,97% das atividades.

²⁶ A economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais. (MIGUEZ, 2007, p.96-97).

O autor acrescenta:

“Até agora, a definição mais correntemente utilizada pelos países que já adotam as expressões economia criativa e indústrias criativas é aquela formulada pela Creative Industries Task Force, grupo criado em 1997 pelo UK Department for Culture, Media and Sports (DCMS), o Ministério da Cultura inglês [...]. Sua tradução para o português é a que segue: As indústrias criativas são aquelas que tem sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que tem um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Isto inclui propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design de moda, filme e vídeo, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio. (BRITISH COUNCIL, apud MIGUEZ, 2007, p.101-102)

²⁷ Cf. Nota 23

²⁸ Cruz (2003; 2007) entende o processo de turistificação do espaço como processo de apropriação e uso do espaço pelo e para o turismo, e ressalta que, no processo de turistificação, não ocorrem apenas intervenções no sistema de objetos, por meio de mudanças físicas no espaço, mas também o sistema de ações recebe intervenções, através, por exemplo, de programas de qualificação profissional e de marketing turístico. A autora demonstra, assim, que não há turistificação apenas no campo material mas, também, no campo imaterial da sociedade. (CASTRO; TAVARES, 2016, p.64)

Tabela 2 - Atividade econômica por setor da economia nos principais bairros e regionais por volume de atividades em Vitória.

Regional	Bairro	Serv.	Com.	Ind.	Ext. Mineral	Agrop.	Pesca/ Aquic.	Total	%
Centro	Centro	14.519	8.787	337	54	2	24	23.723	15,54
Sbttotal Regional Centro		16.225	10.922	454	57	3	25	27.686	18,14
Praia do Canto	Enseada do Suá	7.941	5.714	175	53	3	67	13.953	9,14
	Praia do Canto	6.231	5.608	243	13	-	3	12.098	7,93
	Santa Lúcia	9.012	4.255	159	19	1	12	13.458	8,82
Subtotal Regional Praia do Canto		28.993	18.233	722	108	6	88	48.150	31,55
Continental	Jardim da Penha	4.704	3.994	198	4	-	12	8.912	5,84
Subtotal Regional Continental		14.827	10.196	807	30	3	40	25.903	16,97
Jardim Camburi	Jardim Camburi	6.532	4.914	331	6	3	4	11.790	7,73
Subtotal Regional Jardim Camburi		6.532	4.914	331	6	3	4	11.790	7,73
Total		88.273	59.983	3.927	232	29	172	152616	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEMFA (2012).

Apesar de ainda abrigar a maior diversidade de atividades no comércio, serviços e indústria, os setores da economia vem perdendo força e migrando, concomitantemente ao crescimento e espraiamento da cidade, principalmente, para as regionais Praia do Canto e Continental. O Centro vem perdendo espaço para a economia que se dinamiza em outras áreas da cidade a exemplo, principalmente, dos bairros Enseada do Suá, Praia do Canto, Santa Lúcia, Jardim da Penha e Jardim Camburi que ganham força na diversificação de serviços e comércio, no setor da construção civil e onde se expande, também, a administração pública segundo dados da Agenda Vitória 2008/2028.

Segundo o Anuário IEL 200 Maiores Empresas do Espírito Santo (2016) os serviços de importação e exportação localizam-se principalmente nos bairros Enseada do Suá e Santa Lúcia. A PMV, com dados de 2008, já indicava o deslocamento dessas empresas anteriormente estabelecidas no Centro.

Todavia, o Centro assume a dianteira dos serviços bancários, financeiros, de seguros e das atividades de comércio exterior e logística ligadas ao Porto de Vitória. Segundo o sindicato dos bancários do Espírito Santo, em 2008, o bairro já abrigava 59,69% dos postos de trabalho na atividade bancária do Município sendo a Caixa Econômica Federal, o Banestes, o Banco do Brasil e o Bradesco as instituições responsáveis pelo maior número de postos de trabalhos.

O estudo de Zanotelli e Ferreira (2014) a partir de dados do IBGE 2010, traz à discussão, também, o elevado número de domicílios vagos ou subutilizados nos bairros Enseada do Suá, Praia do Canto, Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi indicando a superoferta de moradia onde os valores médios do m² são mais elevados, em sentido diferente do que ocorre no Centro, bairro, também, servido de toda a infraestrutura urbana necessária mas, que sofre com processo inverso de esvaziamento, servindo de bolha ao mercado imobiliário e estoque para futuras valorizações do espaço e consequente processo de “gentrificação” do mesmo.

Além da grande quantidade de domicílios vagos nos bairros onde mais se construiu e onde os preços médios são os mais elevados, denotando uma produção de uma superoferta e a formação de eventual bolha imobiliária, nota-se que o Centro antigo da cidade de Vitória aparece com um número significativo de domicílios vagos, onde, também, se encontram imóveis abandonados e em decrepitude, sobretudo de instituições públicas e prédios de escritórios.

Esses processos são provocados principalmente pelo deslocamento maciço das instituições públicas para o novo centro administrativo da Enseada do Suá e pelo deslocamento dos serviços e do comércio do terciário para esta área e todo o Leste da capital. (ZANOTELLI; FERREIRA, 2014, p.52)

Os autores continuam o excerto reafirmando o deslocamento do eixo econômico e institucional do Centro e afirmando a importância do retorno das atividades culturais ligadas ao patrimônio histórico identificado no mesmo.

É possível falar, desse modo, do crescimento do valor atribuído ao patrimônio artístico, histórico cultural desse espaço desde meados dos anos 1980, quando os primeiros projetos de revitalização e preservação do patrimônio do Município foram

propostos. Atualmente, apesar dos dados da PMV indicarem que o ano de 2012 foi um dos melhores no histórico de visitantes do projeto Visitar Centro Histórico conforme Gráfico 4, abaixo, é forte o circuito cultural que se estabelece no bairro incentivado, principalmente, pela administração pública.

Gráfico 4 – Visitar Centro Histórico. Dados 2017.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/turismo>. Acesso em: 07 fev. 2018.

Paradoxalmente, as limitações de intervenção e os altos custos das mesmas, assim como as limitações de uso e projetuais das edificações em sítios com grande número de edifícios de interesse de preservação, tombados ou em processo de tombamento podem ser agravantes na queda da dinâmica do espaço e, em alguma medida, levar ao crescimento da opacidade do mesmo.

Na mesma ótica, o foco do estudo empírico, que se limita a um recorte na Avenida Jerônimo Monteiro, indica que esse espaço, especificamente, apresentava, já na década de 1970, processo de opacidade conforme exposto na Tabela 3, abaixo, de Freitas; Campos e Almeida (2002). O setor determinado pela Avenida Jerônimo Monteiro apresenta no período que se estende de 1950 a 1975 apogeu do espaço marcado por dinâmica função comercial, institucional e cultural mas, no período de 1975 a 1999, apresenta decadência de suas funções conservando, todavia, a característica comercial.

Tabela 3 - Relação Funcional do setor Jerônimo Monteiro

Setor/Período	Apogeu (1950-1975)	Decadência (1975-1999)
Jerônimo Monteiro	Comercial Institucional Cultural	Comercial

Fonte: (FREITAS; CAMPOS; ALMEIDA, 2002, p.41).

Nota: Dados adaptados pela autora.

Portanto, trata-se de uma área que, apesar da retomada do dinamismo cultural nas décadas atuais, abriga grande número de imóveis subutilizados ou fechados, muitos deles coincidindo com edificações de interesse de preservação ou em processo de identificação para tombamento.

Desse modo, o que se deseja confirmar é a sensação de que o Centro e, especificamente, a Avenida Jerônimo Monteiro, apesar de ainda caracterizarem-se como áreas de diversidade conforme conceito de Silveira (2014), vem continuamente sofrendo esvaziamento de suas funções e tornando-se um espaço opaco com a predominância de determinados segmentos da economia representados pelos bancos, financeiras e seguradoras e pela subutilização de grande número de edifícios em meio a um sítio com, também, grande número de edificações de interesse de preservação ou em processo de identificação para tombamento.

Certamente, o bairro como um todo assim como a Avenida Jerônimo Monteiro, justamente por ainda serem áreas de diversidade, são mais complexos que uma mancha opaca uniforme apresentando espaços diversos e contrastantes. Fala-se, todavia, da predominância de certas características que o espaço em questão vem adquirindo.

Enquanto as áreas de diversidade caracterizam-se pela não especialização das atividades praticadas, inclusive não restritas a apenas um dos circuitos da economia urbana e/ou espaciais de produção, a opacidade trata do apagamento de certos espaços enquanto outros se iluminam para o recebimento de investimentos públicos ou privados.

Uma característica dos espaços opacos, assim como Santos (2014) coloca, é a falta de interesse que os mesmos despertam nos agentes hegemônicos permitindo a

relativamente fácil ocupação pelos agentes hegemônicos representados, aqui, pelos ambulantes do circuito inferior e identificados no espaço por Derenzi (1965), já no início do século XX, quando ainda se tratava da Rua da Alfandega e por Pacheco (1998), em meados do mesmo século, após a Rua adquirir status de avenida, e presentes até os dias atuais.

A seguir, na Fotografia 1, apesar da não identificação da data da foto, é possível ver o movimento de pedestres e a ocupação do espaço do recorte empírico nos anos iniciais de sua formação.

Fotografia 1 – Movimento de pedestres e ocupação do recorte empírico



Fonte: CNA-UFES/ CAR-UFES.

Se os ambulantes ocupavam o referido espaço antes, inclusive, do seu tempo de apogeu, e no apogeu, quando se tratava de um espaço luminoso, é possível concluir, então, que a presença dos ambulantes não está restrita aos espaços opacos? Acredita-se que não. Assim como no passado, hoje, eles também ocupam os espaços luminosos da cidade inclusive de acordo com o acontecer solidário de Santos (2014), todavia, a regulação do espaço feita pelo mercado e pelo poder público pode limitar e direcionar as ocupações.

Prado (2004) afirma que a Avenida Jerônimo Monteiro nasce como local destinado ao comércio e ao fluxo, características que se mantém na atualidade e acrescenta que essas características foram resultado de decisões, escolhas da política urbana

pública. Atualmente, algumas dessas decisões tem orientado o comércio ambulante na cidade conforme se pretende expor a seguir.

3.4.A GESTÃO PÚBLICA E AS DIVERSAS POSSIBILIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE

Na PMV várias secretarias atuam em parceria promovendo, regulamentando, incentivando e fiscalizando os serviços prestados pelos ambulantes e ofertando cursos de capacitação profissional e noções de empreendedorismo. Algumas delas são a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) e a Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda (SEMTTRE) que detêm os cadastros dos ambulantes, expositores e feirantes; A Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos (SEMMAM) que atua na administração e limpeza dos espaços públicos e a Secretaria de Saúde (SEMUS) que atua por meio da Vigilância Sanitária.

A regulamentação das condições para o exercício do comércio ambulante é feita por meio do Código de Posturas e de Atividades Urbanas (Lei Municipal 6.080/03), do Plano Diretor Urbano (Lei Municipal 6.705/06 em revisão no momento), da Lei 5.759/03 e dos Decretos Municipais 11.975/04, 13.853/08 e 14.314/09, 15.770/13, 12.001/04, 11.534/07.

De acordo com a legislação supracitada cabe ao governo municipal interagir com a comunidade local e definir as regras de ocupação dos espaços e do próprio comércio ambulante. A permissão para atuação e a indicação dos locais disponíveis tem caráter de licença precária podendo ser revogada a qualquer momento, sem justificativa por parte da Prefeitura. O ambulante fica ainda sujeito à fiscalização podendo, em caso de descumprimento da legislação, ser multado, ter suas mercadorias apreendidas e a licença suspensa ou cassada.

Apesar da SEMTTRE e da SEDEC atuarem, ambas, no cadastramento e na liberação de alvarás de autorização de uso com indicação dos locais destinados a montagem das barracas há certas especificidades observadas nas atuações, principalmente na denominação dada aos cadastrados, no arranjo dos ambulantes e na definição dos produtos comercializados. Observou-se que o que a SEDEC denomina ambulante a SEMTTRE denomina expositor. Sendo que:

Considera-se vendedor ambulante, ou **expressões sinônimas**, a pessoa física que exerce atividade lícita e geradora de renda, individualmente, de venda a varejo de mercadorias, de forma itinerante, por conta própria, realizada em vias e logradouros públicos, desde que em mobiliário ou equipamento removível. (art 227 parágrafo 1 do Decreto Municipal 11.975/04, grifo nosso.)

Consideram-se, dessa forma, as definições colocadas por Pamplona (2013) e Dantas (2005)²⁹ como condizentes com a anunciada pela administração pública municipal de Vitória e sinônimas entre os termos comerciante e camelô de acordo com o Houaiss (2009)³⁰. Adota-se para este trabalho, além desses já mencionados, sinonímia entre os termos ambulante e expositor.

A SEMTTRE, especificamente, atua no fomento ao trabalho e renda por meio do Programa Artes na Praça, que envolve os expositores da Praça dos Namorados na Praia do Canto e da Praça Costa Pereira no Centro – projeto único para os dois locais – e das Feiras Comunitárias Regionais que acontecem em horários e dias específicos em doze bairros distintos da cidade. O número de cadastros é de aproximadamente 200 para cada programa totalizando, aproximadamente, 400 inscritos.

A ocorrência de ambos os projetos é uma resposta à demanda das associações de moradores de cada bairro e a fiscalização fica a cargo de um comitê local composto de 3 expositores, 3 membros da Associação de Moradores e um representante da PMV. A Secretaria trata de programas envolvendo vários expositores em aglomeração predeterminada e atua com viés turístico, incentivando o comércio local de artesanatos e alimentos caseiros.

A SEDEC atua no licenciamento das Feiras Livres que ocorrem em dezenove bairros distintos e caracterizam-se pelo comércio, principalmente de alimentos caseiros, carnes, frutas, verduras e legumes produzidos no interior do Estado. São, geralmente, produtores rurais que se conectam com a cidade por meio da produção

²⁹ Cf. Capítulo 3.1. O Recorte Empírico

³⁰ Além das definições de Pamplona (2013) e Dantas (2005) buscou-se no Houaiss (2009) sinônimos para o termo ambulante:

ambulante 3. que ou aquele que não se fixa em um só lugar, como comprador ou vendedor, para exercer o seu comércio <vendedor a.> <os a. carregavam suas mercadorias> ETIM lat. *ambulans,antis*, part. pres. de *ambulāre* ‘ambular’ SIN/VAR itinerante; como adj. e subst.: ver sinonímia de *comerciante*. (HOUAISS, 2009, p.113).

comerciante SIN/VAR (e afins) baniane, barganhista, bufarinheiro, camelô, contrabandista, contratador, ferro-velho, mascate, mercadeiro, mercador, mercante, merca-tudo, muambeiro, negociante, traficante, vendilhão. (HOUAISS, 2009, p.500).

Os sinônimos indicam regionalismos, preconceitos, especialidades e muitas outras nuances que podem ser observadas na rotina, nos locais e nos tipos de mercadorias comercializadas ou serviços prestados.

e comercialização de alimentos. Aqui se vê o limiar de influência do circuito inferior das cidades locais – representadas pelas cidades do interior do Estado – que alcança as cidades intermediárias – representadas por Vitória –, em contraposição ao mesmo circuito que quando se origina nas cidades intermediárias fica praticamente restrito às mesmas, segundo Santos (2008).

Há, além dos feirantes, os cadastros na SEDEC de ambulantes que atuam individualmente e de maneira pulverizada nos bairros e que solicitam um ponto – geralmente em calçadas nos arredores de escolas e praças – para comercializar seus produtos como água de coco, pipoca, churrasquinhos, doces, salgados, enfim, geralmente alimentos.

Apesar da SEDEC informar que não cadastra ou incentiva o comércio de produtos falsificados, na prática, o que se observou, principalmente no bairro Centro, foi uma profusão de ambulantes vendendo óculos, carregadores e acessórios para celulares, bolsas e acessórios para o lar e cozinha que claramente são imitações de marcas registradas, produtos “ilegais”, “pirateados”, “da China” ou “do Paraguai”, etc.

Na Tabela 4, a seguir, identificam-se as principais diferenças no tratamento dos ambulantes e/ ou expositores por Secretaria.

Tabela 4 - Diferenciação dos cadastramentos de ambulantes e/ou expositores por Secretaria

(continua)

Secretaria	SEDEC		SEMTTRE	
Atuação da Secretaria	Feiras Livres	Ambulantes Individuais	Programa Artes na Praça	Feiras Comunitárias Regionais
Locais de ocorrência do comércio e/ou serviço	Bairros	Bairros	Praia do Canto e Centro	Bairros
Produtos comercializados (predominância)	Alimentos	Alimentos e produtos “ilegais”	Alimentos e artesanatos	Alimentos e artesanatos
Denominação dada aos cadastrados	Feirante/ Ambulante	Ambulante	Expositor	Expositor

Secretaria	SEDEC		SEMTTRE	
				(conclusão)
Nº aproximado de cadastrados em 2017	–	35 apenas no Centro	200	200
Nº total aproximado de cadastrados em 2017	–		400	

Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEDEC e SEMTTRE (2017).

As diferenças gerais colocadas acima incluem a atuação das secretarias com a definição do tipo de comércio e/ ou serviço cadastrado, a denominação dada aos cadastrados e passam pelo arranjo deles, em grupo ou pulverizados individualmente, e pelos produtos comercializados, que vão desde o artesanato a produtos considerados “ilegais” ou “pirateados”.

Algumas dessas diferenças podem ser melhor compreendidas nas análises apresentadas a seguir dos expositores do Programa Artes na Praça cadastrados pela SEMTTRE e dos ambulantes do largo em frente à Praça Oito na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro da cidade cadastrados pela SEDEC.

3.5. NA PRAIA DO CANTO O PROGRAMA ARTES NA PRAÇA. EXPOSITORES NA PRAÇA DOS NAMORADOS

Os trabalhos dos expositores das Praças dos Namorados, na Praia do Canto, e Costa Pereira, no Centro, ocorrem no âmbito do Programa Artes na Praça administrado pela SEMTTRE. Nesse programa o número de expositores chega a aproximadamente 200 registros sendo, em torno de 50 para alimentação, 03 para brinquedos de grande porte e 140 para artesanato, com horários de trabalho predeterminados.

Na Praça dos Namorados os horários limitam-se aos sábados e domingos das 18 às 22 horas e a disposição das barracas é setorizada de forma que os alimentos, os artesanatos e os brinquedos ocupam lugares predeterminados no espaço disponível conforme as fotografias 2 a 4, a seguir.

Fotografia 2 - Praça dos Namorados. Setor de alimentos



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 3 - Praça dos Namorados. Setor de artesanato



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 4 - Praça dos Namorados. Setor de brinquedos com brinquedos de grande porte no fundo esquerdo da imagem



Fonte: Acervo pessoal.

Os expositores são em sua maioria mulheres com idade média de 50 anos. Entretanto, muitos cadastros são feitos em nome de mulheres que trabalham em parceria com seus maridos, outros, são parceria de irmãos, pais e filhos ou parentes próximos. Observou-se que se tratam, predominantemente, de negócios familiares.

O domicílio de residência que aparece em primeiro lugar nos cadastros é Vitória, em segundo Vila Velha seguido de Serra, Cariacica, Viana e Guarapari.

A característica comum aos expositores é trabalhar com artesanato, performance, brinquedos ou produção caseira de alimentos e dentre os produtos comercializados encontram-se roupas, bolsas, bijuterias, brinquedos e livros infantis, alimentos e brinquedos infantis infláveis.

Montenegro (2011) levanta a questão do artesanato trabalhado em feiras similares a da Praça dos Namorados³¹ usando os conceitos de artesanato e industriato de Pinho (2002) e Fernandes e Maia (2010).

É importante destacar que não adotamos aqui uma definição rígida de artesanato, mas endossamos a proposição de Pinho (2002, p.180), que entende o objeto artesanal como aquele portador autêntico de raízes do lugar onde é elaborado, embora o artesanato também esteja sujeito a um processo contínuo de adaptação e reconstrução. Feitas com técnicas manuais, que pressupõem a ausência de procedimentos industriais em sua criação, as peças artesanais representam e identificam sua região de origem (FERNANDES e MAIA, 2010,p.72). (MONTENEGRO, 2011, p.166)

³¹ Montenegro (2011) usa como estudo de caso a feirinha da Beira-Mar em Fortaleza no Ceará.

Logo, a utilização de insumos industrializados na produção de novos objetos e a falta de identificação com a região de origem definem, de alguma forma, o que os autores chamam de industriarianato. Nos cadastros realizados pela SEMTTRE constam perguntas sobre as técnicas e os materiais utilizados na produção das peças comercializadas. Nos campos relativos às respostas dos expositores quanto ao comércio e/ou serviço prestados é possível apreender que se trata, salvo poucas exceções, de industriarianato com emprego de trabalho manual intensivo e sem uso de alta tecnologia. Dentre esses o mais comumente encontrado é o que emprega várias técnicas de colagem costura e bordados na produção de bijuterias, roupas, enxoval, além de entalhe e gravações em madeira.

Um número mínimo de expositores mencionou trabalhar com materiais reutilizados. Muitos trabalham com materiais de baixo custo – como linhas, tecidos, tintas, miçangas – agregando valor ao produto final por meio da transformação dos insumos industrializados.

Percebe-se que apesar de não se tratar de um artesanato que identifique e represente sua região de origem, assim como define Fernandes e Maia (2010) e como observado nas fotografias 5 e 6, existe um discurso por parte da SEMTTRE e dos próprios produtores – trabalhadores que produzem as peças – diferenciando seus produtos daqueles que são tidos como “pirateados” ou “ilegais” e que são a principal mercadoria comercializada no Centro da cidade. Efetivamente são produtos distintos.

Fotografia 5 - Praça dos Namorados. Exemplos de "industriarianatos"



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 6 - Praça dos Namorados. Exemplos de “industrianatos”



Fonte: Acervo pessoal.

Naquilo que se refere ao uso da tecnologia da informação, para que o cadastro do expositor na SEMTTRE seja realizado, é solicitado apenas um telefone e um e-mail e não há indicação da essencialidade dos semoventes para o bom andamento dos negócios. Ou seja, não se identifica, pela análise dos cadastros, o uso de tecnologias móveis interferindo de forma essencial no comércio realizado.

Quanto à organização da produção, das vendas e dos estoques não existem dados cadastrados. Quanto a organização do espaço para exposição há uma predeterminação e setorização segundo o tipo de comércio realizado: alimentação, artesanato e brinquedos, conforme colocado acima, e a padronização das barracas.

Dados diretos sobre os capitais investidos não são cadastrados mas, percebe-se que são reduzidos uma vez que tratam de produtos que demandam prioritariamente mão de obra intensiva. Os equipamentos e ferramentas utilizadas na produção são relativamente simples indicando, também, custos reduzidos.

Considerando o número de pessoas trabalhando por barraca expositora pode-se dizer que o emprego é reduzido e muitos expositores trabalham sozinhos ou recebem a ajuda de um familiar. Tratando-se da produção de alimentos, o número daqueles que possuem ajudante – geralmente, apenas um – é o dobro daqueles que trabalham sozinhos. Tratando-se de artesanato, a proporção se altera e o número de expositores que trabalham sozinhos é um terço maior. Não consta nos cadastros o

tipo de relação trabalhista firmada, portanto, não se pode deduzir a proporção de formalidade dos expositores e seus ajudantes ou funcionários.

Além dos próprios expositores é notável como a feira movimenta o serviço dos guardadores de carros nas imediações indicando o acontecer solidário cooperativo necessário ao circuito inferior conforme Santos (2008, 2014).

3.6. NO CENTRO O PROGRAMA ARTES NA PRAÇA. EXPOSITORES NA PRAÇA COSTA PEREIRA

Para o Centro, o Programa Artes na Praça ocorre na Praça Costa Pereira como extensão do que é realizado na Praça dos Namorados na Praia do Canto. São, em média, 20 expositores que tem como prioridade o comércio na Praça dos Namorados e que utilizam a Praça Costa Pereira como um segundo ponto de venda com o seguinte esquema de horários: nos primeiros cinco dias úteis dos meses de janeiro a junho e de agosto a novembro das 9 às 16 horas; nas duas primeiras semanas úteis do mês de julho no mesmo horário; e ao longo de todo o mês de dezembro exceto nos dias 25 e 31, também, das 9 às 16 horas. Os horários estendidos para os meses de julho e dezembro se justificam, segundo a SEMTTRE, pelo maior movimento na Praça propiciado pelas férias escolares e festividades de final de ano.

O perfil do comércio é o mesmo da Praça dos Namorados inclusive se tratando de expositores que atuam em ambos os locais. Dentre os produtos comercializados encontram-se roupas, bolsas, bijuterias, perfumes e alimentos. Algumas barracas e mercadorias podem ser observadas nas fotografias 7 a 9.

Fotografia 7 - Praça Costa Pereira. Expositores



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 8 - Praça Costa Pereira. Expositores



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 9 - Praça Costa Pereira. Expositores



Fonte: Acervo pessoal.

O Projeto ocupa no Centro a Praça Costa Pereira, rota do turismo histórico. Como colocado anteriormente, o tratamento dado pela SEMTTRE tem o intuito de agregar valor aos produtos dos expositores definindo-os como um artesanato que, todavia, de maneira geral, se identifica mais com o industriano³² tratado anteriormente.

Os ambulantes que ocupam os demais espaços do Centro, por sua vez, são alvo da SEDEC e não possuem a identificação com o artesanato. Compõem outro nicho do circuito inferior identificado com o comércio de produtos “pirateados” ou “ilegais”.

3.7. NO CENTRO OS AMBULANTES

Dos 35 cadastros acessados na SEDEC, 28 referem-se ao bairro Centro efetivamente e 4 à Região Administrativa do Centro, 2 à Região Administrativa de Santo Antonio e 1 à Região Administrativa de Jucutuquara. Os cadastros referentes ao bairro Centro indicam que os ambulantes ocupam, principalmente, as ruas ao redor da Praça Costa Pereira, na Rua Sete de Setembro, ao longo da Avenida Jerônimo Monteiro, nas ruas Deputado Nelson Monteiro, Quintino Bocáiuva, Rua da Alfândega, Luiz Antônio, João Aguirre, na rua de acesso à Escadaria da Misericórdia e em frente ao Parque Moscoso na Avenida Cleto Nunes. Conforme indicado no Mapa 3, a seguir, hachurado em amarelo identificam-se as principais ruas e

³² Cf. Capítulo 3.5. *Na Praia do Canto o Programa Artes na Praça. Expositores na Praça dos Namorados*

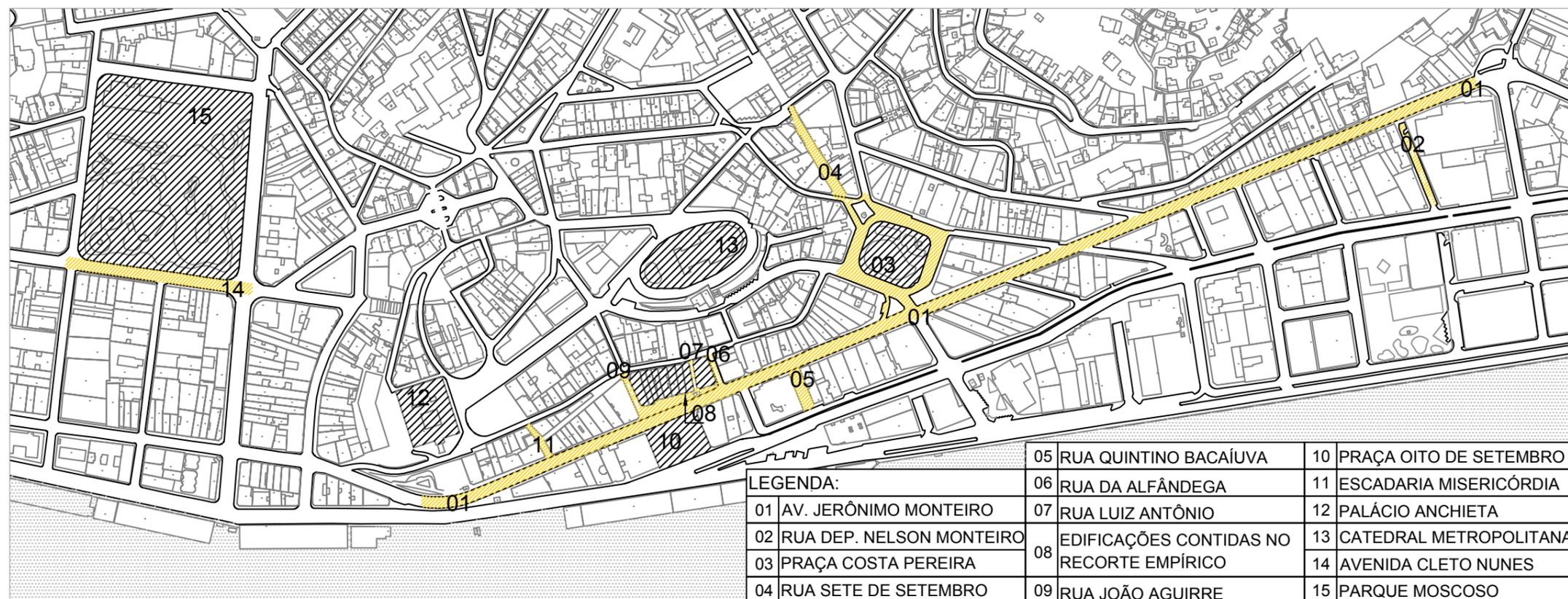
avenidas ocupadas pelos ambulantes e hachurado em preto, alguns pontos que se destacam no espaço, seja pela importância administrativa, turística ou para a identificação do mesmo. Nas fotografias 10 a 22 os mesmos pontos podem ser observados.

Os levantamentos fotográficos realizados ao longo dos meses de maio de 2017 a janeiro de 2018 e o questionário de pesquisa aplicado aos ambulantes que ocupam o largo em frente a Praça Oito na Avenida Jerônimo Monteiro permitem constatar certas divergências entre o número de cadastrados e de trabalhadores efetivamente ocupando esses espaços. Notou-se flutuação dos cenários e ambulantes que em determinados momentos estavam no espaço não se encontravam presentes em outros momentos.

Além disso, nenhum dos 10 trabalhadores que respondeu ao questionário de pesquisa coincidiu com os cadastros da Secretaria, apesar de 90% dos participantes afirmar que possuía alvará de autorização para atuar como ambulante na Jerônimo Monteiro especificamente.

Esses desencontros indicam uma zona cinza de trabalhadores que não são notados ou identificados pelo poder público mas, que na realidade, estão ocupando o espaço de alguma maneira mesmo que à margem dos que já são considerados à margem.

Mapa 3 - Marcação das principais ruas, avenidas e espaços utilizados pelos ambulantes no Centro de Vitória



Fotografia 10 - Centro. Rua Deputado Nelson Monteiro. Comércio de cd's e dvd's.
Ponto 02 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 11 - Centro. Um dos pontos do comércio ambulante na Avenida Jerônimo Monteiro. Ponto 01 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 12 - Centro. Rua Quintino Bocaiúva. Ponto 05 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 13 - Centro. Ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro com a Rua da Alfândega em frente à Praça Oito. Ponto 06 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 14 - Centro. Ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro em frente à Praça Oito. Ponto 08 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 15 - Centro. Ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro em frente à Praça Oito. Ponto 08 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 16 - Ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro com a Rua João Aguirre em frente à Praça Oito. Ponto 09 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 17 - Centro. Ambulantes na Rua da Escadaria da Misericórdia. Ponto 11 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 18 - Centro. Ambulantes em frente ao Palácio Anchieta. Ponto 01 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 19 - Centro. Rua Sete de Setembro. Comércio de alimentos. Ponto 04 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 20 - Centro. Rua Sete de Setembro. Comércio de alimentos. Ponto 04 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 21 - Centro. Parque Moscoso. Comércio de alimentos. Ponto 14 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 22 - Centro. Parque Moscoso. Comércio de alimentos. Ponto 14 no Mapa 3



Fonte: Acervo pessoal

3.7.1. Na Avenida Jerônimo Monteiro, o largo em frente à Praça Oito como espaço opaco e os ambulantes

Apesar da presença pulverizada de ambulantes em todo o bairro Centro e da concentração de alguns deles nos locais acima indicados nas fotos, é na Avenida Jerônimo Monteiro, no largo em frente à Praça Oito de Setembro, que se identifica a maior aglomeração dos mesmos, fato que motivou o interesse pelo recorte.

Santos (2008) coloca que os Circuitos são definidos pelo conjunto de atividades realizadas em certo contexto e pelo setor da população que se liga a esse conjunto de atividades, seja pela própria atividade, seja pelo consumo. Dessa maneira a análise pode ser desmembrada em categorias: atividade e setor da população acrescentando-se a essas o meio construído, de suma importância conforme coloca Silveira (2004, 2015b, 2014) e Montenegro (2006, 2011). No intuito de tornar a exposição clara optou-se por trabalhar dentro das três categorias iniciando pela exposição do setor da população.

3.7.1.1. O setor da população

O setor da população que se liga à atividade pela produção ou pelo fornecimento de mercadorias e serviços é composto 90% por homens com média de idade de 53 anos, chefes de família e únicos provedores de renda domiciliar. 80% proveem sozinhos o sustento da família alegando que a renda do comércio ambulante é suficiente e que o fato dos filhos, já adultos e com família própria formada, não serem mais dependentes dos pais contribui para o fechamento do orçamento mensal.

80% identificaram e denominam a própria atividade como ambulante, o que condiz com a nomenclatura utilizada pela PMV. 10%, entretanto, se identificam como microempreendedores³³, apesar de 40% se constituírem MEI's efetivamente, reafirmando o incentivo à formalização que, não necessariamente, coincide com melhorias nas condições trabalhistas ou aumento de renda.

Quanto à população que se liga à atividade pelo consumo dos produtos e serviços, conforme informação dos ambulantes, são geralmente aqueles que trabalham ou utilizam os pontos de ônibus das imediações. Apesar da existência de alguns edifícios residenciais nas quadras contíguas, os moradores locais não foram mencionados como consumidores típicos.

Mesmo considerando que o consumidor típico é o trabalhador das imediações, é importante colocar que a renda média dos moradores do bairro é de 3 a 5 salários mínimos, conforme dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

3.7.1.2. A atividade e as características do circuito inferior

Foram identificados, aproximadamente, de 13 a 15 pontos de comércio e/ ou serviço que ocorre, geralmente, do início da manhã ao final da tarde durante os dias úteis. À noite, nos finais de semana e feriados a atividade dos ambulantes é praticamente nula.

³³ Cf. 3.2. *Dados da Economia Capixaba e o Crescimento do Circuito Inferior* Nota 23.

O comércio é caracterizado pela venda de objetos adquiridos no varejo na RMGV, São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais sendo mais vendidos artigos diversos para o lar, acessórios e cabos para celular e informática, óculos escuros, relógios e bolsas. Entre os poucos alimentos estão um carrinho de água de coco e uma bicicleta com doces e roscas caseiras.

Dessa forma, predomina o comércio de produtos não artesanais e ao contrário da imagem do artesanato do Programa Artes na Praça, o comércio ambulante no Centro tem como principal característica a ilegalidade das imitações de marcas registradas e falsificações provenientes “da China”, “do Paraguai”³⁴, etc. Em referencia a essa procedência dos produtos Ribeiro (2010) quando estuda a “globalização popular”³⁵ coloca que

[...] o sistema está formado por uma rede intrincada de nós, que são pontos de interconexão entre vendedores e compradores [...] como os localizados em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, abastecendo diversos países europeus, [...] Foz do Iguaçu – Brasil/Ciudad del Este – Paraguai. [...] megacentros de alcance nacional, como a Rua 25 de Março, em São Paulo, e Tepito, na Cidade do México. [...] Há ainda importantes centros de atuação regional ou local como, na Colômbia, os San Andresitos [...]; no Brasil, as Feiras do Paraguai em Caruaru, [...], Brasília [...], Rio de Janeiro [...], Belo Horizonte [...], *China Town*, em Nova York, e o famoso Mercado da Seda (*Xiu Shui*), em Pequim. (RIBEIRO, 2010, p.30, 31)
Se fôssemos começar por onde as mercadorias são produzidas, centros fundamentais do sistema encontram-se na Ásia, em lugares com Taiwan, Coréia do Sul, Singapura, Malásia e, em especial, China. (RIBEIRO, 2010, p.33)

Esse fluxo global estudado pelo autor se liga apenas indiretamente aos ambulantes do recorte estudado uma vez que as rotas mencionadas na aquisição das mercadorias são nacionais, como mencionado anteriormente, São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais e locais, como a própria RMGV.

Os fluxos da “globalização popular” ou “globalização econômica de baixo para cima” corroboram a visão de Santos (2008) de que o Circuito Inferior é um escape e um meio de vida para os desprovidos quando se afirma que “elas [as globalizações popular ou econômica de baixo para cima] abrem caminho para a mobilidade ascendente ou para a possibilidade de sobrevivência em economias nacionais e globais que não são capazes de prover pleno emprego a todos cidadãos.”

³⁴ É importante colocar que a China atua com grande força em ambos os sistemas: hegemônico e não hegemônico. Ao mesmo tempo que se fala da maior economia do mundo atuando em uma Nova Rota da Seda aludindo ao comércio milenar que no passado ligava a Europa ao Extremo Oriente e que, atualmente, resurge como projeto de fortes investimentos em infraestrutura ligando diversos países envolvidos em escala global, também, é difundida a força de atuação do País em fornecer produtos “falsificados” na mesma escala.

³⁵ Cf. 3.1. *O Recorte Empírico* Nota 20.

(RIBEIRO, 2010, p.29). Logo, apesar de tratar-se de ilícitos) o comércio pode ser dito como socialmente aceito e provedor de sustento para parcela da população que não dispõe de outras opções.

Analisando as características dos Circuitos da Economia Urbana ponto a ponto conforme quadro proposto por Santos (2008) e considerando apenas o recorte proposto do espaço e do circuito inferior foi possível apreender que:

Quanto às tecnologias modernas, inclusive aquelas ligadas a informação, observou-se pouco uso e foco quase exclusivamente no trabalho intensivo. Alguns ambulantes não usavam sequer o celular para chamadas de voz alegando a dispensabilidade do semovente, entretanto, quanto ao acesso à máquinas de cartão de crédito e débito pode-se dizer que 50% dos ambulantes entrevistados utilizam esse recurso.

Quanto à organização pode-se concluir que é mínima. Envolve os horários de início e fim de expediente que, a priori, são cumpridos mas, não com rigidez, existindo uma autonomia do trabalhador quanto a frequência no ponto de venda. Se é necessário faltar algum dia ele o faz. Outra forma de organização refere-se à compra das mercadorias que ocorre mensal ou semanalmente e é baseada naquilo que tem mais saída e que pela experiência do ambulante pode agradar ao consumidor. Fator mencionado e que pode ser visto como organização e uso do espaço é a utilização da estrutura física, principalmente dos banheiros das lojas do entorno, num regime de parcerias entre os lojistas e os ambulantes e, também, entre os próprios ambulantes no sentido de que, quando há necessidade de se ausentar, o dono da barraca mais próxima cuida dos clientes e das mercadorias do vizinho.

Pode-se afirmar, portanto, uma organização primitiva uma vez que os próprios ambulantes afirmam não manter registros de caixa, de funcionários – quando existem – ou de mercadorias, tomando as principais providências ou medidas para o bom andamento do negócio contingencialmente.

O capital inicial, em geral, é mínimo e posteriormente há pequenos ou quase nulos reinvestimentos. 40% dos ambulantes mencionou que já fez empréstimos com a finalidade de expandir os negócios mas, que não viu vantagem em fazê-los. O montante retirado das vendas é suficiente apenas para repor as mercadorias expostas e fazer as despesas pessoais e familiares.

As barracas são, em sua maioria, de um único dono que trabalha sozinho, sem empregar terceiros ou mesmo familiares. Quando ocorre a necessidade de delegar funções as mesmas são temporárias e realizadas por parentes próximos, geralmente, sem contrapartida. Todos são autônomos e 40% é microempreendedor cadastrado. Apenas um ambulante alega que emprega um funcionário com carteira assinada tratando-se, nesse caso, da própria esposa.

30% mencionou possuir estoque de mercadorias e 90% relata o uso de depósitos alugados nas imediações usados para armazenamento das mercadorias que são guardadas todo final de tarde e retiradas no início das manhãs conforme Fotografia 23 e Fotografia 24.

Fotografia 23 - Edificações na Rua Duque de Caxias utilizadas como depósito



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 24 - Retirada do carrinho de acondicionamento das mercadorias do depósito



Fonte: Acervo pessoal

Quanto aos preços dos produtos, além de negociáveis com os clientes é necessário que sejam competitivos entre os próprios expositores considerando que muitos oferecem os mesmos produtos. Os valores são em sua maioria pagos em dinheiro com a possibilidade de pagamento em cartão de débito e crédito. Pelo menos 60%

dos ambulantes entrevistados aceita a venda fiado e afirma que possui clientes recorrentes confiando no retorno dos mesmos para saldar as dívidas.

O acesso ao crédito bancário para iniciar ou manter o negócio é pouco relatado, o que se percebe é a ajuda entre membros da família e amigos. Algumas barracas foram passadas de pai para filho de forma que todo o investimento, mesmo que pequeno, já estava feito tratando-se apenas que entrar com mão de obra. Um ambulante específico aprendeu a produção de alimentos caseiros com um amigo vendendo a pequena produção em uma bicicleta. Em certos casos alguns familiares podem ajudar financeiramente, em outros nem essa possibilidade é viável.

Quanto ao lucro, os ambulantes relatam que apenas adquirindo as mercadorias no atacado é possível obter um pequeno lucro que não permite margem de reinvestimentos no negócio. Trata-se de um montante que permite apenas a reposição das mercadorias e a subsistência pessoal e familiar.

Quando se trata da relação com a clientela, os negócios são feitos diretamente entre os consumidores e os ambulantes donos dos pontos de venda. A proximidade com as lojas do entorno permite a recorrência de alguns clientes mas, em geral, não existe uma fidelização. O ponto de ônibus do local, observado na Fotografia 25, auxilia no volume e na rotatividade da clientela, todavia, os ambulantes afirmam que os clientes mais comuns são aqueles que trabalham no entorno.

Fotografia 25 - Ambulantes estabelecidos à frente e ponto de ônibus no fundo da imagem



Fonte: Acervo pessoal

Os custos envolvem, minimamente, o próprio transporte dos ambulantes dos bairros de residência, eventuais reparos nas barracas expositoras e o aluguel de um depósito nas proximidades. Salvo os custos iniciais com o alvará de autorização para comércio ambulante, não há custos com taxas de serviços públicos, encargos ou impostos e, como muitas barracas foram passadas de pai pra filho, os custos iniciais do negócio também podem ser considerados mínimos.

Relativo à publicidade, percebeu-se que apenas 20% das barracas expositoras eram identificadas com placas ou inscrições na lona de cobertura, alguns ambulantes usavam camisas com o nome do negócio e um mencionou que distribuía cartões de visita aos consumidores.

Percebeu-se a reutilização da estrutura das barracas expositoras e de objetos como bancos e cadeiras, por exemplo. Estruturas e objetos que pelo uso já demonstravam desgaste mas, que remendados e reaproveitados ainda estavam em uso.

Quanto ao *overhead capital* ou capital fixo, percebeu-se que não há a necessidade ou a possibilidade de mantê-lo uma vez que a variação das vendas é contingencial e os custos do negócio são mínimos.

Não foram identificados, por parte dos ambulantes, incentivos diretos das esferas do governo, assim como não se identificou dependência direta do exterior. Entretanto, mesmo que não haja dependência direta do exterior e sim de cidades nacionais, principalmente na aquisição de mercadorias, sabe-se, de acordo com Ribeiro (2010), que se trata do mercado global da “globalização popular”.

Os dados acima seguem resumidamente na Tabela 5, abaixo:

Tabela 5 - Circuito Inferior na Jerônimo Monteiro

(continua)

	Circuito Inferior conforme Santos (2008)	Circuito Inferior observado no recorte empírico da Avenida Jerônimo Monteiro
Tecnologia	Trabalho intensivo	Uso irrisório de tecnologia Trabalho intensivo
Organização	Primitiva	Primitiva
Capitais	Reduzido	Reduzidos
Emprego	Reduzidos	Reduzidos
Assalariado	Não-obrigatório	Reduzido. Não-obrigatório
Estoques	Pequena quantidade	Pequena quantidade de estoque. Trata-se, na grande maioria, apenas da utilização de depósitos para as mercadorias expostas
Preços	Submetidos à discussão	Submetidos à discussão com os clientes havendo competição entre os ambulantes
Crédito	Pessoal não institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócio	Pequena
Relações com a clientela	Diretas, personalizadas	Diretas personalizadas
Custos fixos	Desprezíveis	Desprezíveis
Publicidade	Nula	Existente mas, muito pequena

(conclusão)

	Circuito Inferior conforme Santos (2008)	Circuito Inferior observado no recorte empírico da Avenida Jerônimo Monteiro
Reutilização dos bens	Frequente	Frequente
Overhead capital (capital fixo)	Dispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Nula ou quase nula	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Reduzida ou nula	Não identificado por parte dos ambulantes mas, existente mesmo que indiretamente conforme Ribeiro (2010)

Fonte: Elaboração própria com base em trabalho de campo e (SANTOS, 2008, p.44)

Retornando ao local no mês de janeiro de 2018 percebeu-se certa mudança nos objetos comercializados. Apesar dos mesmos ambulantes continuarem no espaço, o mesmo apresentava-se mais adensado e materiais escolares figuravam entre os novos objetos comercializados conforme observado na Fotografia 26 e Fotografia 27, a seguir. Certamente pela grande demanda sazonal.

Fotografia 26 – Comercialização de novas mercadorias e espaço mais adensado no mês de janeiro de 2018



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 27 - Comércio de materiais escolares com a proximidade do retorno às aulas



Fonte: Acervo pessoal

A partir das observações da dinâmica dos ambulantes constata-se o enquadramento nas características de Santos (2008) para o circuito inferior e percebem-se algumas contrarrazões desse tipo de comércio e/ou serviço. Apesar das contrarrazões caracterizarem-se como uma forma – muitas vezes criativa – de inserção no mercado, todavia, são, também, limitações que impedem a ascensão ao circuito superior “marginal” ou superior ou, simplesmente, melhorias das condições de vida.

Não é possível, de acordo com as características do capitalismo atual, tornar o comércio desses ambulantes competitivo uma vez que lhes falta as ferramentas básicas do período técnico-científico-informacional da globalização.

Observou-se que as características principais dos circuitos da economia, conforme Santos (2008) e rerepresentados na Tabela 6, a seguir, são muito estanques para esse recorte, especificamente, e corroborando a visão de Silveira (2016) é possível perceber que se amplia a distância entre os níveis de tecnologia, capital e organização. Falta-lhes o acesso à tecnologia básica – principalmente da informação – necessária para que um negócio possa se desenvolver. O trabalho realmente precisa ser intensivo. Falta-lhes capital inicial e de giro, que permitiria reinvestimentos e acesso, inclusive, à tecnologia, assim como falta organização para o acúmulo.

Tabela 6 - Características principais dos Dois Circuitos

	Circuito superior	Circuito inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos

Fonte: Santos, 2008, p.44. Modificado pela autora.

Inserido no sistema global e necessário à sobrevivência do mesmo exatamente por se tratar de uma relação sistêmica complementar e dialética, trata-se de um circuito grande no número de vidas que abarca, inchado em oposição à diminuição e à concentração de renda que ocorre no circuito superior, extremamente frágil visto sua submissão às decisões impostas pelos poderes hegemônicos, entretanto, simultaneamente, resistente quando se considera sua capacidade de reinventar-se sob as condições impostas por esse mesmo sistema.

3.7.1.3. O espaço

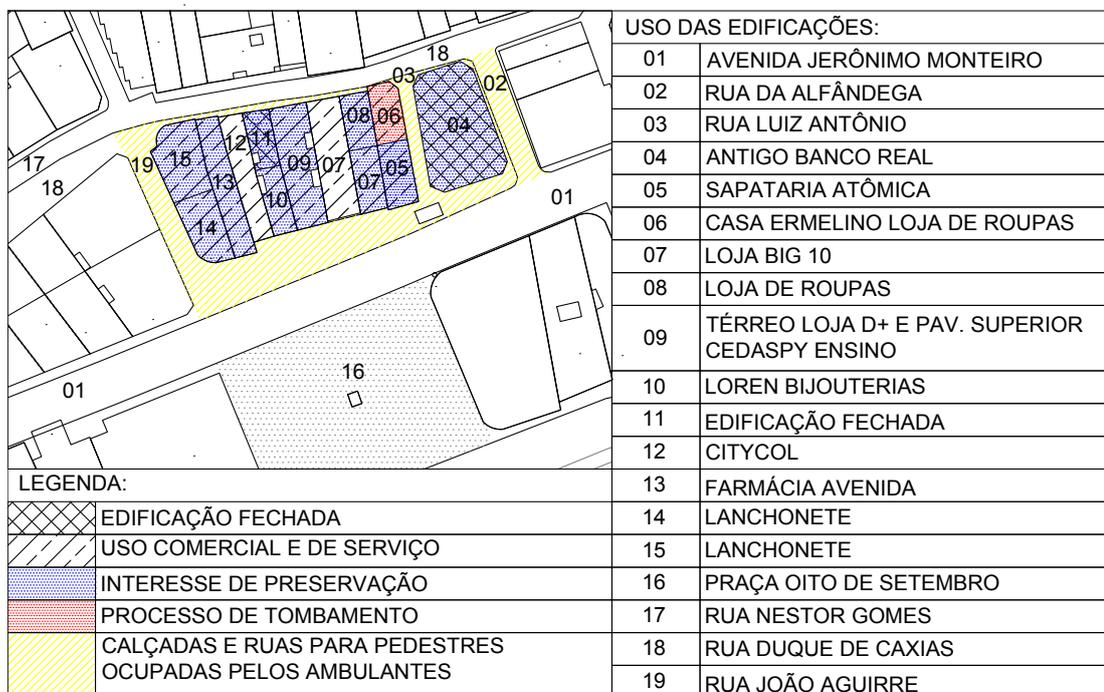
Silveira (2004, 2015b, 2014) e Montenegro (2006, 2011) propõem em seus estudos a importância da análise do meio construído para a compreensão da cidade como um conjunto coerente. Silveira (2015b) afirma que esse conjunto seria formado pela base material e a vida que a anima, ou seja, o meio construído e o grande mercado que se desenrola nesse meio. Quando se fala do território usado, sinônimo do espaço habitado, fala-se, também, do papel do meio construído.

Para a análise voltada para o espaço referente ao recorte empírico estabelecido, Baudelaire (1996) e Benjamin (1995) também foram de grande auxílio com as flâneries realizadas no mês de janeiro de 2018. A produção de mapas e o registro de imagens que, retratando o recorte empírico proposto e a observação *in loco* da dinâmica da vida urbana, das trocas realizadas, da ocupação das ruas e edifícios permitiram apreender o meio.

Definida a quadra foco da análise, a flânerie foi estendida às quadras contíguas intentando levantar o uso, o estado das edificações e a dinâmica nas ruas, avenidas e calçadas. A análise foi assim dividida em duas partes. A primeira trata do recorte empírico em si e a segunda das quadras contíguas. Dessa maneira acreditou-se tornar mais didática e facilitada a exposição do todo.

O recorte empírico. O largo em frente à Praça Oito de Setembro

Mapa 4 - Recorte empírico ampliado



Fonte: Elaboração própria a partir das flâneries utilizando-se da base cartográfica 2007 do município de Vitória (SIRGAS 2000).

Disponível em: <<http://www.geoweb.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

O espaço utilizado pelos ambulantes limita-se, quase que exclusivamente, às calçadas do largo indicado no Mapa 4, acima, salvo no caso de parcerias amigáveis com os lojistas para a utilização dos banheiros das lojas conforme relataram os próprios ambulantes.

O conjunto edificado que faz frente para a Avenida Jerônimo Monteiro, indicado na Fotografia 28, a seguir, é predominantemente de interesse de preservação e de uso comercial e de serviços conforme dados da PMV e levantamento nas flâneries. Constatou-se, todavia, a subutilização do conjunto que possui, em sua maioria, apenas o pavimento térreo ocupado. Quando se faz uso dos pavimentos superiores, geralmente é como depósito, conforme informado pelos ambulantes.

Em reportagem de 23 de agosto de 2017 o jornal Gazeta Online denunciou reformas irregulares no Edifício José Bernardino onde funcionava o antigo Banco Real.

Atualmente o edifício encontra-se fechado. De acordo com Freitas; Campos e Almeida (2002) o Edifício Pan-Americano, que não faz parte do conjunto edificado do recorte empírico mas, tem fachada lateral para a Rua João Aguirre, observado na Fotografia 29 e Fotografia 30, onde atualmente no térreo funciona a Casas Bahia, encontrava-se, já no início dos anos 2000, subutilizado.

Fotografia 28 - Conjunto edificado de interesse de preservação com fachada frontal para Avenida Jerônimo Monteiro



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 29 - Edifício Pan-Americano. Fachada lateral para a Rua João Aguirre



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 30 - Edifício Pan-Americano. Fachada lateral para a Rua João Aguirre



Fonte: Acervo pessoal.

Entre o comércio que ocorre nos edifícios encontra-se uma lanchonete e uma farmácia, uma loja de bijuterias, de eletrodomésticos e eletrônicos e lojas de roupas, bolsas e calçados populares. Na fachada posterior, na rua Duque de Caxias, foram identificados alguns depósitos, outra lanchonete e lojas de roupas e uma edificação fechada.

Como nos edifícios da quadra predomina o uso comercial no pavimento térreo e depósitos nos demais e nas quadras vizinhas há poucos edifícios residenciais, predominando o uso comercial e de serviços, o consumidor típico que frequenta o espaço, conforme informação dos ambulantes, são os próprios comerciantes e funcionários das agências bancárias das imediações, além daqueles que estão de passagem visto o grande fluxo de pedestres e veículos motorizados que a Avenida Jerônimo Monteiro recebe.

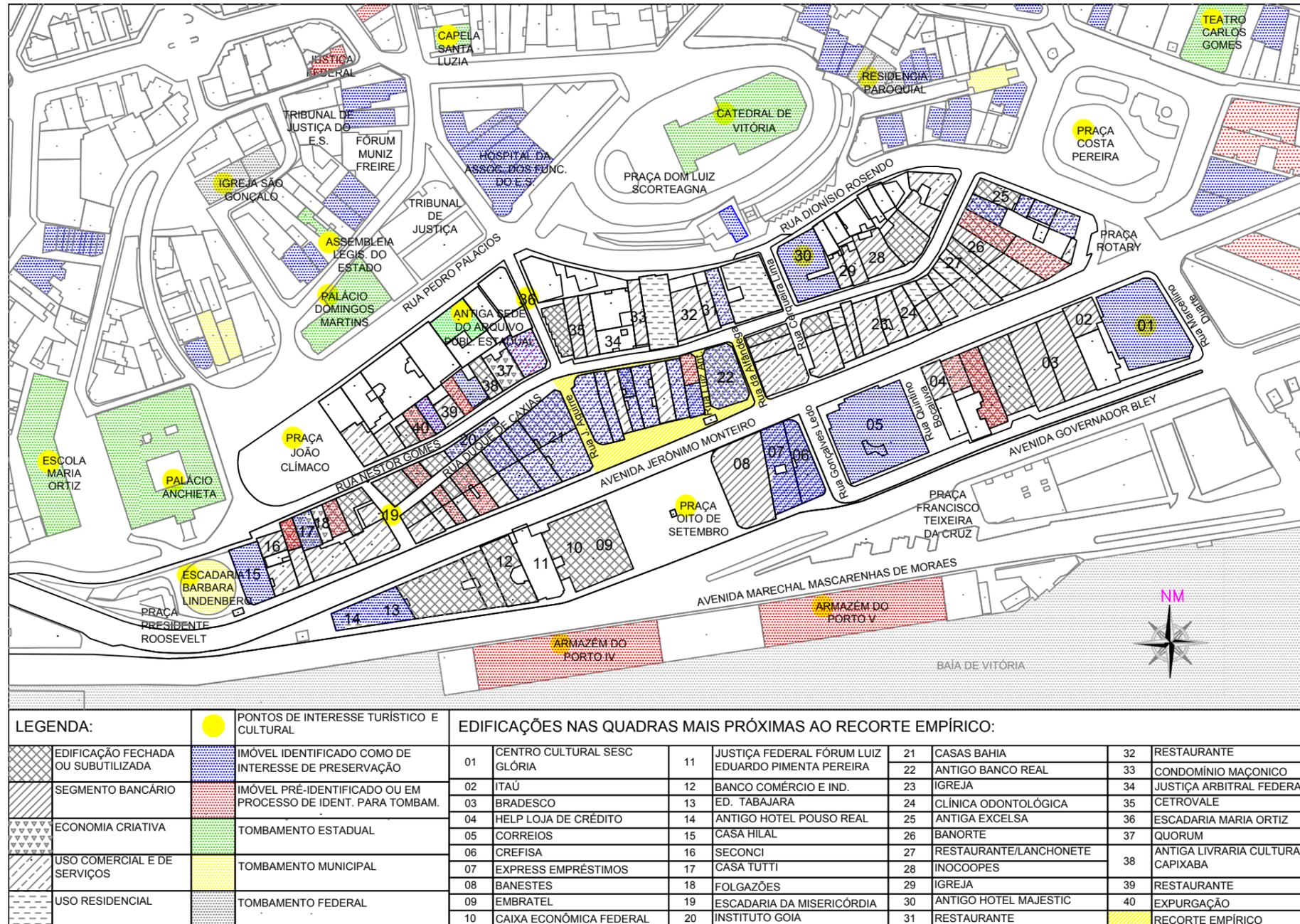
Quanto à infraestrutura e equipamentos urbanos, considerando que esses trabalhadores usam a calçada como ponto de trabalho, há iluminação, coletores de lixo e energia. As calçadas, em pedra portuguesa, estão em bom estado e nas

flâneries foi possível perceber ainda a presença do policiamento apesar da advertência, por parte de alguns ambulantes e lojistas, sobre a insegurança relacionada a pequenos furtos.

As quadras contíguas

A seguir, no Mapa 5, estão identificadas as quadras analisadas, os principais usos, pontos importantes de interesse turístico e cultural da cidade e alguns pontos representantes dos setores da economia como comércios, bancos, administração pública, entre outros.

Mapa 5 - Flânerie para identificação do papel do meio construído contíguo ao recorte proposto



Fonte: Elaboração própria a partir das flâneries utilizando-se da base cartográfica 2007 do município de Vitória (SIRGAS 2000). Disponível em: <<http://www.geoweb.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

As quadras contíguas ao recorte empírico apresentam predominantemente uso comercial e de serviços com pequenas lojas de roupas, sapatos, artigos diversos, restaurantes e barbeiros além de alguns edifícios da administração pública, algumas igrejas e muitos pontos relevantes para a rota turística do Centro da capital.

O segmento bancário e de crédito predomina na Avenida Jerônimo Monteiro na altura da Praça Oito de Setembro, entretanto, em meio a muitos edifícios fechados ou subutilizados, a exemplo das fotografias 31, 32 e 33, a seguir. O logradouro abriga ainda edifícios readequados para habitação multifamiliar conforme o Projeto Morar no Centro com a reforma do antigo Hotel Pouso Real e do Edifício Tabajara.

Fotografia 31 - Crefisa, Express Empréstimos e Banestes nas imediações do Praça Oito de Setembro



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 32 - Edifício da Embratel ao lado da antiga Caixa Econômica



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 33 - Antigo Hotel Pouso Real e Edifício Tabajara em azul e laranja, respectivamente, no canto direito da fotografia. Fachadas fechadas ao longo do percurso



Fonte: Acervo pessoal.

As ruas Duque de Caxias e a Nestor Gomes, esta última também denominada Corredor Criativo Nestor Gomes, abrigam, além de alguns edifícios residenciais,

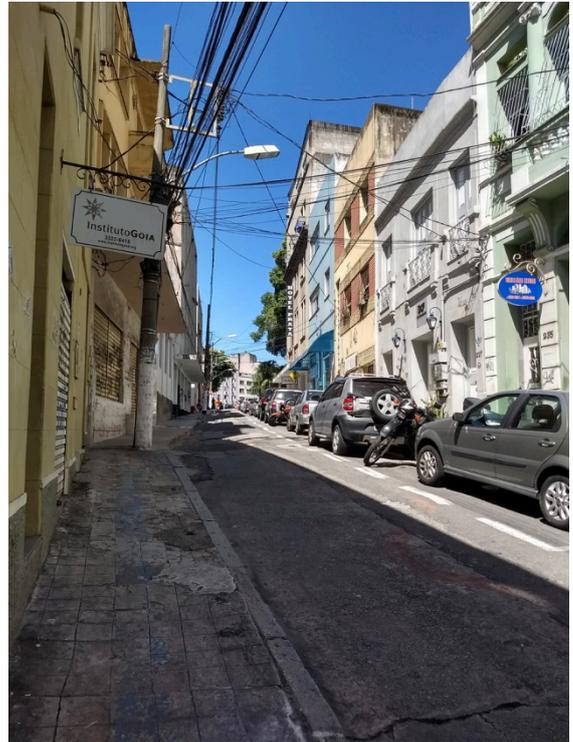
pontos da economia criativa como a Casa Tutti, a Folgazões Companhia de Artes Cênicas, o Coletivo Expurgação e a ONG Instituto Goia observado na Fotografia 35, abaixo. Tem ainda o Beco das Pulgas na Duque de Caxias, de acordo com as fotografias 36 e 37, a seguir, que é uma iniciativa do Instituto Quorum com propostas de feiras abertas e requalificação do espaço pela arte. Até o ano de 2017, de acordo com postagens em redes sociais, mais coletivos ocupavam o espaço e os eventos ocorriam rotineiramente. Posteriormente, houve um arrefecimento do segmento, inclusive com o fechamento de alguns pontos como indicado na Fotografia 34.

Fotografia 34 - Rua Nestor Gomes.
Algumas edificações fechadas à direita da fotografia



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 35 - Rua Nestor Gomes.
Instituto Goia à esquerda da fotografia



Fonte: Acervo pessoal.

O Beco das Pulgas ou Rua Duque de Caxias também é utilizada pelos ambulantes mas, como depósito. Os mesmos transportam, sem a ajuda de terceiros, as mercadorias e as barracas para esses espaços que são alugados em conjunto. Geralmente um cômodo ou apartamento é dividido por mais de um ambulante, cada qual acomodando suas mercadorias em carrinhos individuais de madeira e metal fechados com cadeado.

Fotografia 36 - Rua Duque de Caxias ou Beco das Pulgas. Espaço utilizado tanto pela economia criativa quanto pelos ambulantes, todavia, em horários, dias e de maneiras distintas, geralmente, descontraçadas



Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 37 - Evento promovido pela economia criativa na Rua Duque de Caxias



Fonte: Disponível em <www.facebook.com/pg/becoculturaldaspulgas>. Acesso em 27 fev.2018

Não exatamente nas quadras contíguas mas nas proximidades são identificados, também, praças e edifícios importantes do Visitar Centro Histórico Vitória ES, programa da SEMTTRE para promoção do turismo na capital. Entre eles estão a Catedral Metropolitana, o Centro Cultural Magestic – edificação fechada atualmente –, a Escadaria Maria Hortiz, a Praça Oito de Setembro, o Armazém 5 do Porto, o Centro Cultural SESC Glória, a Praça Costa Pereira, o Teatro Carlos Gomes, a Praça João Clímaco e o Palácio Anchieta, além de outros identificados no Mapa 6, abaixo.

Mapa 6 - Visitar Centro Histórico Vitória ES



10. Antigo Ateneu Provincial/ Atual Colégio Maria Ortiz
11. Escadaria Carlos Messina
12. Antigo Complexo Jesuítico/ Atual Palácio Anchieta
13. Escadaria Bárbara Lindemberg
14. Praça João Clímaco
15. Residências do Início do Século XX
16. Antiga sede da Assembléia Legislativa
17. Antiga residência da família Cerqueira Lima
18. Igreja São Gonçalo

19. Viaduto Caramuru
20. Convento São Francisco
21. Capela Nossa Senhora das Neves
22. Antiga residência de Muniz Freire
23. Loja Maçônica União e Progresso
24. Antiga Sede do Arquivo Público Estadual
25. Armazém 05 - Porto Urbano de Vitória
26. Praça Oito de Setembro
27. Antiga Ladeira do Pelourinho/ atual Escadaria Maria Ortiz

- | | |
|---|---|
| 28. Capela Santa Luzia | 37. Antigo Forte São Diogo/ atual Escadaria São Diogo |
| 29. Praça Irmã Josepha Hosannah | 38. Praça Costa Pereira |
| 30. Igreja e Convento do Carmo | 39. Cais dos Catraieiros |
| 31. Catedral Metropolitana de Vitória | 40. Centro Cultural SESC - Glória |
| 32. Sobrado Cerqueira Lima e Escadaria Dionísio Rosendo | 41. Theatro Carlos Gomes |
| 33. Centro Cultural Magestic | 42. Museu de Arte do Espírito Santo - MAES |
| 34. Casario colonial da rua José Marcelino | 43. Praça Pio XII |
| 35. Praça Ubaldo Ramalhete | 44. Igreja do Rosário e Museu São Benedito do Rosário |
| 36. Rua Sete de Setembro | 45. Escola de Teatro e Dança - FAFI |

 Pontos de interesse turístico e cultural.

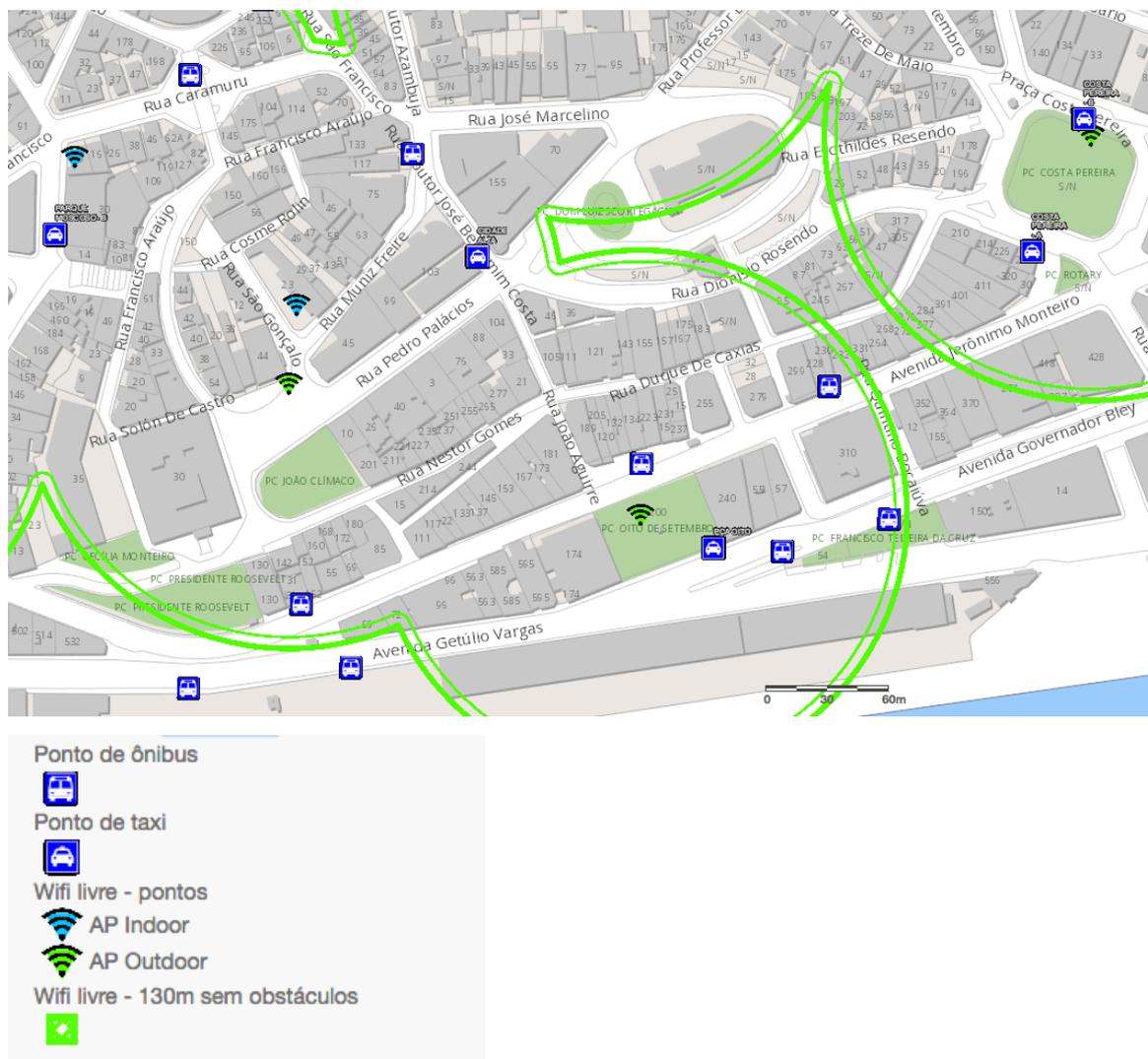
 Monumentos inseridos no Projeto
Visitar abertos à visita monitorada.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/turista/conheca-o-visitatar>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

O Fórum Criminal Desembargador José Mathias de Almeida Neto e uma agência dos Correios também são importantes pontos nas imediações.

Além das edificações o espaço conta com infraestrutura e equipamentos urbanos disponíveis como diversos pontos de ônibus e acesso à rede wifi livre. O espaço é, também, corredor do fluxo que corta a capital interligando os demais municípios que compõem a RMGV. De acordo com dados das linhas de transporte público disponibilizados pela Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo - CETURB-ES aproximadamente 21% dos itinerários passam pela Avenida Jerônimo Monteiro.

Mapa 7 - Pontos de ônibus, taxi e wifi livre



Fonte: Geoweb Vitória. Disponível em: <www.geoweb.es.gov.br>. Acesso em: 08 fev. 2018.

A área como um todo pode ser descrita como de diversidade conforme conceito de Silveira (2014) pois, apesar de apresentar tendências ao enfraquecimento, ainda predomina o comércio e serviço voltado para o circuito inferior e superior marginal assim como diversos circuitos espaciais de produção. No Mapa 5, acima, percebe-se que na extensão direita da Avenida Jerônimo Monteiro ainda predomina o uso comercial e de serviços.

O meio construído, de grande importância para o turismo com apelo histórico, a presença e o desenvolvimento da economia criativa, do segmento bancário e financeiro permitem que outros tipos de troca ocorram no espaço e se criem novos valores materiais e imateriais, onde todos os circuitos possam estar envolvidos confirmando a caracterização da área como de diversidade.

Os vendedores e consumidores que frequentam esses espaços são variados. Há edifícios de escritórios, agências bancárias, comércios e serviços como restaurantes e lanchonetes, funcionários públicos e jovens adultos envolvidos com a economia criativa enfim, diversos segmentos e diversidade de público geradores de fluxos, além de infraestrutura urbana existente.

Há, também, a característica de corredor de passagem da Avenida Jerônimo Monteiro, o número de pontos de ônibus e táxis e o acesso livre à rede que permite, com o uso de aplicativos, chamar um transporte, de qualquer ponto onde se esteja, aumentam as possibilidades de acesso ao local.

Todavia, apesar da diversidade de atividades que abarca e do facilitado acesso que possui, o espaço demonstra tendências a tornar-se crescentemente opaco com a subutilização e o fechamento crescente das edificações do entorno e o consequente enfraquecimento do comércio e serviços.

Observa-se no Mapa 5, acima, que nas quadras do lado esquerdo da Jerônimo Monteiro, mesmo lado da Praça Oito de Setembro, já predomina o uso pelo segmento bancário e financeiro assim como é grande o número de edificações fechadas. Praticamente não há mais pontos comerciais nesse recorte. Nas ruas Duque de Caxias e Nestor Gomes, paralelas à Jerônimo Monteiro, observa-se a crescente subutilização das edificações e o predomínio de pontos da economia criativa, segmento bancário e financeiro e alguns pontos destinados ao uso residencial.

Fator agravante nesse processo é a caracterização do meio construído como de interesse de preservação indicando o possível perfil de futuras intervenções no local – que nesse sentido se dão geralmente pelo circuito superior e pelo Estado – além de limitações atuais para reformas e adaptações de uso.

Além da tendência do espaço em tornar-se opaco, o que vem se demonstrando, principalmente, na subutilização do meio construído, na perda da diversidade econômica e funcional do meio que, atualmente, ainda é de diversidade, há a tendência à especialização com o fortalecimento do segmento bancário, financeiro e da economia criativa em detrimento dos pontos comerciais e de serviço.

A partir do exposto acima alguns pontos e cenários podem ser levantados e vislumbrados:

1) O circuito superior tira vantagem do espaço opaco.

A presença forte do segmento bancário e de grandes cadeias comerciais, assim como o abandono do meio construído são explicados por Silveira (2014), no contexto da cidade de São Paulo, da seguinte maneira:

[...] não apenas as áreas modernas ou aquelas a serem transformadas em meio construído urbano interessam aos agentes do circuito superior, mas também os pontos que concentram um mercado consumo popular, sempre renovado ao sabor da propaganda e do crédito. Nessas porções não há preocupação por revitalizar o meio construído, sim por usufruir da centralidade. Por isso as grandes cadeias comerciais e financeiras, tais como Casas Bahia, Marabraz, Ponto Frio, Marisa, Lojas Pernambucanas, BV Financeira, CitiFinacial, Finasa, Fininvest, Ibi, Losango, Panamericano, Taí e GE Money, entre outras, instalam filiais não apenas nos centros da cidade de São Paulo mas também em áreas de diversidade. (SILVEIRA, 2014, p.89)

O circuito superior vê, desse modo, vantagem na utilização do espaço. Todavia, sua ocupação se dá, em um primeiro momento, sem investimentos no meio construído e com tendências à especialização.

2) O circuito inferior, também, tira vantagem do espaço opaco.

Montenegro (2006) afirma que a deterioração dos espaços convidaria à realização de trabalhos não hegemônicos e Silveira (2016) aponta as áreas centrais das cidades como lugares de refugio da “economia da pobreza”.

Os espaços, ao tornarem-se crescentemente opacos, permitem usos ao circuito inferior que, antes, não eram permitidos pelo circuito superior.

3) Propostas de mudanças no espaço para torna-lo iluminado promovem a expulsão do circuito inferior

Silveira (2016) atenta ainda para a nocividade das revitalizações como forma de expulsão do circuito inferior. Juntando-se a isso e tornando o quadro mais preocupante a autora afirma que a economia criativa – a autora cita especialmente aquela subvencionada pelo Estado – pode contribuir para criação de áreas de especialização com expulsão do circuito inferior, superior marginal e desvalorização da produção banal.

As áreas de diversidade são mais amenas para a sobrevivência do circuito inferior por engendrarem aconteceres complementares e homólogos. Tornando-se área de especialização, principalmente por intermédio do circuito superior, com predomínio de aconteceres hierárquicos, tende-se à expulsão do circuito inferior.

Se há queda no dinamismo e na diversidade econômica com tendências à especialização o circuito inferior é prejudicado uma vez que os acontecimentos complementares e homólogos perdem força. Como dito anteriormente, os acontecimentos complementares e homólogos aparecem nos casos de comércio de rua variado e com foco em públicos distintos dividindo espaços contíguos. A complementariedade seria não apenas menos danosa ao circuito inferior mas, também, necessária a sua sobrevivência visto que a disputa pelo território é geralmente vencida pela força de rearranjo que pertence ao circuito superior. Desse modo, o circuito inferior é forçado a abandonar o espaço agravando não só a condição de vida daqueles que fazem parte desse circuito como também o abandono das áreas centrais até que novos investimentos, públicos ou privados, lhe sejam destinados. Todavia, quando os investimentos ocorrem e o espaço torna-se iluminado novamente diminuem, mais uma vez, as chances de ocupação pelo circuito inferior.

Em síntese, a cidade surge como um espaço dividido e compartilhado por agentes de todos os níveis de capital, tecnologia e organização. Ao longo do tempo aumentam as interdependências e subordinações, pois o crescimento do consumo e seus nexos financeiros nas grandes empresas significa a diminuição das oportunidades de produzir e vender no circuito inferior e, como corolário, advém o endividamento. Uma vez mais o circuito superior reforça sua capacidade de organizar o território e o circuito inferior revela, sobretudo pelo comércio, a sobrevivência da maior parte da população. (SILVEIRA, 2014, p.90, tradução nossa).

Tratando-se do comércio ambulante, fica latente ainda o paradoxo de valores expresso entre o espaço de construção mais contemporânea da Praça dos Namorados onde o comércio possui apelo turístico voltado para o artesanato e o espaço fundacional da cidade no largo em frente a Praça Oito na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro que, em contrapartida, é palco de um comércio característico da “globalização popular”. Um rico sítio histórico cultural onde se comercializam produtos globais e um sítio arquitetônico contemporâneo onde se comercializam artesanatos e cultura capixaba.

Trata-se de observar a inversão de valores da atual sociedade de consumo. Trata-se, também, de propor que as pessoas que utilizam os espaços opacos da cidade o façam com acesso pleno e digno à infraestrutura disponível, principalmente, se subutilizada e, inclusive, com melhoria das mesmas sem que forças de mercado as prive desses direitos pois acredita-se que o acesso ao espaço público por segmentos tão variados e, especialmente, pelo circuito inferior se dá enquanto o

mesmo tem sido desprezado economicamente por agentes hegemônicos. Tornar o espaço iluminado de acordo com a lógica perversa e excludente da racionalidade hegemônica restringe o acesso, principalmente do circuito inferior, sem meios financeiros suficientes para fazê-lo.

Nesse sentido é possível fazer paralelo com Dardot e Laval (2017) e Marx e Bensaid (2017) quando retomam a discussão do cercamento de terra comunais na Europa do século XIX usando uma alegoria de Marx para explicar o desprezo à vida e ao próximo que essas medidas impeditivas representavam. Marx usa a figura de uma árvore que tem todo o acesso a terra, seus nutrientes e ao sol e lança de si os galhos secos que não lhe servem mais. Dessa mesma maneira, uma parte dos homens lançaria de si outros homens os entregando a própria sorte. A discussão quando transportada para a atualidade permite alusão ao espaço público e a população que o utiliza no contexto deste estudo. O espaço utilizado passa por um período em que o opaco predomina diante dos poderes hegemônicos públicos ou privados e por isso é utilizado por quem não dispõe de outras possibilidades. Torná-lo visto, iluminado ao sabor do mercado, seria lançar os galhos secos fora. Mas, não há fora.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como foco a compreensão da dinâmica de parte do circuito inferior na cidade de Vitória, assim como a busca por identificar se houve, efetivamente, crescimento desse circuito. Especificamente, tomando como recorte espacial uma área de importância histórica fundacional e cultural da cidade, focou-se em examinar sua ocupação e o setor da população que o ocupa, assim como a atividade econômica que essa população exerce.

Identificar que, em certa medida, há a tendência do espaço em tornar-se opaco com implicações para a vida e o trabalho dos ambulantes que ali atuam. Alguns, inclusive, há mais de uma geração.

Conclui-se, todavia, que esse processo vem ocorrendo em um espaço que possui características muito singulares. O Centro da cidade, ao passo que é centro fundacional de uma capital inserida na globalização como elo entre cidades locais e metrópoles mundiais, por meio do circuito superior, encontra-se em um período onde há deslocamento do interesse privado e público para áreas de expansão posteriores à sua fundação. Em certa medida a tendência em tornar-se opaco tem início com esse processo de deslocamento e a posterior subutilização do meio edificado.

Atualmente, pode-se dizer que o Centro se caracteriza como uma área de diversidade, visto a variedade de atividades que possui, entretanto a crescente predominância dos segmentos bancário e financeiro e a economia criativa encontraram lugar em um sítio com grandes restrições de uso pelo caráter turístico e cultural de interesse de preservação do patrimônio edificado que apresenta. A tendência, além de opaco, é que, desse modo, o espaço se torne, também, de especialização.

Com tantos acontecimentos solidários ocorrendo, hierárquicos, complementares e homólogos os ambulantes, já identificados no espaço desde a sua fundação, ficam a mercê das forças de rearranjo do território pertencentes ao circuito superior.

Ao passo que a degradação do meio, se em um primeiro momento, permite o acesso facilitado do circuito inferior, a ocupação do espaço pelo circuito superior representado por segmentos muito específicos da economia e a queda do dinamismo, principalmente do setor terciário, pode levar à expulsão do circuito

inferior. Variáveis novas do período técnico-científico-informacional da globalização, como a economia criativa e o crescimento dos bancos e financeiras ocupam cada vez mais o centro da cidade e são motores da expulsão desse circuito. Recuperar o meio construído com propostas de revitalização do patrimônio histórico pode causar o mesmo efeito.

A sensação traduz-se em certa incapacidade de ir de encontro ao sistema hegemônico ao mesmo tempo que, lembrando-se do otimismo de Milton Santos, torna-se difícil entregar os pontos. Acredita-se, de todo modo, na visão de Santos (2015) sobre a compressão do tempo e do espaço possíveis pela unicidade da técnica, do tempo que pode ser contado de forma única em todo o globo, além do conhecimento sem precedentes da totalidade do planeta como ferramentas capazes de mudar as alienações. Enfim, acredita-se no conhecimento e nas ferramentas que o mesmo proporciona como meios de mudar a realidade. Acredita-se na globalização como possibilidade apesar da fábula e das perversidades amplamente difundidas.

Santos (2014) fala dos acontecimentos solidários complementares e homólogos como forma de cooperação entre os circuitos. A cooperação seria uma possibilidade do período da globalização.

Muitos pontos, exames e análises colocados acima e ao longo de toda pesquisa, merecem e podem ser aprofundados em pesquisas futuras, pois acredita-se que uma pesquisa, assim como um projeto de arquitetura, nunca termina. Mesmo que interrompida – momentaneamente – no papel, continua na mente e no coração do pesquisador. Mesmo que a contribuição acadêmica seja mínima, o crescimento pessoal, como cidadã e profissional que aprende continuamente a pensar as cidades, vivenciado nesse período de dedicação ao mestrado e à esse tema, especificamente, são imensuráveis.

REFERÊNCIAS

AGENDA VITÓRIA 2008/2028. **Decisões de investimentos e estrutura produtiva na metrópole I**. Prefeitura Municipal de Vitória, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. O Flâneur. In: **Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENKO, Georges. **A ciência regional**. Portugal: Celta, 1999b.

BOTECHIA, Flavia Ribeiro; BORGES, Heraldo Ferreira. Atlas Urbanístico de Vitória: inventários dos planos urbanos para a cidade de Vitória (ES) ao longo do século XX. In: **III ENANPARQ**. Encontro da Associação Nacional de Pesquisas e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014.

BOTELHO, Tarcísio R., Revitalização dos centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. In: **Revista eure**, Santiago do Chile, v.XXXI, n.93, p.57-71, 2005.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade; TAVARES, Maria Gretti da Costa. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. **Turismo: Estudos & Práticas** (RTEP/UERN), Mossoró/RN, v.5, n.1, jan./jun, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo>>.

COELHO, Otávio de Melo; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. In: **Geografia (Londrina)**, Londrina, v.20, n.1, p.163-188, jan./abr., 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>.

DANTAS, E.W.C. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995). In: **Geo Crítica/ Scripta Nova**. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v.IX, n.202. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm>>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle. **Cobersações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992, p.219-226.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Poggetti, 1965.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Cristina de A. e MAIA, Carlos E. Santos. Artesanato no e para o mercado: as redes de produção e comercialização dos artesanatos das feiras hippie e do cerrado de Goiânia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.11, n. 34, p.62-74, junho 2010.

FINDES.IEL-ES. FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FINDES). INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL-ES). **Anuário IEL 200 maiores empresas do Espírito Santo**. Ano 20. Nº 20. Outubro 2016.

FREITAS, José Francisco Bernardino; CAMPOS, Martha Machado; ALMEIDA, Renata Hermann de. **Projeto centro.com.vitoria**. Vitória: EDUFES, 2002.

GRIMM, Flavia Christina Andrade. **Trajatória Epistemológica de Milton Santos**: Uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia

da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

HARDT, Michel. A Sociedade Mundial de Controle. In: ALLIEZ, Éric. (Org.) **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo. Ed. 34, 2000, p.357-372.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNADC 2018**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Rio de Janeiro, 2014.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Perfil da pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico**. Vitória, ES, 2016.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Governo do Estado do Espírito Santo. **Panorama Econômico Nº 22**. I Trimestre de 2017. Vitória, ES, 2017.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Governo do Estado do Espírito Santo. **Nota Técnica 38**. Evolução Intersetorial do mercado de trabalho capixaba e sua contribuição para a redução da informalidade censos 2000 e 2010. Vitória, ES, 2012.

LAUTIER, Bruno. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Caderno CRH/UFBA**. Revista quadrimestral de Ciências Sociais do Centro

de Estudos e Pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia. Salvador, v.6 n.18, p.5-48, 1993.

LÓPEZ-RUIZ, Oswaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. 3.ed. São Paulo: Editora Atual, 2013.

MARX, Karl; BENSALID, Daniel. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIGUEZ, Paulo. Economia Criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. p.95-113.

MIRANDA, Clara; ALBANI, Vivian. O centro de Vitória (ES) entre o corredor e o ponto circuito. In: **II Seminário Internacional Urbicentros** – Construir, Reconstruir, Desconstruir: morte e vida de centros urbanos, Maceió, AL, 27 de setembro a 1 de outubro de 2011.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza; FREITAS, José Francisco Bernardino. Investimento e poder político: Prós e contras dos atributos de uma capital – Vitória, Estado do Espírito Santo, Brasil. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2012, Bogotá. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/programa.htm>>

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano**. O circuito inferior na economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Edilson Luís. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina - PR**. Universidade de São Paulo, São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2009. (Tese Doutorado em Geografia Humana).

OLIVEIRA JUNIOR, Edilson Cavalcante de; MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Análise de contribuição previdenciária dos ocupados por conta própria no município de Vitória/ES: microdados, períodos de crise e desigualdade. In: **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, MG, v.18 n.63, set. 2017. ISSN 1678-6343

PACHECO, Renato José Costa. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES, Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. In: **Revista bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v.30, n.1, p.225-249, jan./jun. 2013.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1.ed. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2014.

PINHO, Maria Sonia Madureira de. Produtos artesanais e mercado turístico. In MURTA, Stela M. e ALBANO, Celina (Orgs.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 169-180.

PRADO, Michele Monteiro. A modernidade e o seu retrato: imagens e representações das transformações da paisagem urbana de Vitória (ES) – 1890/1950. In: **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Salvador, v.3, n.1, p.87-102, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. In: **ReDObra**. Salvador, n.9, p.58-71, 2012. ISSN 2238-3794

RIBEIRO, Gustavo Lins. De Guangdong a Caruaru. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ed.20, março 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/category/edição-20>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.74, p. 21-38, 2010.

ROMA, Cláudia Marques. Circuito inferior da economia urbana e cidades locais-híbridas. In: **Mercator**, Fortaleza, v.15, n.2, p.23-36, abr./jun., 2016.

SANTOS, Milton. **A Cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1965.

_____. **Les Villes du Tiers Monde**. Paris: Éditions M-Th. Génin, Librairies Techniques, Géographie Économique et Sociale, 1971.

_____. **L'espace Partagé**. Paris: Editions Librairies Techniques, M-Th. Génin, 1975.

_____. **O Espaço Dividido**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.

_____. **Espaço e Método**. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2.ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed. 8. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 24.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2.ed. 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton et al. (Org.) **O novo mapa do mundo**. Fim de século e globalização. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Santarrita. 16.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Silvana Cristina da. Mapeando os agentes do circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do território usado. In: SILVA, Catia Antonia da (Org.). **Território e Ação Social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVEIRA, María Laura. **Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas**. Caracas: Cuadernos del CENDES, v.3, n.57, p.1-21, 2004.

_____, María Laura. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, Catia Antonia da (Org.). **Território e Ação Social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

_____. Circuitos de la economía urbana y nuevas manifestaciones del comercio metropolitano. **Grupo de Estudio Urbanos**. *Cidades*, v.11, n.18, p. 79-91, nov. 2014.

_____. Metropolização e circuitos da economia urbana. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R.C. (Org). **Desafios da Metropolização do Espaço**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência. p. 95-119, 2015.

_____. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v.19, n.2, p. 246-262, ago. 2015b. ISSN 2179-0892.

_____. Constitución de los circuitos de la economía urbana en la globalización. **Revista Universitaria de Geografia**. V.25(2), p.79-102, 2016. ISSN 0326-8373.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Representaciones: de la ciudad-capital a la metrópoli. In: ESPUCHE, Albert Garcia (Org). **Ciudades: del globo ao satélite**. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. Madrid: Sociedad Editorial Electa España, S.A., 1994.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SZAMOSI, Gésa. **Tempo e Espaço**. As dimensões gêmeas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988

VITÓRIA. **Planejamento Estratégico 2013-2016**. Prefeitura Municipal de Vitória, fev. 2014.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço de Dante à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; FERREIRA, Francismar Cunha. O espaço urbano e a renda da terra. **Geotextos**, v.10, n.1, jul. 2014.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; LACERDA, Lucas do Carmo Falcão de; GALVÃO, Victor Araújo. Cidade Fragmentada: os Usos das Redes Elétricas em Favelas do Município de Vitória-ES. In: **Geografares**, n.6, 2008.

SITES VISITADOS

www.ceturb.es.gov.br

www.vitoria.es.gov.br

geoweb.vitoria.es.gov.br

gazetaonline.globo.com

www.serasaexperian.com.br

www.sebrae.com.br

www.sidra.ibge.gov.br

ANEXOS

O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM VITÓRIA: UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO

ANEXO A – Questionário de Pesquisa

Objetivos específicos: Identificar população que se liga ao circuito inferior; Observar se os entrevistados (e os clientes) moram perto do local de trabalho, qual a renda desfrutada, a participação de familiares no negócio, as condições de trabalho, o capital aplicado, a relação com a clientela e a publicidade realizada, o transporte e armazenamento das mercadorias os incentivos recebidos.

IDENTIFICAÇÃO DO PONTO COMERCIAL

Data: _____

Endereço/ Ponto de referência:

Registro fotográfico:

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Idade: _____

Sexo

() F; () M

Mora em qual cidade e bairro?

CONDIÇÕES DE TRABALHO/ REGULARIDADE/ FORMALIDADE

Objetivos específicos: Identificar as relações trabalhistas estabelecidas e a renda obtida

1. Como se designa?

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM VITÓRIA:
UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO**

2. Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

3. O ponto escolhido para se estabelecer foi designado por alguma autoridade ou escolhido por você?

4. É autônomo ou funcionário de outra pessoa?

Autônomo (); funcionário ()

5. É assalariado com carteira assinada?

Sim (); Não ()

6. Paga INSS?

Sim (); Não ()

7. Emprega outras pessoas?

Sim (); Não ()

Em caso afirmativo, são assalariados com carteira assinada?

Sim (); Não ()

8. Trabalha quantas horas por dia?

() Até 8h

() De 8 a 12h

() Mais de 12h

9. Trabalha com outros familiares nesse negócio?

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM VITÓRIA:
UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO**

Sim (); Não ()

Quantos?

10. A renda proveniente da atividade como ambulante é a única da família?

Sim (); Não ()

11. A renda proveniente da atividade como ambulante é suficiente para manter a família?

Sim (); Não ()

12. Possui outra ocupação?

Sim (); Não ()

Qual?

13. Atua em outro ponto da cidade como ambulante?

Sim (); Não ()

Qual?

TECNOLOGIA, ORGANIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO COMÉRCIO OU SERVIÇO

Objetivos específicos: Identificar quais produtos ou serviços são oferecidos e qual nível de tecnologia é utilizada.

14. Comercializa quais produtos?

15. Modifica artesanalmente os produtos antes de comercializá-los?

Sim (); Não ()

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM VITÓRIA:
UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO**

16. Adquire os produtos comercializados no atacado?

Sim (); Não ()

17. Onde (bairro, cidade, país) adquire os produtos (no caso de artesanatos, as matérias primas) comercializados?

18. Realiza as compras dos produtos comercializados em conjunto com outras pessoas a fim de conseguir melhores condições de pagamento?

Sim (); Não ()

INFORMAÇÃO

Objetivos específicos: Identificar a importância dada a informação

19. Acha importante conhecer o gosto dos clientes?

Sim (); Não ()

20. Como se informa dos gostos dos clientes?

21. Utiliza internet, jornais, revistas ou outros meios para obter informações sobre o mercado?

Sim (); Não ()

ESTOQUE E TRANSPORTE DAS MERCADORIAS

Objetivos específicos: Identificar parcerias com locação de espaços para estoque e no transporte das mercadorias, volume de compra

22. Possui estoque?

Sim (); Não ()

Em caso afirmativo o local de armazenamento do estoque é próprio ou alugado?

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM VITÓRIA:
UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO**

23. Qual a frequência de reposição do estoque?

- () Semanal
() Mensal
() Trimestral
() Mais

24. Como transporta a barraquinha ou o ponto de venda?

25. Utiliza os serviços de terceiros para transportar a barraca ou as mercadorias?

Sim (); Não ()

PUBLICIDADE

Objetivos específicos: Identificar se há e qual publicidade é utilizada

26. É feita alguma publicidade ou propaganda das mercadorias vendidas?

Sim (); Não ()

Em caso afirmativo, de qual forma?

CAPITAIS

Objetivos específicos: Identificar se houve e qual foi o investimento inicial e se há reinvestimento no negócio

27. Qual o capital inicial do negócio?

- () Até R\$ 500,00
() De R\$ 500, 00 a R\$ 1.000,00
() Mais de R\$ 1.000,00

28. Já fez ou possui algum tipo de financiamento para iniciar ou continuar com o negócio?

Sim (); Não ()

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM VITÓRIA:
UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO**

29. Reemprega alguma porcentagem dos lucros para melhorias do negócio?

Sim (); Não ()

RELAÇÃO COM A CLIENTELA

Objetivos específicos: Identificar formas de pagamento e tipo de relação estabelecida com os clientes

30. Quais as formas de pagamento oferecidas aos clientes?

() dinheiro

() cartão de débito

() cartão de crédito

() cheque

31. Oferece venda “fiado”?

Sim (); Não ()

32. Tem clientes recorrentes?

Sim (); Não ()

33. Em caso afirmativo, os conhece pelo nome?

Sim (); Não ()

AJUDA/ CONTROLE GOVERNAMENTAL

Objetivos específicos: Identificar a relação estabelecida com o Estado e com outros entes

34. Tem licença para atuar neste local e com este tipo de comércio?

Sim (); Não ()

35. Paga alguma taxa à prefeitura?

Sim (); Não ()

**O CIRCUITO INFERIOR REPRESENTADO PELOS AMBULANTES EM VITÓRIA:
UM ESPAÇO OPACO NA JERÔNIMO MONTEIRO**

36. Existe alguma fiscalização da prefeitura?

Sim (); Não ()

Em caso afirmativo, como se da?

37. Como é a relação com a fiscalização?

Ótima (); Boa (); Indiferente (); Razoável (); Ruim ()

Por que?

38. Recebe ou já recebeu algum incentivo ou apoio por parte dos órgãos públicos?

Sim (); Não ()

Em caso afirmativo, como se da?

39. Recebe ou já recebeu algum incentivo ou apoio por parte da Associação de moradores?

Sim (); Não ()

Em caso afirmativo, como se da?
